

Kjeld A. Jakobsen

A política externa

do Partido dos Trabalhadores (PT)

Trajetória da construção da
política externa ativa e soberana



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

A POLÍTICA EXTERNA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

Kjeld Jakobsen

A POLÍTICA EXTERNA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Elen Coutinho, Jéssica Italoema, Alberto Cantalice, Artur Henrique,
Carlos Henrique Árabe, Geraldo Magela, Jorge Bittar, Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs,
Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl,
Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Costa

Revisão do original

Jade Jakobsen

Arte da capa

Vinicius Toledo

Seleção de imagens presentes no livro: Monica Valente, Débora Baldin e Fábio El-Khoury, com
agradecimento especial aos fotógrafos que gentilmente cederam os direitos de reprodução das imagens.

A Fundação Perseu Abramo agradece à família de Kjeld Jakobsen, em especial,
à companheira Leonor Poço Jakobsen pela dedicação.

Revisão

Claudia Andreotti e Angélica Ramacciotti

Editoração e arte

Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J25p Jakobsen, Kjeld.

A política externa do Partido dos Trabalhadores (PT) [livro eletrônico] /
Kjeld Jakobsen. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2021.

1.63 Mb ; ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5626-028-0

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil) - Política internacional. 2. Política -
Brasil. I. Título.

CDU 329.055.2(81):327

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
CEP 04117-091 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 5571-4299
www.facebook.com/fundacao.perseuabramo
[Twitter.com/fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)

In memoriam

Nani Stuart, Marco Aurélio Garcia e
Max Altman, atores desta história.

Sumário

Prefácio.....	9
Introdução.....	11
Os primórdios das relações internacionais do PT.....	19
A segunda fase da política externa do PT e sua visão sobre a política externa brasileira.....	49
O PT chega ao governo.....	73
O golpe de 2016 e a campanha “Lula Livre”	91
Considerações finais	101
Referências bibliográficas.....	123
Lista de siglas	127
Sobre o autor.....	133

Prefácio

Vivemos tempos muito estranhos, neste ano de 2020. O mundo sofre uma pandemia colossal, com consequências sanitárias, sociais, econômicas e políticas, cujos efeitos e desdobramentos ainda não são possíveis de dimensionar em toda sua amplitude e profundidade. No entanto, há duas certezas: a de que o mundo nunca mais será o mesmo e que, cada vez mais, o mundo é quase como uma pequena aldeia, onde tudo está conectado (e não somente através de suas redes de comunicação). Nesse contexto, o pensar e o fazer, no plano internacional, serão, cada vez mais, prioridades àqueles que sonham e tentam construir um mundo melhor, em especial no cenário pós-pandemia. Esse sempre foi um desafio que o PT colocou para si, desde seus primórdios. Para demonstrar isso, é absolutamente necessário percorrer e revisitar essa trajetória que o PT percorreu ao longo de seus 40 anos nas suas formulações e ações no plano internacional.

Kjeld Jakobsen, intelectual e militante, de maneira precisa e consistente, faz isso neste livro sobre “A política externa do Partido dos Trabalhadores”. Sendo um dos protagonistas desta história, é um autor que dispensa as apresentações de sua capacidade de leitura dos momentos históricos e as respectivas elaborações teórico-políticas que o Partido dos Trabalhadores implementou no plano de sua atuação internacional.

Desde a introdução, quando focaliza a luta contra a ditadura brasileira e pela democracia e o surgimento do PT, passando pelos primórdios das relações internacionais do PT, vai traçando, ponto a ponto, esse caminho, localizando as referências, o contexto, os personagens, os problemas, acúmulos e desafios. O resultado disso é um livro denso, porém de fácil leitura, pela maneira leve e precisa com que trata as complexas questões da trajetória de um partido de origem popular que chega ao governo e que consegue levar o Brasil à conquista de um proeminente lugar no cenário mundial, na década em que governou o país. O capítulo final, sobre o Golpe de 2016, suas consequências e a atuação internacional em defesa do presidente Lula, contempla uma profunda reflexão para os caminhos do futuro da política externa do PT.

Enfim, uma leitura imprescindível a todos que lutam por um mundo solidário, democrático e de justiça social. Boa leitura!

Mônica Valente

Dirigente da Executiva Nacional do PT e
Secretária Executiva do Foro de São Paulo

Introdução

“Navegar é preciso, viver não é preciso”.

(Petrarca)

O golpe cívico-militar de 1964 e seu aprofundamento, com a edição do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), em 1968, produziram uma ditadura que durou aproximadamente duas décadas e cujos desdobramentos arbitrários se impuseram em vários setores. Na política, a tônica principal foi assegurar o domínio dos golpistas e seus apoiadores civis sobre as diferentes esferas de governo, por meio de decretos casuísticos, que limitaram a participação política da população e reprimiram os democratas e opositores do regime. Dessa forma, os partidos existentes foram extintos e apenas dois novos agrupamentos foram admitidos: o partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido da oposição consentida. As eleições para os cargos executivos, como presidente da república, governadores de estado, bem como de prefeitos de capitais e cidades consideradas de segurança nacional, passaram a ser indiretas¹. Havia eleições diretas apenas para cargos legislativos e, ainda assim, seus ocupantes permaneciam sob constante ameaça de cassação de mandatos e perda de direitos

¹ Para aumentar o número de prefeitos nomeados pelo regime, até cidades fronteiriças, estações de água mineral, balneários e municípios de mineração foram consideradas áreas de segurança nacional. As capitais de estado só voltaram a ter eleições diretas para prefeitos em 1985. Nesse ano, o PT elegeu a prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenele.

políticos, caso tivessem atitudes julgadas ameaçadoras à segurança nacional, o que ocorreu com 173 deputados federais e nove senadores, além de dezenas de deputados estaduais e vereadores, entre 1964 e 1984. Mesmo alguns governadores e prefeitos foram punidos, além de três juizes do Supremo Tribunal Federal (STF). Também foram instituídas a Lei de Segurança Nacional, a suspensão do *habeas corpus* e a censura prévia aos meios de comunicação.

Naquele período, registraram-se inúmeras violações de direitos humanos sob a justificativa de combate ao comunismo e à subversão, o que levou em torno de 20 mil pessoas à prisão e tortura, em algum momento, das quais 434 foram mortas ou estão desaparecidas, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A ditadura também promoveu transformações na legislação trabalhista e social para favorecer o setor empresarial, que havia apoiado o golpe e colaborava com o regime, inclusive na repressão política. Em primeiro lugar, buscou controlar o movimento sindical por meio da intervenção do ministério do trabalho, em 1964, que impôs juntas governativas em 409 sindicatos, 43 federações e quatro confederações, além de fechar o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Muitos dirigentes sindicais, além de terem seus mandatos cassados, foram processados e presos. Outros foram para o exílio.

As mudanças na legislação trabalhista implicaram o fim da estabilidade no emprego quando o trabalhador atingisse dez anos na mesma empresa; na unificação das caixas de pensão, porém com o fim da participação sindical na sua gestão; na regulamentação das greves, o que, na prática, as impediu; na exigência de atestado ideológico para participar de eleições sindicais; na definição unilateral, pelo governo, das datas base para fixação de salários e benefícios, em meses diferenciados, inclusive para sindicatos da mesma categoria profissional e fixação, também pelo governo, dos índices de reajuste salarial. Particularmente, este último item implicou vários momentos de arrocho salarial, com perdas reais do poder aquisitivo diante da inflação ao longo do período ditatorial.

A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) foi fundada em janeiro de 1964 e foi uma das confederações que sofreu essa intervenção. Um de seus objetivos mais importantes era a luta pela reforma agrária e uma das leis aprovadas pela ditadura militar foi o Estatuto da Terra, que previa a

possibilidade de desapropriação de terras improdutivas, o que foi um item relevante, mas dependente da boa vontade do governo em financiar a desapropriação. Quando a intervenção do ministério do trabalho foi levantada, as novas direções da CONTAG pautaram suas ações pela extrema legalidade, para não suscitar nova repressão. Mesmo assim, a reforma agrária possibilitada pela legislação pouco avançou.

O setor estudantil teve suas entidades representativas, particularmente a União Nacional dos Estudantes (UNE), postas na ilegalidade e, nos primeiros anos da ditadura, funcionou na clandestinidade. Alguns de seus dirigentes encontram-se na lista de mortos e desaparecidos da CNV. Entretanto, quando o regime começou a se desgastar, em meados da década de 1970, foi o primeiro setor social a se manifestar publicamente por meio de assembleias e passeatas.

A economia brasileira teve momentos de crescimento de dois dígitos no início da década de 1970, o período de auge da repressão política. Os militares, apesar de se alinharem ao Ocidente na disputa ideológica da guerra fria e de manterem uma relação estreita com os Estados Unidos, exceto durante o governo Carter, que criticava as violações de direitos humanos do regime, implementaram uma política econômica desenvolvimentista e de substituição de importações, embora concentrador de renda. Entre 1960 e 1980, o número de trabalhadores na indústria de transformação brasileira cresceu de 2,9 para 8,5 milhões e o setor metalúrgico de 600 mil trabalhadores para 2,7 milhões, o que mudou profundamente o perfil dos trabalhadores industriários.

Porém, a conjuntura internacional do fim dos acordos de Bretton Woods, as duas crises do petróleo, o peso dos juros e das taxas de serviço da dívida externa e o descontrole da inflação cobraram seu preço e o desgaste do regime tornou-se mais evidente, envolvendo até setores empresariais que haviam apoiado o golpe em 1964. O movimento pela redemocratização do país se expandiu.

Os trabalhadores haviam tentado reagir ao arrocho salarial por meio de duas greves: a dos metalúrgicos de Contagem e de Osasco, em 1968, duramente reprimidas pelo aparato de segurança do governo. Mesmo depois, embora pouco conhecidas, houve mobilizações por empresas reivindicando melhores salários e condições de trabalho por meio de greves, “operações tataruga”, entre outras táticas.

O golpe militar reduziu a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que havia crescido no período pós-segunda guerra mundial sobre o sindicalismo. Na década de 1970, com poucas exceções de atuação de sindicalistas ligados a grupos clandestinos de esquerda, entre os dirigentes sindicais havia duas vertentes principais: os “pelegos”², muitos deles originários das juntas governativas das intervenções pós-golpe e os “independentes”. Entre os últimos havia muitos capacitados pela Igreja Católica, por meio da Juventude Operária Católica (JOC) e da Pastoral Operária, que buscavam desenvolver um sindicalismo mais afinado com a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, embora com as devidas precauções diante de um regime de exceção. Na base dos sindicatos “pelegos” frequentemente se identificavam grupos de oposição que buscavam substituir suas diretorias.

O protagonismo que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo adquiriu, bem como de seus diretores, não foi por meio da atuação de uma oposição sindical, mas a partir da evolução da consciência de seus dirigentes, pois era uma minoria deles que se organizava em correntes políticas de esquerda ou era ligada aos organismos sociais da Igreja. Luiz Inácio da Silva, o Lula, assumiu a presidência do sindicato em 1975 e, desde esta primeira gestão, foi implementada uma série de inovações, como congressos da categoria e organização da base, formada por quase 300 mil metalúrgicos na época.

O sistema de fixação de reajustes salariais pela ditadura sofreu um inconveniente adicional, que foi a manipulação dos índices de inflação de 1973 e 1974, pelo então ministro da economia, Delfim Neto, causando uma perda salarial de 34%³, o que levou o sindicato, em 1977, a reivindicar a incorporação deste percentual aos salários; no entanto, ela foi rejeitada pelos empresários e pela justiça do trabalho. Porém, a reivindicação foi mantida e foi estopim para as greves em grandes empresas da região do ABC, em 1978 e 1979. A segunda onda de greves extrapolou o território desta região e a categoria metalúrgica, ao se espalhar pelo Brasil, e para outros setores econômicos, incluindo os ser-

² Pelego é a manta que se coloca entre a sela e o cavaleiro para suavizar a cavalgada. Os dirigentes “pelegos” são aqueles que “suavizam” a relação entre os trabalhadores e os empresários, bem como entre trabalhadores e governos ao aceitarem o que os últimos propõem, sem resistência.

³ Ironicamente, foi o Banco Mundial que apresentou os indicadores corretos.

vidores públicos, aos quais a legislação não permitia a criação de sindicatos e muito menos o direito de fazer greves. No caso dos metalúrgicos do ABC, a pauta de reivindicações foi além do fator econômico ao também reivindicar o reconhecimento de delegados sindicais na proporção de um para cada 500 trabalhadores na base e das comissões de fábrica, a redução da jornada de trabalho e a redemocratização do Brasil.

As greves de 1979, além de colocarem mais um ator político no cenário – a classe trabalhadora organizada –, representaram, também, mais uma pá de cal no desgastado regime militar que, em sua estratégia de “abertura lenta, segura e gradual”, inaugurada no governo do general Ernesto Geisel, já havia suprimido o AI-5 e a censura dos meios de comunicação, além de aprovar uma Lei de Anistia. Em 20 de dezembro de 1979, por iniciativa do governo do general João Batista Figueiredo, foi aprovada no Congresso Nacional a lei que restabeleceu o pluripartidarismo no Brasil, em substituição ao bipartidarismo instalado em 1966, durante o primeiro governo da ditadura militar. O fim do bipartidarismo tinha o objetivo de dividir a oposição, que vinha avançando eleitoralmente desde 1974, com perspectivas de o MDB se tornar amplamente vitorioso na Câmara e no Senado em 1982, como uma frente política que agrupava setores da esquerda à direita.

Um dos novos partidos⁴ que foram fundados, o Partido dos Trabalhadores (PT), já vinha se organizando para dar este passo há algum tempo, no bojo da grande agitação social e trabalhista fomentada pelas greves do setor automobilístico na região do ABC paulista. Luiz Inácio da Silva (Lula)⁵, que foi uma das grandes lideranças destas paralisações em 1978, 1979 e 1980, argumentava que a estrutura sindical do Brasil não era democrática e que os direitos e interesses dos trabalhadores jamais seriam devidamente atendidos por partidos que não fossem os dos próprios trabalhadores. Ele chegou a anunciar esta proposta já em meados de 1978, numa palestra realizada no congresso

⁴ Os demais partidos que se viabilizaram inicialmente foram o Partido Democrático e Social (PDS) governista, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) sucessor do MDB, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por uma neta de Getúlio Vargas, Ivete Vargas, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola. O Partido Popular (PP), criado por Tancredo Neves, não cumpriu os critérios necessários para se estabelecer e seus remanescentes uniram-se ao PMDB.

⁵ O apelido Lula foi incorporado ao seu nome quando ele passou a se candidatar às eleições.

dos petroleiros da Bahia. Em dezembro do mesmo ano, durante um Congresso Estadual dos Metalúrgicos de São Paulo, ocorrido na cidade de Lins, foi apresentada uma proposta pelos delegados do Sindicato de Santo André “chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998). Essa proposta foi reiterada no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em junho de 1979, em Poços de Caldas (MG).

Na celebração do dia 1º de Maio de 1979, havia sido lançada uma “Carta de Princípios”, cuja conclusão dizia que “os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados, senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar esta participação é o Partido dos Trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998). Em outubro de 1979, em São Bernardo do Campo, foi lançado oficialmente o “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”, que aprovou uma série de sugestões para a organização do Partido em todos os níveis e elegeu uma Coordenação Provisória para conduzir este trabalho até que, finalmente, em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo, ocorreu o lançamento do Partido dos Trabalhadores⁶ e, em 1º de junho, foram aprovados seu programa, plano de ação e o estatuto. A primeira convenção nacional oficial realizou-se em setembro de 1981, com o Partido legalizado em 21 estados, quando também elegeu o primeiro diretório nacional (SECCO, 2011). O reconhecimento oficial do Tribunal Superior da Justiça Eleitoral foi emitido em 11 de fevereiro de 1982.

A diversidade ideológica na fundação do PT era bastante ampla no campo da esquerda, ao reunir comunistas marxistas, leninistas e trotskistas, esquerda católica, ex-integrantes da luta armada, socialistas, social-democratas, feministas, militantes sem formação política específica, ambientalistas, entre outros. A base social oscilava entre o popular e a classe média, composta por trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, intelectuais, artistas, profissionais liberais, sindicalistas e parlamentares.

Nos documentos de fundação mencionados anteriormente, que forneceram a base programática do PT, já encontramos algumas referências aos ele-

⁶ Esta data é considerada a data de fundação do PT.

mentos que viriam a fundamentar as relações internacionais do partido. O manifesto aprovado no Colégio Sion, em fevereiro de 1980, terminava dizendo que “o PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”. O programa, aprovado em junho do mesmo ano, dizia que:

Quanto à relação entre as nações, o PT defende uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações, que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza a sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional e a todos os movimentos de âmbito internacional que visem criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998).

O Primeiro Encontro Nacional, realizado em agosto de 1981, que foi encerrado com um discurso do então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, também fez referências aos que deveriam ser os parâmetros políticos das relações internacionais do partido. Naquela época, a discussão internacional normalmente partia de afirmações sobre o ideário socialista do PT, porém, rejeitando modelos existentes, fossem os do socialismo real do Leste Europeu, do chinês, do cubano ou fossem as experiências social-democratas da Europa Ocidental. Assim disse Lula:

Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, que aqui devemos declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998).

Esse critério foi a base da política de relações internacionais que o PT viria a desenvolver com maior organicidade a partir de 1983 e, como “o PT era

uma grande novidade e não nasceu da matriz da Terceira Internacional, tinha total liberdade para constituir relações externas amplas e de se posicionar frente às posições da esquerda ortodoxa ou de acontecimentos graves no exterior como o massacre da Praça da Paz Celestial em Beijing”⁷.

A política internacional do PT pode ser dividida em quatro momentos principais. O primeiro englobou o período do voluntarismo e da solidariedade em que as relações internacionais eram, basicamente, exercidas por militantes do Partido, alguns dos quais se tornariam futuros dirigentes. Estas relações, muitas vezes, passavam pelos contatos com o exterior de grupos organizados no Brasil, como os trotskistas e os católicos, com suas contrapartes internacionais, bem como das relações dos sindicalistas com seus colegas de outros países e, da mesma forma, dos intelectuais e acadêmicos. Este processo evoluiu para a criação da Secretaria de Relações Internacionais (SRI) do PT, em 1983, e sua formalização no Regimento Interno do Partido, em 1984, com o objetivo de articular uma estratégia de construção de suas relações internacionais. Neste momento, é também relevante mencionar as posições da bancada do PT na Câmara dos Deputados sobre o conteúdo da nova Constituição, no tocante aos princípios da política externa brasileira (PEB). A eleição presidencial de 1989 deu início a um segundo momento, pois o Programa de Ação Governamental (PAG) do PT apresentou um capítulo inteiro sobre a política externa que pretendia implementar, caso seu candidato Luiz Inácio da Silva fosse eleito presidente. O terceiro momento se iniciou quando ele foi eleito presidente da República em 2002, depois de disputar e perder três eleições seguidas; e o quarto momento, quando o PT retornou à situação de oposição política ao governo, devido ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a posterior condenação e prisão do ex-presidente Lula, que gerou a campanha internacional “Lula Livre”, pela sua libertação.⁸

⁷ José Genoíno em entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2016.

⁸ Terra Budini em entrevista concedida ao autor em 10 de agosto de 2019.

Os primórdios das relações internacionais do PT

As primeiras manifestações públicas contra a ditadura militar no Brasil ocorreram em meados dos anos 1970, organizadas pelo movimento estudantil, que, em seguida, se empenhou em reconstruir suas organizações estaduais e nacionais¹, que haviam sido postas na ilegalidade desde o golpe de 1964. Várias correntes políticas presentes no movimento estudantil naquele momento, como a Ação Popular (AP)², a “Liberdade e Luta”³, o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)⁴, entre outras⁵, participaram da criação do PT (SILVA, 1987). Todas tinham alguma relação com organizações ou partidos políticos de outros países.

¹ Tratava-se da União Nacional de Estudantes (UNE) e das Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs).

² Foi uma corrente oriunda da esquerda católica, no início dos anos 1960.

³ A “Liberdade e Luta” ou “Libelu” era a denominação da trotskista Organização Socialista Internacionalista (OSI), no meio estudantil. Esta tendência no PT é hoje conhecida como “O Trabalho”.

⁴ O MEP era uma organização marxista-leninista que surgiu no início dos anos 1970 e que depois mudou o nome para Força Socialista. Em 2004, saiu do PT e se integrou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

⁵ Por exemplo, a Ala Vermelha, dissidente do PCdoB nos anos 1960, e grupos estudantis como o “Centelha” e “Peleia”. Estes últimos participaram, mais tarde, da formação da tendência Democracia Socialista (DS) (SILVA, 1987).

No entanto, o movimento social que realmente chamou a atenção da grande imprensa internacional, bem como de organizações sindicais e partidárias no exterior, foram as massivas greves do ABC paulista, em 1978 e nos anos seguintes, porque, além de ser algo inusitado em uma ditadura militar, afetaram grandes corporações transnacionais europeias e estadunidenses. Desta forma, o que ocorria no Brasil naquele momento tornou-se conhecido no exterior, assim como os atores responsáveis, inicialmente, os dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e os de Santo André e, posteriormente, dirigentes de outras organizações sindicais, na medida em que as mobilizações dos trabalhadores contra o arrocho salarial e a campanha pela redemocratização do Brasil foram se espalhando pelo país. Lula, enquanto presidente do Sindicato de São Bernardo, fez sua primeira viagem para o exterior com uma visita ao Japão, em 1975, a convite dos trabalhadores da Toyota (VANNUCHI, 2020).

Em 1979, foi aprovada a Lei da Anistia e os exilados políticos começaram a retornar ao país, trazendo consigo seus contatos no exterior e beneficiando o movimento pela fundação do PT, na medida em que muitos deles participaram deste processo. Alguns, inclusive, se articularam para criar Organizações Não Governamentais (ONGs), normalmente para lidar com temas sociopolíticos e combate à pobreza, com apoio de recursos públicos internacionais ou ainda para apoiar as oposições sindicais, que tentavam assumir a direção de sindicatos sob controle dos “pelegos” e da direita no campo e nas cidades, a exemplo do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), no Nordeste, fundado por Manoel da Conceição⁶, que esteve exilado na Suíça sob os auspícios do Conselho Mundial de Igrejas. Iniciativas como esta também contribuíram para estabelecer laços internacionais que, indiretamente, ajudaram o PT, pois uma das missões do Partido era a organização da luta pela justiça social.

Outros que voltaram haviam trabalhado na África durante o exílio, como foi o caso do educador Paulo Freire, um dos fundadores do PT, já falecido, que colaborou com o governo do Partido Africano pela Independência da

⁶ Manoel da Conceição, embora maranhense, foi o candidato do PT a governador de Pernambuco em 1982.

Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em Guiné Bissau, e Dulce Maia, que também esteve exilada nesse país e que, depois, colaborou com a Secretaria de Relações Internacionais do PT nos contatos com a África (*In memoriam*).⁷ Outros que voltaram do exílio, a partir da anistia e posteriormente, após haverem trabalhado no Governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em Moçambique e se juntaram ao Partido, bem como à Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Moçambicano (ABRASSO), o que favoreceu a manutenção dos contatos com este país (JORNAL DOS TRABALHADORES, n. 20, 1983). A Argélia havia sido um destino africano importante para exilados políticos do Brasil após o golpe militar de 1964, porém, na segunda metade dos anos 1970, Angola, Guiné Bissau e Moçambique acolheram muitos exilados brasileiros que viviam na Europa e no Leste Europeu e que ali chegaram por meio das diversas redes da esquerda, pois, no processo das independências das ex-colônias portuguesas na África, a maioria dos portugueses com qualificação técnica retornaram a Portugal e, assim, o recrutamento de quadros políticos com boa formação era muito necessário e bem-vindo. Em 1979, havia cerca de 150 famílias de brasileiros vivendo e trabalhando em Moçambique, divididas entre exilados e cooperantes contratados diretamente no Brasil, normalmente, a partir de indicações das redes partidárias (AZEVEDO, 2012).

A luta pela emancipação de Angola

Jonas Paulo Neres, dirigente do PT e atual assessor do governo da Bahia, comentou sobre sua experiência de trabalho em Angola. Ele e outros integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) exilaram-se devido à perseguição política no Brasil, em 1973, inicialmente na Argentina, onde ele chegou a ser interrogado por policiais brasileiros, tal era a integração das forças de repressão no Cone Sul. No ano seguinte, foi para Portugal, onde o regime fascista havia caído durante a Revolução dos Cravos, em 25 de abril e várias forças de esquerda ascenderam naquele país, inclusive com vínculos importantes nas forças armadas. Jonas Paulo foi trabalhar numa experiência de

⁷ Luiz Eduardo Greenhalgh em entrevista concedida ao autor em 11 de maio de 2016.

reforma agrária e cooperativismo, num grande latifúndio no Alentejo, onde ficou até o ano seguinte, quando o general Ramalho Eanes articulou um golpe de Estado para neutralizar a influência da esquerda, principalmente nas forças armadas, e mais tarde foi eleito presidente de Portugal. Esta mudança política dificultou a permanência de muitos exilados, e Jonas Paulo e outros companheiros, como João Belisário, que ainda vive em Angola e edita a revista *África Hoje*, deslocaram-se para este país como parte de um acordo pós-independência⁸ entre VPR, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e Cuba. Inicialmente, atuou por seis a oito meses como combatente nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), na guerra civil, e, depois, atuou junto ao Ministério da Agricultura, na organização de cooperativas em várias províncias angolanas, num momento de implantação do socialismo, numa economia de guerra. A sua formação no Brasil e a experiência adquirida do cooperativismo em Portugal contribuíram muito para a implementação de uma política de produção e distribuição das cooperativas angolanas. Em 1979, retornou à Europa e, depois de anistiado, ao Brasil.⁹

Entretanto, apesar das boas intenções e do ímpeto inicial, as relações do PT com partidos africanos nunca se estreitaram como deveriam. Segundo Irene Gala, “o Partido não aprofundou a compreensão sobre a situação africana, nem propôs políticas específicas para as relações bilaterais com o Brasil” (*apud* BELLUCCI, 2010). Marco Aurélio Garcia reiterou esta debilidade:

Por razões históricas, o PT tinha abertura com alguns partidos social-democratas, comunistas e verdes de alguns países da Europa. O mesmo foi tentado, sem êxito, com partidos africanos. Mas, não houve grandes avanços. Houve esforços típicos, alguns contatos, mas nunca conseguimos ter um relacionamento mais estável.

⁸ O Brasil foi o primeiro país, ainda durante a ditadura militar, a reconhecer a independência de Angola e o governo do MPLA.

⁹ Entrevista concedida ao autor em 18 de maio de 2020.

A ideia posterior, no partido, de uma política externa pró-africana, era muito mais um conceito, uma ideia, um desejo, do que o resultado de uma prática mais concreta. Ocupei-me muito da política latino-americana. Ninguém se ocupou da política africana (BELLUCCI, 2010).

Salvo na área sindical, onde a CUT, nos anos 1990, estabeleceu um diálogo constante com sua homóloga, COSATU, da África do Sul, e algumas iniciativas dos africanistas do PT que ajudaram a organizar as visitas ao Brasil de Sam Nujoma, líder da SWAPO, da Namíbia, e de Nelson Mandela, além de atos de solidariedade à Angola e Moçambique, este quadro pouco se alterou (BELLUCCI, 2010). Iole Ilíada mencionou que, durante seu mandato como SRI, buscaram-se contatos bilaterais com o CNA, da África do Sul, e com o Partido dos Trabalhadores de Guiné Bissau, porém sem a necessária continuidade.¹⁰

O governo Lula representou uma mudança profunda nas relações Brasil-África, que, no âmbito da cooperação Sul-Sul, adquiriu grande importância por meio do incremento das relações comerciais, visitas presidenciais ao continente africano, abertura de novas embaixadas por lá e também de países africanos no Brasil, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), entre outras iniciativas. Ainda assim, no entender de Mônica Valente, a diplomacia partidária deveria ter sido melhor articulada com as iniciativas governamentais, mencionando, particularmente, as relações aprofundadas pelo governo com os países africanos e a possibilidade de maior interação do PT com partidos como o CNA da África do Sul, FRELIMO, MPLA, entre outros.¹¹

Os agrupamentos trotskistas que participaram da fundação do PT, O Trabalho, os “Posadistas”¹², os “Mandelistas”¹³, da Democracia Socialista, a Causa Operária e a Convergência Socialista também possuíam suas ligações externas em países como Bélgica, França, Inglaterra, Estados Unidos, Argentina, entre

¹⁰ Entrevista concedida ao autor em 28 de julho de 2020.

¹¹ Entrevista concedida ao autor em 18 de maio de 2020.

¹² Esta corrente era liderada internacionalmente pelo argentino Juan Posadas.

¹³ A DS não é uma tendência composta apenas por trotskistas, porém os que atuam em seu interior seguem a corrente internacional fundada pelo belga Ernest Mandel.

outros, por intermédio de organizações que reivindicavam sua participação como membros das diversas frações da Quarta Internacional. Estas correntes políticas sempre foram atentas aos temas internacionais, bem como à conjuntura de outros países e, desta forma, traziam suas posições para o debate interno do PT, como as greves na Polônia, a problemática da dívida externa, as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, mais tarde, as negociações secretas na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), visando estabelecer um Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), entre outros temas.

Porém, nem todas estas tendências consideravam o PT um partido estratégico e algumas não se submetiam às resoluções aprovadas pela maioria. Depois que o partido aprovou uma resolução regulamentando o funcionamento das tendências, a situação se tornou mais tensa e a Convergência Socialista rompeu com o PT, criando seu próprio partido, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). A Causa Operária havia sido expulsa um pouco antes também, por se opor, na prática, às decisões partidárias e criou o Partido da Causa Operária (PCO).

A regulamentação das tendências permitia que elas mantivessem suas relações internacionais e atividades de formação política. Particularmente, O Trabalho foi atuante de forma aberta na área externa, tentando recrutar novos militantes e aliados por meio de ações internacionais que sensibilizassem ativistas políticos e sindicalistas, realizando reuniões anuais em Genebra, durante as conferências da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como conferências específicas, como uma convocada para a cidade do México sobre trabalho infantil, ou ainda a realização de várias Conferências Mundiais Abertas, desde 1991, que discutem as conjunturas internacionais à luz do neoliberalismo e dos conflitos armados, organizadas pelo “Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos” (AIT), cuja coordenação está à cargo do Partido Obreiro Independente da França (POI) e do Partido dos Trabalhadores da Argélia (PT) (AIT, 2018).

Os militantes da DS incentivaram o PT a firmar um convênio com a escola do Secretariado Unificado (SU) da Quarta Internacional, localizada na cidade de Amsterdam, na Holanda, que oferecia cursos de formação política por um mês, para militantes do Partido (BOLETIM NACIONAL DO PT, n. 53, abril de 1991).

Quanto às greves nos estaleiros de Gdansk na Polônia, o PT admirava e se solidarizava em alto grau com o Solidarnosc¹⁴, pela contemporaneidade e semelhança com as greves do ABC, em defesa dos salários e da liberdade sindical sob um regime autoritário. Os trotskistas, além disso, davam muita importância à oposição do Solidarnosc ao regime polonês, o qual consideravam um herdeiro do estalinismo soviético, com exceção dos “posadistas”, que apoiavam a União Soviética e acusavam o sindicato polonês de ser divisionista e prejudicar o progresso do socialismo (SILVA, 1987).

Entretanto, esta não era a única divergência entre estas tendências, que tinham a mesma gênese política, a oposição de esquerda dos anos 1920, na URSS, mas que foram se cindindo no período posterior à morte de Leon Trotsky, em 1940. Por exemplo, O Trabalho era contra o MERCOSUL, enquanto a DS aceitava que o bloco devidamente reformado poderia ser útil para unir os trabalhadores da região.

Em abril de 1980, Lula foi preso, durante a greve dos metalúrgicos daquele ano, por 31 dias e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. A solidariedade internacional de dirigentes sindicais e partidários do exterior foi muito expressiva, inclusive, por meio da presença de vários deles em momentos-chave, como nas audiências do processo. As três confederações sindicais internacionais que existiam na época¹⁵ promoveram queixas pela violação da liberdade sindical no Brasil, junto à OIT, em função da prisão dele e de outros integrantes da diretoria do sindicato. Estas foram apreciadas, em 1982, pelo Comitê de Liberdade Sindical da OIT, que condenou o governo brasileiro, pois considerou que a repressão a greves era uma violação à liberdade sindical, prevista nas Convenções 87 e 98 da OIT. Aos poucos, Lula e seu nascente Partido foram se tornando conhecidos no exterior. “Particularmente, durante as eleições de 1982, o PT foi muito procurado pela imprensa internacional”¹⁶.

Segundo José Genoíno, o desenvolvimento de relações internacionais pelos petistas, no início, “tinha o objetivo de ajudar a construir o Partido

¹⁴ Solidariedade, em polonês.

¹⁵ Estas eram a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), social-democrata, Federação Sindical Mundial (FSM), comunista e Confederação Mundial do Trabalho (CMT), democrata cristã.

¹⁶ Luiz Eduardo Greenhalgh em entrevista concedida ao autor em 11 de maio de 2016.

num ambiente que ainda era autoritário e se aproveitou, em alto grau, da experiência acumulada pelo movimento sindical”.¹⁷ De acordo com Luiz Eduardo Greenhalgh, estas relações internacionais, inicialmente, partiram de indivíduos ligados ao PT, como os retornados do exílio ou de pessoas que, no Brasil, tinham contatos com refugiados de outros países que aqui se encontravam, particularmente, argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios. Isso favoreceu que fossem estabelecidos contatos com membros dos “Montoneros” e do “Partido Revolucionario de los Trabajadores” (PRT), da Argentina, do “Movimiento de Izquierda Revolucionaria” (MIR) chileno e de organizações que viriam a compor a “Frente Amplia de Uruguai”. Ele também mencionou que Francisco Weffort, professor da Universidade de São Paulo (USP), um dos fundadores do PT e Segundo Secretário, de 1981 até 1984, quando se tornou Secretário Geral do Partido (cargo que ocupou até 1987), viveu durante muitos anos no exterior, inicialmente como exilado, no Chile, e, depois, lecionando em universidades da França e Inglaterra. Nos primeiros anos de existência do PT, foi o responsável pelas relações internacionais, embora o cargo não existisse formalmente e, como havia desenvolvido muitos contatos com os partidos social-democratas na Europa, procurou fortalecer estes laços com o Partido. Outro exemplo, mencionado por José Genoíno, foi o caso de Chico Mendes, que era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no Acre, e que estabeleceu uma estratégia especial de luta pelo acesso à terra e exploração sustentável da floresta amazônica, que abriu uma série de contatos com organizações ambientalistas e Partidos Verdes, no âmbito internacional.¹⁸

Esse ecletismo das relações internacionais respondia à decisão partidária de que a política internacional do PT “guiava-se pelo princípio do respeito às diferentes tradições históricas de luta dos povos e da determinação em abrir e manter relações com todas as expressões partidárias de esquerda” (CRUZ & STUART *apud* CRUZ, 2010).

¹⁷ Entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2016.

¹⁸ Entrevista concedida ao autor em 11 de maio de 2016.

A participação brasileira na luta pelos direitos humanos e pela democracia na América Latina

O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) foi fundado em 1978, a partir de iniciativas pontuais já existentes, como o Movimento Feminino pela Anistia, unificando a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita e criando organizações em vários estados brasileiros. A CBA tinha a participação de ativistas políticos e de direitos humanos, além de familiares de presos e exilados políticos. Embora questionasse os termos da Lei da Anistia, aprovada em 1979, por incluir os torturadores e violadores de direitos humanos do regime militar e não ser irrestrita, pois excluía os condenados pelos chamados “crimes de sangue”, com o retorno da maioria dos exilados e com a soltura da maioria dos presos políticos, na prática, o CBA se esgotou e foi substituído, em 1985, pelo grupo Tortura Nunca Mais. Muitos que atuaram no CBA ingressaram no PT.

Em paralelo ao CBA e no mesmo ano, por iniciativa do reverendo Jaime Wright, Luiz Eduardo Greenhalgh e a jornalista Jan Rocha, com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, foi criado o Comitê para Direitos Humanos no Cone Sul (CLAMOR), com o intuito de denunciar mundialmente estas violações na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, socorrer os refugiados que chegavam ao Brasil¹⁹ e colaborar com a busca dos filhos de presas políticas, que haviam sido entregues para a adoção, normalmente de militares, enquanto seus pais eram assassinados. Esta prática referiu-se, particularmente, à Argentina, onde se estima que até quinhentas crianças tenham passado por esta situação, embora pouco mais de cem tenham sido encontradas e

¹⁹ Apesar de o regime brasileiro ainda ser ditatorial e de ter colaborado com o “Plano Condor”, no final dos anos 1970 e início dos 1980, havia certa distensão no país, com o levantamento da censura, promulgação da Lei da Anistia e da Reforma Partidária, que possibilitava a refugiados dos países vizinhos viverem aqui, com menos sobressaltos do que em seus países de origem, embora a ditadura não legalizasse os refúgios e até ocorrerem desaparecimentos coordenados pelos integrantes do “Plano”, como foi o caso do sequestro, executado pelo DOPS gaúcho, dos uruguaios Lilian Celiberti, Universindo Dias e duas crianças, em 1978, que foram entregues ao exército daquele país.

identificadas. O CLAMOR contribuiu com algumas soluções. O funcionamento do CLAMOR foi numa sala da Cúria Episcopal de São Paulo, cedida por D. Paulo. O Conselho Mundial de Igrejas o apoiava com alguns recursos financeiros, para custear viagens e a comunicação, pois os boletins eram impressos em três idiomas. Esta organização deixou de existir quando terminou a última ditadura na América do Sul, a do Chile, de Pinochet, em 1991. Vários de seus colaboradores voluntários aderiram ao PT.

No ano de 1980, houve outra iniciativa de criar um movimento de caráter mais político, solidário a toda a América Latina: o “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina” (CBS) que, além de reunir e apoiar refugiados de outros países, também atuava politicamente, por exemplo, apoiando a revolução nicaraguense, os movimentos de libertação de El Salvador e Guatemala, entre outras ações. O CBS foi criado por brasileiros como Luiz Eduardo Greenhalgh; Fernanda Coelho – que, depois, viria a trabalhar no PT –; Vanda Pignato – que, posteriormente, mudou-se para El Salvador –; Aton Fon Filho, advogado, e sua companheira, além da participação de muitos refugiados. Suas reuniões também ocorriam na sede da Cúria.²⁰

As intervenções de solidariedade e de denúncias sobre a situação dos direitos humanos, nos países vizinhos, proferidas por parlamentares e lideranças do PMDB, PDT e PT, normalmente eram fundamentadas nos meticulosos dados coletados pelo CLAMOR. Esta organização contribuiu com a compilação e denúncia do desaparecimento de 7.291 argentinos, a partir dos depoimentos colhidos de refugiados, no Brasil. O movimento sindical também interagiu com o CLAMOR. Uma delegação da CUT tentou visitar o Uruguai, em 1983, para prestar solidariedade aos sindicatos daquele país, mas ela foi barrada na fronteira. Em 1986, a Central patrocinou uma Semana Latino-Americana de Solidariedade e Luta (ROCHA, 2018).

²⁰ Luiz Eduardo Greenhalgh em entrevista ao autor em 17 de maio de 2020.

Todas estas iniciativas de solidariedade e contatos por meio do CLAMOR, CBS, CUT, entre outras organizações, indiretamente, facilitaram o estabelecimento de relações, além de ajudar a divulgar o PT no exterior. Embora alguns dos agrupamentos latino-americanos mencionados por Luiz Eduardo Greenhalgh não existam mais, pelo menos na mesma configuração, não é raro encontrar, atualmente, políticos e diplomatas que, no passado, militaram nestas organizações ou em outras semelhantes, em diferentes países da América Latina. Por exemplo, embaixadores chilenos que foram do MIR ou do Movimiento de Acción Popular Unitária (MAPU) servindo no Brasil e o caso de Angelino Garzón, que foi presidente da Confederación Unitaria de Trabajadores (CUT) da Colômbia, no final dos anos 1980, antes de ingressar na vida partidária do país e tornar-se conhecido de vários sindicalistas da CUT e de membros do PT, no Brasil. Quando se tornou ministro, depois governador e, finalmente, vice-presidente do país, de 2010 a 2014, foi um importante interlocutor do PT e do governo brasileiro na Colômbia.

Da mesma forma, na Europa, encontramos ex-sindicalistas nos Parlamen-tos, quando não na posição de chefes de Estado. Por exemplo, Wim Kok, que foi presidente da principal central sindical da Holanda, a Federação Holandesa de Sindicatos (FNV), que colaborou com a CUT por mais de vinte anos e tornou-se primeiro-ministro de seu país, entre 1994 e 2002. O mesmo ocorreu com o primeiro-ministro da Suécia, Kjell Stefan Löfven, eleito em 2014, que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Suécia, entre 2006 e 2012, e conheceu Lula quando ambos ainda eram ativistas sindicais e políticos. Assim ocorreu com várias outras personalidades internacionais que possuíam algum nível de conhecimento sobre o Brasil.

Em 1979, houve a Revolução Sandinista na Nicarágua que, assim como a Revolução Cubana, ocorrida 20 anos antes, tornou-se, também, uma referência política importante para o Partido dos Trabalhadores. A vitória dos sandinistas foi contemporânea com o início das articulações de fundação do PT, derrotou uma ditadura sanguinária e corrupta, apoiada pelos EUA, e gerou um governo que buscou melhorar a situação social dos nicaraguenses, além de defender a implantação do socialismo pela via democrática. Eles propuseram três princípios para o novo governo da Nicarágua: o não alinhamento internacional, a economia mista e o pluralismo político. Estes elementos coa-

dunavam com o pensamento médio petista e isso, além da forma como os sandinistas chegaram ao poder, tocaram muito o imaginário dos militantes do PT (PIVA, 2016). Entre os revoltosos na Nicarágua houve a importante participação da esquerda católica, adepta da Teologia da Libertação. Desta forma, os nicaraguenses também estabeleceram contatos, principalmente por meio do sacerdote Ernesto Cardenal, com Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil, entre as quais, muitas apoiaram o PT, no início. Nos primeiros anos de existência do PT, houve um intercâmbio intenso com a Nicarágua. Entre 1984 e 1989, o partido participou de várias “brigadas” de voluntários, organizadas por diferentes partidos de esquerda brasileiros, que se dirigiram a este país para colaborar em colheitas de café e outras atividades produtivas que fossem necessárias.

No início de 1980, o presidente Daniel Ortega esteve em visita ao Brasil e recebeu o título de Cidadão Paulistano, oferecido pela Câmara de Vereadores do município, articulado pela bancada parlamentar do PT. Ele também assinou um Protocolo de Relações com o PT – Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), que estabeleceu as bases e interesses comuns para subsidiar a relação e cooperação entre os dois partidos. Lula esteve em Manágua, naquele mesmo ano, para participar do primeiro aniversário da Revolução, onde conheceu Fidel Castro, Yasser Arafat e outros líderes da esquerda mundial. Um dos desdobramentos posteriores deste Protocolo foi a manutenção, pelo PT, de cinco militantes da área da saúde, entre 1985 e 1987, na Nicarágua, três médicos e duas enfermeiras (A POLÍTICA INTERNACIONAL DO PT, 2007). Mais adiante, Protocolos semelhantes seriam assinados com outros partidos, como a Frente Farabundo Marti de Liberación Nacional (FMLN) que, ainda durante a guerra civil em El Salvador, “enviou um ‘embaixador’ para viver no Brasil, sob os auspícios do PT”²¹.

A solidariedade com a Nicarágua e outros países manteve-se ao longo da década de 1980, conforme expressado pela moção aprovada no III Encontro Nacional, em abril de 1984:

O III Encontro Nacional do PT expressa sua solidariedade à Nicarágua e aos povos da América Central, neste grave momento em que esta nação tem sua sobe-

²¹ Entrevista concedida por Luiz Eduardo Greenhalgh ao autor em 11 de maio de 2016.

rania atacada econômica, diplomática e militarmente pela Administração Reagan, que arma e sustenta a contrarrevolução que bombardeia cidades, destrói colheitas e mina os portos nicaraguenses. Impedindo, com isso, que navios estrangeiros transportem mercadorias para a Nicarágua que, bloqueada, fica sem condições de abastecer-se de produtos essenciais. Nós, do Partido dos Trabalhadores, que também lutamos por uma sociedade sem explorados nem exploradores, temos apoiado todas as iniciativas que visam garantir a autodeterminação do povo nicaraguense e centro-americano, ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma campanha sistemática de solidariedade ao povo nicaraguense e o legítimo governo da FSLN. O III Encontro Nacional repudia o ato de arbítrio contra Gabriel Garcia Márquez²², ao mesmo tempo em que, solidarizando-se com a delegação, leva seu apoio aos nicaraguenses e dirige-se ao povo norte-americano para que freie a sanha imperialista de Reagan contra a Nicarágua e a América Central.

VIVA A NICARÁGUA E A REVOLUÇÃO NICARAGUENSE! (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998).

Da mesma forma, a revolução cubana do final dos anos 1950, seu governo, os ideais de igualdade e justiça social e os ícones da Revolução, como Che Guevara e Fidel Castro, eram admirados pela esquerda brasileira e por muitos militantes do PT. A aproximação entre o PT e o Partido Comunista de Cuba (PCC) foi facilitada por ex-integrantes da luta armada no Brasil, que ingressaram no Partido e que estudaram ou estiveram exilados naquele país (CRUZ & STUART *apud* CRUZ, 2010). Em 1985, Lula foi convidado a participar da Jornada Internacional de Luta contra a Dívida, em La Havana, onde compareceu acompanhado por Luiz Eduardo Greenhalgh e Frei Betto. Seu discurso sobre a dívida externa, com tons socialistas e anti-imperialistas, foi ovacionado. Durante a visita, houve uma reunião com Fidel Castro e Lula foi convidado a retornar a Cuba quinze dias depois, para um encontro com intelectuais de vários países sobre o mesmo tema. As relações diplomáticas entre Brasil e Cuba, rompidas em 1964, foram restabelecidas em 1986, durante o governo Sarney,

²² O escritor colombiano teve seu visto de ingresso nos EUA vetado pelo governo quando tentou se somar a uma delegação estrangeira de intelectuais e ativistas que buscavam se reunir com autoridades estadunidenses, para protestar contra as intervenções na América Central, particularmente, na Nicarágua e em El Salvador.

e o PT foi um forte apoiador da iniciativa (PIVA, 2016). As boas relações entre o PT e o PCC permanecem até hoje e sempre foram pautadas pela solidariedade e condenação ao bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, conforme ilustra uma moção aprovada no VIII Encontro Nacional de 1993:

MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE AO POVO CUBANO

Os delegados do 8º Encontro Nacional do PT, conscientes do importante papel que Cuba desempenha no contexto das nações do Terceiro Mundo, como uma fronteira de lutas pela liberdade e autodeterminação dos povos, manifestam sua solidariedade irrestrita ao heroico povo cubano, que resiste, com dignidade e grandeza, ao embargo econômico imposto pelo imperialismo internacional.

São longos anos de resistência que atingem, de frente, os setores essenciais da economia do país. Esse quadro tende a se agravar, desde que o Congresso norte-americano aprovou a famigerada Lei “Torricelli”, que restringe gradativamente as relações comerciais com outros países.

Num momento de crise profunda para a Comunidade Internacional, em que as Nações Unidas (ONU) tentam interferir, de forma a superar graves problemas que ocorrem no Leste Europeu, na África e no Oriente Médio, repudiamos a continuidade dessa atitude de agressão a um país e um povo que, sobretudo, tem se conduzido dentro dos princípios de respeito à independência e autonomia dos países-irmãos e da solidariedade internacional.

Pela Suspensão Imediata do Bloqueio Econômico!

Pelo Livre Comércio Entre Cuba e Todos os Países do Mundo!

Viva o Povo Cubano!

Em janeiro de 1981, uma delegação do PT, composta por Lula, Jacó Bittar, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés esteve na Europa, onde visitou vários países, como Itália, o Estado do Vaticano, entre outros. Em Roma, encontrou-se com Lech Walesa²³, líder sindical polonês, que também estava em visita ao Vaticano e, segundo José Álvaro Moisés, foi “antipatia mútua à primeira

²³ Walesa chegou a ser eleito presidente da Polônia, em 1990, na primeira eleição após o fim do regime socialista. Implementou um governo impopular, inclusive junto ao seu sindicato de origem, devido ao seu programa neoliberal e ele desapareceu do cenário político quando terminou seu mandato, em 1995.

vista”, demonstrada pela queixa explícita de Walesa aos petistas no encontro: “nós estamos lutando contra o comunismo, e vocês querem introduzir o socialismo”! (1982). Além deste encontro com Walesa, a delegação também se reuniu com o Papa João Paulo II, igualmente de origem polonesa. Entre 1980 e 1981, Lula e outros dirigentes visitaram vários países e encontraram-se com diferentes personalidades políticas. Além dos países já mencionados, estiveram também nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Portugal e Argentina, onde se encontraram com dirigentes políticos como Edward Kennedy, Helmut Schmidt, Adolfo Suárez e Felipe Gonzalez (DIAS, 2004). Normalmente, estas visitas eram custeadas pelos anfitriões, que podiam ser organizações sindicais, partidos políticos, ONGs ou universidades.

Naquela época, salvas as relações com Cuba, o PT, à rigor, não tinha contatos com os partidos comunistas em nenhum outro lugar, pois o Partido Comunista Brasileiro (PCB) detinha o monopólio destes relacionamentos e sempre fez o que pôde para não compartilhá-los, pois, além de reivindicar o título de “o partido da classe trabalhadora”, acusava o PT de ser social-democrata e afirmava que Lula era um “divisionista” infiltrado pela Central de Inteligência Americana (CIA). Estas ácidas e infundadas acusações provinham da luta política que os comunistas travavam com os petistas, fosse na área sindical, onde defendiam a manutenção da estrutura sindical getulista, frequentemente em aliança com os “pelegos”, fosse na arena política, onde, na ocasião, participavam do PMDB, e, depois, do apoio ao governo Sarney.

Segundo Marco Aurélio Garcia, “um fantasma parecia rondar o PT – o fantasma da social-democracia”. Isso se devia à avaliação de setores da intelectualidade e da imprensa, que intimavam o Partido a escolher entre o “arcaico modelo revolucionário leninista” e a “moderna social-democracia”. Quanto à segunda opção, comparavam a relação do Partido com o movimento sindical brasileiro à relação próxima e histórica que existe entre os partidos social-democratas e os sindicatos, em países como os escandinavos, a Alemanha, Inglaterra, entre outros. Entretanto, estes analistas não levavam em conta várias diferenças, como o estágio de desenvolvimento da economia e o crescimento da classe operária nestes países, quando os partidos social-democratas foram fundados, bem como suas diferentes origens (1990). Quando foram criados, o número de trabalhadores na indústria daqueles países já superava os da agri-

cultura, que tiveram pouca participação no estabelecimento dos partidos socialistas europeus, ao contrário do Brasil, onde o sindicalismo rural e outros setores sociais foram vetores importantes da criação do PT.

As experiências latino-americanas de criação de partidos, com relações mais estreitas com os trabalhadores, como o Peronismo, a Alianza Popular Revolucionária Americana (APRA) do Perú, o Partido de la Revolución Institucional (PRI) mexicano ou o PTB brasileiro representavam muito mais tentativas de construir partidos que buscavam cooptar os trabalhadores, ao defender políticas sociais e direitos, do que fomentar uma posição ideológica socialista ou de cooperação entre classes sociais, como a adotada pelos partidos social-democratas, particularmente quando passaram a rejeitar o conceito de ditadura do proletariado e adotaram a disputa pelo poder, unicamente pela via eleitoral, em detrimento da senda revolucionária de suas origens. O PCB era o único partido no Brasil que, desde sua fundação, na década de 1920, até a década de 1950, quando começou a sofrer cisões, era conectado com a classe trabalhadora e lhe oferecia uma opção ideológica leninista. No entanto, o PT, desde sua fundação, rejeitou esse modelo e, da mesma forma, a opção social-democrata, particularmente na sua conformação atual, que privilegia a chamada Terceira Via, que combina ajustes neoliberais com algumas políticas sociais e tampouco se dispôs a filiar-se à Internacional Socialista (IS). Embora seja difícil rotular o “socialismo petista” por meio de um adjetivo ou de uma frase, segundo Garcia, o PT é um partido “pós-social-democrata e pós-comunista”, radical, de esquerda, socialista e, por isso, moderno (1990).

Uma recente entrevista com o cientista político inglês Simon Hix, que estudou o desempenho eleitoral e a base social dos partidos social-democratas na Europa, desde 1918, indiretamente corrobora estas afirmações de Marco Aurélio Garcia. Segundo ele, os social-democratas europeus viveram três ondas de representatividade nas disputas eleitorais. A primeira, no período entre guerras, quando romperam com o comunismo e apostaram na via eleitoral, com base nos votos dos numerosos trabalhadores na indústria, pois o setor de manufaturas na Europa cresceu expressivamente entre 1918 e 1938. A segunda onda foi a partir do Congresso do Partido Social Democrata alemão (SPD), de Bad Godesberg, na década de 1950, quando este adotou uma política mais moderada para conquistar os votos de setores profissionais da classe média

e dos servidores públicos. Estes haviam crescido numerosamente, devido ao Welfare State europeu. A terceira onda, que coincide com a fundação do PT, foi a disputa eleitoral, após o advento do neoliberalismo, no final dos anos 1970, quando a globalização, as mudanças tecnológicas e as privatizações reduziram a dimensão dos trabalhadores na indústria, bem como dos servidores públicos. As novas categorias de trabalhadores, como os informais e a pauta dos setores mais vulneráveis da sociedade passaram a ser disputadas também por partidos liberais, de centro direita e pelos verdes, o que reduziu significativamente o desempenho eleitoral dos social-democratas²⁴.

Quando o PT criou sua Secretaria de Relações Internacionais, o Estatuto definiu que um membro da Comissão Executiva Nacional (CEN) do Partido deveria ocupar esta função e que suas ações tinham três objetivos: divulgar o PT internacionalmente, estabelecer contatos com forças sociais e políticas do exterior e subsidiar as discussões da direção do Partido sobre temas internacionais. No tocante a este último item, os boletins internos eram repletos de informes e análises sobre temas como Perestroika e Glasnost, desarmamento, diferentes encontros internacionais e conjunturas de outros países como Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, Polônia, URSS, Oriente Médio, entre outros. As ações concretas sempre foram ambiciosas e práticas como o envio de uma carta ao Papa João Paulo II, pedindo que intervisse diplomaticamente contra a invasão do Líbano pelas forças armadas israelenses, em 1982, para expulsar a OLP, que estava radicada nesse país. Uma cópia da carta foi também enviada a Yasser Arafat.

De 1983 até 1988, quando foi eleito vice-prefeito do município de São Paulo, esta função coube a Luiz Eduardo Greenhalgh. De acordo com ele, quando assumiu a função de Secretário de Relações Internacionais buscou “introduzir uma estratégia que possibilitasse construir relações internacionais mais sólidas e permanentes”. As suas prioridades eram a América Latina, particularmente Cuba, Nicarágua e El Salvador. Em outros países do continente ainda havia dificuldades, pois, assim como no Brasil, países como Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai ainda estavam sob regimes ditatoriais e os partidos com os quais o PT poderia se relacionar ainda funcionavam preca-

²⁴ Disponível em: <www.ips.journal.eu/index.php>. Acesso em: 05 maio 2020.

riamente, ou na clandestinidade. Não era tanto o caso de El Salvador, pois, embora vivesse clandestino e sob regime militar, a FMLN era um movimento guerrilheiro atuante e que possuía laços internacionais e se movia com desembaraço. A segunda prioridade era tentar romper o isolamento na relação com os PCs dos países europeus. No Leste Europeu, isso só foi possível com o Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), da República Democrática Alemã (RDA), que, inclusive, convidou uma delegação do PT para visitar o país, em 1984, o que ocorreu e contou com a participação de Lula, Weffort e Paulo Azevedo. Na Europa Ocidental, aos poucos foram estabelecidos contatos com os PCs da Itália, França e outros países. A terceira prioridade era a relação com os Partidos Socialistas e Social-Democratas da Europa Ocidental.²⁵

Em 1985, Lula esteve em Viena, na Áustria, para receber um prêmio de direitos humanos concedido pela Fundação Bruno Kreisky. O nome do prêmio era em homenagem ao socialista e ex-chefe de Estado que governou o país entre 1970 e 1983. Esta honraria era concedida anualmente e foi um dos prêmios voltados para a promoção dos direitos humanos mais antigos no mundo (VANNUCHI, 2020).

As relações com os partidos socialistas e social-democratas da Alemanha, Espanha, França, Suécia e outros viabilizaram-se ao longo da década de 1980, graças aos já mencionados ex-exilados e intelectuais do PT. Porém, paradoxalmente, embora a CUT tivesse boas relações com suas congêneres da Noruega, Dinamarca e Holanda, que poderiam abrir caminhos na relação partidária, nunca se estabeleceu uma relação mais forte entre o PT e os partidos social-democratas destes países. Tanto as relações da CUT com o Trade Union Congress (TUC) quanto do PT com o Partido Trabalhista da Inglaterra (Labour) tampouco se fortaleceram, porque a prioridade dos ingleses sempre foi a relação com suas ex-colônias e países membros do Commonwealth. Porém, mesmo assim, houve contatos do PT com “brasilianistas” ingleses, universidades, parlamentares e organizações sociais, por meio de visitas ao Reino Unido, a exemplo de Telma de Souza, quando era prefeita de Santos (1989-1993), que se encontrou com os deputados Jeremy Corbyn e Claire Short, além da visita do próprio secretário de relações internacionais, Marco Aurélio Garcia, junto

²⁵ Entrevista concedida ao autor em 11 de maio de 2016.

com Jorge Matoso²⁶ a este país, às vésperas da eleição presidencial de 1994, após acompanhar o candidato Lula à África do Sul e à Alemanha.

No caso da Alemanha, onde os partidos possuíam fundações partidárias para executar cooperação internacional, o SPD, que começou a estabelecer relações políticas na América Latina, na década de 1970, abriu um escritório da sua fundação, o Friedrich Ebert Stiftung (FES), inicialmente no Rio de Janeiro, uma vez que o PDT, que passou a governar o estado em 1983, era filiado à Internacional Socialista (IS). Porém, um dos encarregados deste trabalho, Uwe Optenhögel, logo percebeu que o PT tinha potencial para crescer e assumir muita importância política no Brasil, além de possuir as relações com os principais sindicatos do país, o que lhe dava alguma similitude com a base tradicional da social-democracia europeia, assim, ele atuou para estreitar as relações do SPD também com este Partido, além das relações entre organizações sindicais da Alemanha e as da CUT.

Todavia, o debate internacional da direção e do conjunto dos filiados do PT ainda girava, principalmente, em torno da superação da opressão contra o imperialismo e de solidariedade aos povos em luta, a partir do entendimento expresso na resolução do Segundo Encontro Nacional, realizado em 1982, que “a luta dos trabalhadores é a mesma em todo o mundo”. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998).

No terceiro e quarto Encontros Nacionais, realizados, respectivamente, em 1984 e 1986, também foram aprovadas resoluções e moções contemplando temas internacionais. O Terceiro Encontro Nacional mencionou que:

devemos recusar todas as formas de submissão do país à dominação imperialista, como as que impõem restrições nas relações internacionais. Uma política externa independente implica, hoje, na ampliação das relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas e do Terceiro Mundo. A luta do povo brasileiro é inseparável das lutas dos outros povos latino-americanos [...] daí nossa prioridade para o fortalecimento de laços com os movimentos de libertação latino-americanos, que têm, hoje, como pontos principais, a Nicarágua, El Salvador e Cuba. [...] cabe ressaltar a luta dos trabalhadores da Polônia em torno do Movimento So-

²⁶ Jorge Matoso se tornaria secretário de Relações Internacionais do município de São Paulo, em 2001.

lidariedade. A busca de um novo caminho para a efetiva emancipação dos trabalhadores, sem privilégios e opressões de castas burocráticas, deve nos levar ao mais amplo intercâmbio de ideias e experiências (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998).

Este Encontro aprovou duas moções com caráter internacional, a saber, “pela libertação dos presos políticos na Polônia” e “repúdio à guerra contra a Nicarágua”, referindo-se à ofensiva dos “Contras”, que, a esta altura, já atacavam a Nicarágua a partir de Honduras, com apoio e armamento dos EUA.

O Quarto Encontro, em 1986, complementou a resolução internacional anterior de solidariedade com a América Central e a Polônia, mencionando também a queda das ditaduras de Baby Doc, no Haiti, e de Ferdinando Marcos, nas Filipinas, bem como a emergência popular na África Negra, como exemplos do avanço democrático e socialista no mundo. A resolução ainda convocou os Diretórios e Núcleos a contribuírem com a solidariedade internacional do PT, “além de defender os Direitos Humanos, individuais e coletivos, onde quer que eles sejam desrespeitados e apoiando os movimentos democráticos e socialistas em todos os quadrantes”. As moções propuseram “solidariedade a Zbigniew Bujak, dirigente do sindicato polonês ‘Solidariedade’, preso recentemente; solidariedade aos ‘Brasiguaios’²⁷ e “repúdio ao ‘apartheid’, praticado na África do Sul” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998).

Segundo Fernanda Coelho, nos primeiros anos da construção partidária, os militantes do PT eram estimulados a participar de várias frentes políticas e de muitas atividades militantes ao mesmo tempo, desde as disputas eleitorais, o apoio a oposições sindicais, a criação da CUT, manifestações diversas e as discussões sobre solidariedade internacional. Ela se recorda que os integrantes do CBS e da secretaria de relações internacionais do PT iam para reuniões nas periferias, nos sindicatos e nos salões paroquiais, carregando um pesado projetor de *slides* com carrossel para expor a luta na América Central, cujo conteúdo despertava muito interesse.²⁸

²⁷ Este termo se aplicava a pequenos produtores rurais brasileiros que foram expulsos de suas terras e se estabeleceram no Paraguai, onde enfrentaram várias situações de disputas com latifundiários deste país (ROCHA, 2018).

²⁸ Entrevista concedida ao autor em 17 de maio de 2020.

Nova moção sobre a África do Sul aprovada no V Encontro Nacional, em dezembro de 1987, dizia o seguinte:

O 5º Encontro Nacional do PT, realizado nos dias 4, 5 e 6 de dezembro, declara sua irrestrita solidariedade à heroica luta do povo negro da África do Sul.

Esmagados pelo brutal regime de uma minoria branca, os trabalhadores e a juventude sul-africana realizam um combate contra o racismo e a dominação capitalista encarnada no Regime do Apartheid.

O PT, que se identifica com a luta contra a exploração e a opressão em todo o mundo, reafirma seu engajamento na defesa de todos os militantes das diferentes organizações que lutam pela destruição do Apartheid – CNA, AZAPO, COSATU, NACTU, SWAPO, SWANU. Reafirma sua disposição de lutar pela libertação de todos os prisioneiros políticos da África do Sul, em particular de Moses Mayekiso (Secretário-Geral do NUMSA), Nelson Mandela (da ANC), Nokosi Molala (presidente da AZAPO). Reafirma seu apoio à luta do povo sul-africano pelo fim do Apartheid. Enviado para: Ministério de Relações Exteriores, CNA, AZAPO, COSATU, NUMSA e Nelson Mandela.

A tentativa do PT de estabelecer contatos com o Oriente Médio iniciou-se com declarações, praticamente desde sua fundação, de solidariedade à luta dos palestinos para reaver suas terras, tomadas pelos israelenses no processo de divisão da região em dois Estados; devolução que, efetivamente, até hoje, foi extremamente limitada²⁹. A Liga Árabe obteve autorização do governo brasileiro, em 1979, para abrir um escritório de representação em Brasília, que, na prática, tornou-se a representação da Organização para a Libertação da Palestina. Neste sentido, o PT estreitou laços com a OLP, inclusive com a ajuda de jovens palestinos residentes no Brasil e simpáticos ao Partido.

Por fim, houve diálogos também com o Partido Comunista Chinês (PCCCh), facilitados por Wladimir Pomar, um dirigente do PT que fora filiado ao PCdoB no passado e que possuía contatos com a China.³⁰ A primeira visita de uma delegação do PT à China contou com a participação de Jacó Bittar, Luiz Gushiken e

²⁹ A posição do PT sobre este tema é de apoio à solução de “dois povos e dois Estados” no marco das fronteiras existentes, em 1967.

³⁰ Luiz Eduardo Greenhalgh em entrevista concedida ao autor em 11 de maio de 2016.

Wladimir Pomar, ainda na década de 1980. A China havia reatado as relações diplomáticas com o Brasil, em 1974, durante o governo do general Ernesto Geisel.

No entanto, a época era de crise econômica no Brasil e na América Latina, por conta da dívida externa e do processo de alteração do paradigma de desenvolvimento. O Brasil concluía sua transição para a redemocratização, por meio da aprovação de uma nova Constituição, em 1988 e da realização de eleições diretas para presidente da República, em 1989, ao mesmo tempo em que o sistema internacional passava pela sua maior transformação no pós-Segunda Guerra Mundial, com a queda do “Muro de Berlim”, em 1989 e a dissolução da União Soviética, em 1991, o fim da Guerra Fria e da bipolaridade EUA-URSS e a ascensão quase hegemônica do neoliberalismo como modelo econômico, social e político no mundo.

O PT elegeu oito deputados federais em 1982, dos quais três foram expulsos do Partido, três anos depois, porque contrariaram a decisão partidária de não participar do Colégio Eleitoral, em 1985, que elegeu a chapa Tancredo Neves e José Sarney para governar o Brasil. Segundo José Genoíno, que foi um dos cinco parlamentares remanescentes, um tema internacional ao qual a bancada petista na Câmara – que representava apenas 1% da mesma – dedicou muito empenho, foi a luta pela ratificação³¹ da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes aprovada na Assembleia Geral da ONU em 1984 e que considerou a prática da tortura como crime contra a humanidade e, portanto, imprescritível. Além do significado genérico desta posição em defesa dos Direitos Humanos, a ratificação deste tratado era, também, uma forma de questionar a ditadura militar brasileira e a anistia, concedida, igualmente, a torturadores e torturados. Além desse, havia também uma discussão sobre o Brasil desenvolver armas nucleares ou não, e a Constituição de 1988 decidiu que o uso da energia nuclear seria somente para fins pacíficos, conforme reza seu Artigo 21^o.³²

³¹ A ratificação pelo Brasil ocorreu em 1989 e a promulgação, em 1991.

³² Em 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou a ratificação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que muitos consideram injusto, ao “congelar” a posse da tecnologia nuclear em mãos das grandes potências e avaliam que o presidente, pelo menos, deveria ter negociado algo em troca. Entrevista concedida ao autor em 11 de maio de 2016.

Na Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1986, o PT contou com 16 deputados. Lula foi um deles. José Genoino considerou que o PT “teve boa participação e incidência no processo”, particularmente no Capítulo 1 da Constituição Federal, “Dos Princípios Fundamentais”, que, de fato, é muito progressista, incluindo o Artigo 4º, que trata de princípios das relações internacionais do Brasil como independência, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, entre outros. Além disso, chama a atenção a redação do Parágrafo Único deste artigo: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política e cultural dos *povos* (grifo do autor) da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”, que foi uma das prioridades da PEB do governo Lula, com um conteúdo muito além dos aspectos comerciais que, normalmente, nortearam as políticas de integração a partir dos anos 1990. Vários destes princípios já haviam sido expostos nas resoluções dos primeiros encontros do PT, mas, para José Genoino, a qualidade do Capítulo 1 da Constituição Federal também se deveu ao fato de o relator ter sido o senador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Rio Grande do Sul, José Paulo Bisol³³, com quem os parlamentares do PT se relacionavam bem. Ele mencionou também a colaboração do deputado João Herman Neto³⁴, do PMDB de São Paulo. Um interlocutor importante do PT no governo do presidente José Sarney foi seu ministro da Cultura, Celso Furtado.³⁵

Nas eleições municipais de 1988, o PT obteve um resultado melhor do que o esperado, ao conquistar 36 prefeituras em todo o país, entre elas, as de grandes cidades, como Campinas e Santos e capitais de estado como São Paulo³⁶, Porto Alegre e Vitória. Para a política internacional do PT, isso gerou dois efeitos colaterais: o primeiro foi o envolvimento de alguns destes municípios com o exercício de relações internacionais, no nível de governos

³³ José Paulo Bisol foi o candidato a vice-presidente de Lula na chapa da Frente Brasil Popular, composta por PT, PSB e PCdoB, na eleição presidencial de 1989.

³⁴ O deputado era de esquerda e provinha, originalmente, da ala autêntica do antigo MDB.

³⁵ Entrevista concedida ao autor em 11 de maio de 2016.

³⁶ O assessor especial para relações internacionais da administração municipal de Luiza Erundina foi o economista Ladislau Dowbor.

locais. Particularmente, São Paulo e Porto Alegre as desenvolveram com forte empenho, estabelecendo contatos e projetos de cooperação com governos locais de outros países e, no caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, este tornou-se uma referência mundial, como um instrumento de democracia participativa e um “produto de exportação”, pois muitas administrações municipais do Brasil e de outros países propunham intercâmbios para entender melhor do que se tratava.

Posteriormente, o município de Porto Alegre foi uma das cidades fundadoras da Rede Mercocidades, em 1995, bem como sediou e apoiou a realização de várias sessões do Fórum Social Mundial, a partir de 2001.

Várias capitais e cidades médias administradas pelo PT, a partir da eleição de 1988 e de outras subsequentes, implantaram políticas municipais de relações internacionais, normalmente geridas por assessorias ligadas diretamente aos gabinetes dos prefeitos, ou então, estruturas como a coordenadoria de relações internacionais de Recife e a subsecretaria de relações internacionais de Belo Horizonte, subordinadas a alguma secretaria, o que limitava suas atuações. No caso do município de São Paulo, foi criada uma secretaria de relações internacionais, em 2001, com o mesmo status das demais secretarias e que se reportava diretamente à prefeita que a criou, Marta Suplicy e aos chefes do executivo municipal que a sucederam. Nesta cidade, o principal eixo político que fundamentava as relações internacionais era a política de inclusão social nas várias áreas da administração e a prefeita também se engajou ativamente no processo de unificação de três redes mundiais de cidades e governos locais: a Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU), a União Internacional de Autoridades Locais (IULA) e a Rede Metropolis de grandes cidades e regiões metropolitanas, que gerou a fundação da União de Cidades e Governos Locais (CGLU), em 2004 e que teve a prefeita de São Paulo como uma das presidentes da nova organização, junto com os prefeitos de Paris e Tswane (Pretória).

A rede de cidades do âmbito do MERCOSUL foi fundada em novembro de 1995, num processo de debates que, inicialmente, envolveu 13 cidades, a saber: Rosário, La Plata e Córdoba, da Argentina; Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador, do Brasil; Assunção, do Paraguai; e Montevidéu, do Uruguai.

Na ocasião, foram destacados 20 objetivos que justificavam a fundação da rede, entre eles: a promoção da comunicação, planejamento, cooperação e coordenação entre as políticas municipais dos sócios da rede, com o intuito, entre outros, de fortalecer a democracia, a integração regional, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das respectivas populações. Estes objetivos foram incorporados no ano seguinte, no Estatuto da rede.

O Estatuto definiu a seguinte estrutura de funcionamento: a Assembleia de Sócios, a realizar-se anualmente, como a instância superior; o Conselho, composto por oito representantes de cidades dos países membros permanentes do MERCOSUL³⁷ e quatro dos países associados, para reunir-se periodicamente entre as assembleias anuais; a Secretaria Executiva, que é exercida durante um ano pela cidade anfitriã da Assembleia (o primeiro secretário foi o prefeito de Assunção, Carlos Filizzola, do partido de centro esquerda, no Paraguai, “Encuentro Nacional”); a Secretaria Técnica Permanente, criada em 2001 e com sede no Edifício MERCOSUL, em Montevideu e as Unidades Temáticas, que foram 17. Houve uma discussão posterior, no sentido de alterar esta estrutura para que se tornasse mais funcional, diante da atual conjuntura e da existência de 288 cidades de nove países associadas à Rede.

A distribuição de cidades-membros da Rede Mercocidades, em 2015, era a seguinte: Argentina, com 107, o maior número; Bolívia, com nove; Brasil, com 83; Chile, com 19; uma cidade associada na Colômbia (Medellin); Paraguai, com 25; Peru, com 13; Uruguai, com 19; e Venezuela, com 12.

Além de contar com esta estrutura robusta, a Rede Mercocidades também conquistou espaços institucionais no MERCOSUL, inicialmente a Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI), que, em 2007, foi substituída pelo Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL, por sua vez, composto por dois comitês: o de municípios e o de estados federados, províncias e departamentos.

³⁷ Os membros permanentes originais eram Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Posteriormente, a Venezuela foi também incorporada neste status, mas ela foi suspensa do bloco, em 2017, por iniciativa dos governos de direita do MERCOSUL.

Perspectivas do MERCOSUL

O MERCOSUL é uma União Aduaneira Incompleta³⁸, etapa superior às zonas de livre comércio, e que, ao longo de sua existência, de quase 25 anos, multiplicou o fluxo de comércio entre seus integrantes permanentes por dez. No entanto, durante o período dos governos progressistas na região, o bloco tinha a perspectiva de tornar-se não apenas uma área de livre circulação de capitais, como também de livre circulação de pessoas e harmonização de direitos políticos e sociais, embora tivesse vários desafios a superar, particularmente, a ampliação de sua institucionalização.

O Protocolo de Ouro Preto, aprovado em 1994, definiu a estrutura de funcionamento do MERCOSUL e criou o Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), com o intuito de estabelecer um espaço de participação para diferentes atores sociais. Posteriormente, foi aprovado um Protocolo Laboral, definindo direitos trabalhistas e sociais a serem respeitados em todos os países do bloco. Porém, o grande salto nas políticas sociais ocorreu no período entre 2003 e 2010. Este período foi pródigo na aprovação de uma agenda social relevante, composto pelo Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais (CCMAS), o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), o Instituto Social do MERCOSUL, o MERCOSUL Social e Participativo, além de iniciativas relacionadas à educação e à agricultura familiar.

Considerando as assimetrias entre os membros permanentes, foi criado, em 2005, o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), com contribuições proporcionais destes países, de acordo com sua dimensão econômica e com maior acesso aos recursos pelos países menores (Paraguai e Uruguai). O Fundo financia projetos nas áreas de infraestrutura, habitação, tecnologia, entre outros e, em

³⁸ Uma união aduaneira é incompleta quando nem todos os bens estão incluídos na Tarifa Externa Comum (TEC), como é o caso do MERCOSUL, onde foram negociadas várias exceções de interesse dos membros permanentes

2015, possuía uma carteira com 40 projetos, no valor de 1,4 bilhão de dólares, dos quais 1 bilhão não reembolsável.

Entretanto, apesar da abrangência da estrutura e da agenda social, a instância superior de decisões no MERCOSUL é o Grupo Mercado Comum do MERCOSUL (GMC), composto pelos chefes de Estado que se reúnem semestralmente. Esta centralização das decisões impede que o MERCOSUL amplie sua institucionalização e que a estrutura transborde positivamente para a sociedade.

Esta baixa institucionalização afetou, inclusive, a Rede Mercocidades. Foi possível verificar, ao longo dos vinte anos de existência, que sua dinâmica acompanhou a do MERCOSUL. Na medida em que o GMC adotava medidas de aprofundamento da integração regional, a Rede Mercocidades acompanhava a tônica. Quando surgiam momentos de maior marasmo político, no nível supranacional, isso também se refletia na Rede, particularmente quando alguns governos quiseram transformar o MERCOSUL num mero acordo de livre comércio.

Desta forma, há um desafio importante para os municípios de aproveitar a agenda social do MERCOSUL e a existência de instrumentos como o FOCEM para beneficiar-se dos recursos políticos e econômicos da integração, bem como para contribuir com ela mesma, pois, afinal das contas, o povo que queremos integrado vive nas cidades.

O segundo desdobramento do resultado eleitoral de 1988 foi a eleição de Luiz Eduardo Greenhalgh para vice-prefeito do Município de São Paulo, o que, pelo estatuto do PT, o impedia de seguir na Comissão Executiva Nacional e, conseqüentemente, à frente da Secretaria de Relações Internacionais do Partido. Ele foi substituído por Marco Aurélio Garcia.

Outro mundo é possível!

Em 2000, surgiu a proposta de organizar um Fórum Social Mundial, em contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que vinha se

reunindo anualmente na cidade de Davos, na Suíça e que se tornou um marco na propagação do neoliberalismo. Para levar a ideia adiante, foi composto um comitê organizador de oito entidades sociais e ONGs brasileiras, a saber: Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES), Comissão de Justiça e Paz, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Justiça Global, CUT e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Este comitê obteve o apoio do governo municipal de Porto Alegre e do governo do Rio Grande do Sul, ambos governados pelo PT, para realizar o primeiro fórum, em janeiro de 2001, na mesma data do fórum de Davos, na capital gaúcha.

O formato do Fórum foi o de painéis temáticos, com palestrantes estrangeiros e brasileiros, combinados com a realização de atividades autogeridas por entidades que se inscreveram para participar. Apesar do apoio do município e do estado, o comitê organizador vetou a participação explícita de partidos políticos e governos nas atividades do Fórum. A forma de romper isso foi a iniciativa da prefeitura de Porto Alegre de organizar, paralelamente e fora do território do fórum social, estabelecido em duas universidades, um Fórum de Autoridades Locais (FAL), que acabou por se repetir nos anos subsequentes e gerou também a iniciativa de um Fórum de Autoridades Locais Periféricas (FALP), reunindo representantes de cidades de regiões metropolitanas ou fora do circuito das capitais. Nesse meio tempo, organizou-se também um Fórum Parlamentar. Posteriormente, o Foro de São Paulo conseguiu se inscrever como uma entidade da sociedade civil para participar normalmente.

O FSM, realizado em 2001, foi bem-sucedido. Sua organização previa a participação de cinco mil pessoas, mas, na realidade, compareceram mais de vinte mil, entre visitantes e moradores de Porto Alegre. A participação estrangeira foi, principalmente, de representantes de organizações sociais e ONGs europeias, latino-americanas

e um número mais modesto de africanos e asiáticos. Porém, diante do sucesso desta primeira edição, foi criado um Comitê Internacional e houve outras edições, em 2002 e 2003, na mesma cidade de Porto Alegre, com quase cem mil participantes, em 2004, na cidade de Mumbai, na Índia e o retorno do FSM a Porto Alegre, em 2005. Posteriormente, o fórum foi realizado em Nairóbi e Dacar, na África; Belém, no Pará; Montreal, no Canadá, entre outros locais que também sediaram atividades de caráter regional.

Em 2001, os únicos governos de esquerda que havia no hemisfério eram os de Cuba e Venezuela, pois o do Chile enfrentava os problemas provenientes da transição negociada para a democracia, que serão tratados mais adiante neste volume. Porém, a partir de 2002, houve várias eleições presidenciais nas quais a esquerda foi vitoriosa, como no Brasil, com Lula; Uruguai, com Tabaré Vasquez; Argentina, com Nestor Kirchner; e Bolívia, com Evo Morales, entre outros que se seguiram. Lula compareceu como presidente da república na abertura do FSM, em janeiro de 2003.

Este novo quadro político gerou uma tensão na organização do FSM, principalmente entre as ONGs e as Organizações Sociais, quanto à decisão da Carta de Princípios, que vetava a participação de partidos políticos e governos nas atividades do fórum, somada à decisão de que o FSM era um espaço facilitador e não um *locus* de decisões. Estas duas resoluções inibiam qualquer discussão com estes governos progressistas sobre a implementação de propostas emanadas do próprio Fórum Social Mundial. Mesmo assim, uma proposta encampada por diversas entidades reunidas, durante o fórum de 2003, de um dia internacional de protesto contra a guerra no Iraque, ocorreu com a participação de milhões de pessoas em todo o mundo, no mês de abril daquele ano. Nas várias edições do fórum, houve encontros dos participantes com chefes de Estado, como Lula, Chávez e Evo Morales, em locais externos ao território das atividades.

De toda forma, mesmo com certo esvaziamento político, o Fórum Social Mundial persiste e sua próxima edição, em 2021, será no Mé-

xico. Resta ver se conseguirá recuperar o protagonismo dos primeiros anos, particularmente, frente aos desdobramentos da atual pandemia de coronavírus e da disputa que poderá surgir entre políticas neoliberais e maior intervenção do Estado.

A segunda fase da política externa do PT e sua visão sobre a política externa brasileira

A eleição presidencial direta, de 1989, foi o coroamento institucional da redemocratização brasileira, bem como a confirmação de que o Partido dos Trabalhadores tinha vindo para ficar e com grandes chances de assumir o governo, em algum momento. Lula foi ao segundo turno com Fernando Collor de Mello e perdeu a eleição por uma diferença de quatro milhões de votos, num universo de, aproximadamente, 66 milhões de votantes (53% a 47%), mas ele chegara a ultrapassá-lo, de acordo com as pesquisas, na semana anterior ao dia da eleição, mas terminou com 31 milhões de votos ao final. Este resultado foi também uma demonstração, para o mundo político, da viabilidade do PT e de Lula como governantes e, conseqüentemente, como *players* no cenário internacional. Segundo José Genoíno, houve uma reunião de representantes de partidos e movimentos políticos de vários países no Brasil, entre o primeiro e o segundo turno, para acompanhar o processo eleitoral.¹

Após a derrota, o PT e a equipe da campanha de Lula tentaram organizar um “governo paralelo”, similar ao Shadow Cabinet do sistema político britânico, onde o PT, como oposição ao governo Collor de Mello, faria um acompanhamento e o questionamento das políticas do governo, apresentan-

¹ Entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2016.

do alternativas do seu ponto de vista, incluindo a política externa. A rigor, o governo paralelo não teve maiores repercussões e, em 1995, após nova disputa eleitoral perdida, em 1994, para Fernando Henrique Cardoso, foi substituído pelo Instituto da Cidadania, que adotou outra estratégia, a de construir programas de governo em diferentes áreas, com contribuição de especialistas, inclusive externos ao PT, incluídos os temas internacionais, a exemplo do plano de combate à fome, entregue ao presidente Itamar Franco, embrião do futuro “Fome Zero” (RONDÓ & LOPES, 2016). Nesse mesmo momento, Lula deixou a Presidência do PT, que ocupava desde sua fundação, com breves intervalos, durante suas campanhas eleitorais a deputado federal, em 1986, e a presidente, em 1989 e 1994. No entanto, permaneceu como presidente de honra do Partido e o instituto que criou foi uma base para sua atuação política e construção da vitória, que somente viria oito anos depois.

O PT tinha estabelecido uma estratégia de relações internacionais, no início dos anos 1980, investiu na mesma e logrou projetar sua imagem, bem como sua visão ideológica e programática no nível internacional. Lula tornou-se, nesse meio tempo, um dirigente político conhecido e respeitado no mundo, principalmente depois do resultado da eleição de 1989. No entanto, como veremos mais adiante, as visões da década de 1980 eram insuficientes para constituir uma proposta consistente de política externa, em 1989, para além da mera declaração de princípios.

Não fosse apenas isso, as próprias relações internacionais do Partido sofreram alguns reveses naquele momento, devido às transformações no Sistema Internacional, a começar pelo desmantelamento dos regimes de socialismo real nos países do Leste Europeu, seguido pela derrota eleitoral dos Sandinistas, na Nicarágua, em 1990, quando Daniel Ortega perdeu a eleição presidencial para Violeta Chamorro, pela eleição de vários governantes, em países da América Latina, que implantaram políticas neoliberais ortodoxas, como Carlos Menem, na Argentina; Alberto Fujimori, no Peru; Salinas de Gortari, no México; entre outros, e pela repressão do governo chinês aos seus dissidentes, que propugnavam por reformas do regime, o que levou os delegados do PT, no V Encontro Nacional, em 1989, a aprovarem o rompimento de relações com o PCCh, por meio de termos extremamente duros. Estas relações, no entanto, foram retomadas quatro anos depois (GARCIA, 2000).

A crise do socialismo, naquele momento, levou este tema a continuar presente e debatido em cada Encontro e Congresso do PT, ao longo dos anos 1990, e não havia como dissociá-lo da discussão internacional. No entanto, a constante reafirmação pela busca de outro modelo econômico, social e político passou a ser precedido pelo enfrentamento tático do neoliberalismo, ou seja, a superação do capitalismo e sua substituição pelo socialismo passaria primeiro pela derrota das políticas neoliberais e pela retomada de um novo modelo de desenvolvimento. Contudo, o Sétimo Encontro do PT, realizado em 1990, buscou dar um formato ao projeto socialista que o PT vinha debatendo, desde sua fundação. Até então, discutia-se a necessidade de definir um modelo que não fosse nem o do socialismo real, devido à sua burocratização e ausência das liberdades individuais, nem o social-democrata, por não propor a superação do capitalismo. Este encontro projetou um modelo que seria “radicalmente democrático, do contrário não seria socialista”. Isso implicaria um Partido que tivesse uma relação democrática com os movimentos sociais e defendesse a liberdade sindical, que exercitasse métodos democráticos em seu funcionamento interno, que respeitasse o pluralismo ideológico e cultural de seus membros, que fosse anticapitalista e apoiasse a luta dos povos pela libertação e que propusesse a reforma do Estado e da economia, no sentido de democratizar seus funcionamentos (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998).

Este projeto ideológico seria a base para a inserção estratégica do Brasil no contexto internacional de uma forma pluralista. O Sétimo Encontro visou, também, iniciar a preparação dos debates do 1º Congresso do PT, a realizar-se no ano seguinte. Este Congresso teve a presença de uma nutrida delegação internacional, pois a data de sua realização foi acertada para acontecer após uma reunião da Internacional Socialista, no Chile, para facilitar a presença de seus participantes. As moções sobre temas internacionais prosseguiram, solidariamente, em relação a conflitos e problemas políticos de outros países, como a situação do Haiti, com a destituição do presidente Aristide; a guerra nos Balcãs; a repressão aos estudantes, pelo governo Andrés Peres, na Venezuela; o bloqueio estadunidense contra Cuba; a condenação à prisão perpétua da brasileira Lamia Maruf, em Israel; os conflitos agrários, no Paraguai; o massacre da Praça da Paz Celestial; o *apartheid*, na África do Sul; o não reconhecimento do Estado Palestino; e a manutenção de prisioneiros políticos remanescentes,

no Chile, após o fim da ditadura militar, que foram, inclusive, visitados por Lula, numa viagem que fez ao país, em 1991.

A ditadura militar no Chile foi derrotada por um referendo popular, em 1988, que rejeitou a continuidade do regime por meio de uma reforma na Constituição que permitiria um novo mandato presidencial de oito anos do general Augusto Pinochet. Desta forma, realizaram-se eleições diretas, em dezembro de 1989, das quais o candidato da Concertación², Patricio Aylwin, sagrou-se vencedor e tomou posse, no início de 1990. Porém, um sistema eleitoral que favoreceria a direita foi introduzido na legislação e uma série de leis da época da ditadura foi mantida nas negociações que regularizaram a transição chilena para um regime civil e democrático, impedindo que o novo governo e alguns que o seguiram pudessem introduzir mudanças relevantes no modelo econômico e social do país³. Desta forma, na América Latina, somente restou Cuba sob regime socialista e, mesmo assim, enfrentando profundas dificuldades econômicas devido ao fim do apoio econômico soviético, inaugurando o chamado “período especial”, de forte austeridade e carências de toda ordem.

Diante deste quadro, o PT tomou a iniciativa de organizar um seminário para analisar e promover um balanço da situação mundial e das experiências particulares dos participantes. Este encontro reuniu 53 organizações, de 14 países, entre partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe, na cidade de São Paulo, em julho de 1990. Entre elas, estiveram a Frente Amplia de Uruguai; a FSLN, da Nicarágua; a FMLN, de El Salvador; o Partido de la Revolución Democrática (PRD), do México; o Partido Socialista, do Chile; o Partido Comunista de Cuba, entre outros. A sua resolução final chamou a atenção para a diversidade ideológica dos participantes no campo da esquerda e mostrou que era o momento de renovar alguns conceitos do socialismo, particularmente, a importância de sua associação com a democracia, o que o PT já vinha defendendo e que formalizara no Sétimo Encontro do Partido,

² A Concertación chilena é uma coligação composta por quatro partidos políticos, a saber: o Partido Demócrata Cristão (PDC), o Partido Socialista (PS), o Partido pela Democracia (PPD) e o Partido Radical Social-Democrata (PRSD).

³ O modelo neoliberal foi, inicialmente, introduzido na América Latina, ainda nos anos 1980, por intermédio do governo militar no Chile, com assessoria de economistas da Escola de Economia de Chicago, como Milton Friedman. O modelo pouco se alterou nos governos da Concertación.

apenas um mês antes. Da mesma forma, analisou a problemática transição de regime nos países do Leste Europeu e a ofensiva estadunidense para implantar o modelo econômico neoliberal, na América Latina, por meio do Projeto para as Américas, do presidente George Bush (pai).

Lula e Fidel Castro ajudaram a impulsionar o seminário e uma das decisões adotadas foi a de promover novo encontro desse agrupamento no ano seguinte, no México, que se tornou conhecido como o Foro de São Paulo. A estrutura do Foro é basicamente a realização de encontros anuais e mais de vinte já ocorreram. Ao longo do ano, por duas ou três vezes, reúne-se o Grupo de Trabalho, que é uma espécie de Comissão Executiva, que prepara as discussões dos encontros e decide sobre iniciativas emergenciais, como alguma manifestação de solidariedade frente a acontecimentos imprevistos, como os golpes em Honduras e Paraguai. A Secretaria Executiva responsável por coordenar a socialização das decisões e informações está, desde o início, sob responsabilidade do PT, do Brasil.

A dinâmica dos encontros anuais parte da discussão de um documento básico, apresentado pela Secretaria Executiva, e estes eventos duram às vezes até cinco dias, para possibilitar a realização de seminários de formação; reuniões das sub-regiões (Cone Sul, Região Andina e Região Mesoamericana); reuniões setoriais, como de mulheres, jovens, organizações sociais, entre outras; e a plenária final, que ratificará as resoluções dessas reuniões, bem como a aprovação de uma resolução política final e de um plano de ação.

Posteriormente, o PT também passou a participar da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPAL) e da Coordinación Socialista Latinoamericana (CSL). Essa última, assim como o Foro de São Paulo, em determinado momento, chegou a ser coordenada pelo PT e, depois, esta tarefa coube ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Houve também debates sobre a conveniência de se filiar à Internacional Socialista (IS), mas nunca houve consenso quanto a isso e o PT decidiu somente participar de suas atividades quando fosse convidado, embora a Juventude do PT tenha sido muito atuante no âmbito da IUSY (International Union of Socialist Youth – União Internacional da Juventude Socialista), ligada à IS.

A IS, criada em 1951 e que, em seu auge, contou com quase 200 partidos filiados, sofreu uma cisão, em 2012, devido à gestão autocrática de seu

secretário-geral, o chileno Luis Ayala, que, inclusive, promoveu a filiação de partidos que nada tinham a ver com o socialismo democrático, como o Partido Nacional Democrático (PND), presidido pelo ditador egípcio Hosni Mubarak, e o Reagrupamento Constitucional Democrático (RCD), do ditador tunisiano Ben Ali. Ambos governantes foram derrubados pelas respectivas populações durante a chamada Primavera Árabe. Essa postura levou o SPD, da Alemanha, a suspender sua participação e criar a Aliança Progressista (AP), que contou com a adesão de vários outros partidos, igualmente críticos, à condução da Internacional Socialista. O PT tem acompanhado as atividades e discussões da AP, na medida do possível, embora também sem se filiar. Segundo Mônica Valente, um fator que dificulta o fortalecimento da relação com a AP, apesar de sua postura solidária com o Brasil e a América Latina, refere-se às contradições de sua atuação no continente, pois enquanto a FSLN, da Nicarágua, e o Partido Socialista Unificado, da Venezuela (PSUV), integram o Foro de São Paulo, alguns partidos que lhes fazem oposição estão ligados à AP. Além disso, uma prioridade da Aliança deveria ser a política e a economia europeia, que passam por muitos problemas e requerem maior atenção da esquerda.⁴

Se o primeiro momento da política externa do PT foi, principalmente, o de organizar as relações internacionais e a solidariedade com os povos e partidos políticos de outros países, o segundo momento, principalmente depois da disputa eleitoral de 1989, demandava um “salto de qualidade”, ou seja, além de consolidar as relações internacionais, definir uma política externa a ser defendida pelo Partido. Esse movimento requeria intensificar os contatos internacionais e ampliar o diálogo internamente no Brasil, inclusive por intermédio de contatos institucionais no Poder Legislativo e com o próprio Itamaraty. Quanto às relações com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), havia interlocuções de dirigentes do PT, sobretudo do secretário Marco Aurélio Garcia, com diplomatas de carreira, como Ítalo Zappa, José Viegas Filho, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães, entre outros. (Entrevista de José Genoino, concedida ao autor, em 10/05/2016). Quando havia oportunidade, buscavam-se contatos, durante as viagens com os embaixadores brasileiros nos países visitados por dirigentes ou delegações do PT (MARIZ, 2008; BARBOSA, 2011).

⁴ Entrevista concedida ao autor em 18 de maio de 2020.

O resultado eleitoral de 1989, apesar da derrota, trouxe muitos dividendos políticos para Lula e o PT no cenário internacional. Em 1990, Lula foi convidado a participar de um encontro paralelo à reunião do G-7, em Houston, nos EUA, organizado pelo reverendo Jesse Jackson⁵. Além dele, foram convidados o mexicano Cuauhtemoc Cardenas, que disputou a eleição presidencial em seu país, em 1988, cujo resultado foi fraudado em favor de Salinas de Gortari, e o colombiano Adalberto Carvajal Salcedo, ex-sindicalista e renomado advogado trabalhista. Em 1991, Lula foi à Alemanha, convidado por uma entidade religiosa e, depois, ao Chile, a convite do Partido Socialista e, em seguida, para Cuba, onde se encontrou novamente com Fidel Castro e, pela primeira vez, com Nelson Mandela que, coincidentemente, visitava a ilha após sua soltura da prisão.

Em 1993, Lula retornaria aos EUA para palestrar na Universidade de Princeton, junto com outros convidados latino-americanos, para discutir as perspectivas do continente e se encontrar com diversas entidades estadunidenses. Também visitou Israel, no mesmo ano em que os trabalhistas estavam no governo. Além de entidades e partidos israelenses, encontrou-se também com negociadores palestinos dos Acordos de Paz de Oslo e pediu às autoridades israelenses que concedessem indulto à brasileira Lamia Maruf, condenada à prisão perpétua em Israel, acusada de envolvimento com o sequestro e assassinato de um soldado deste país. No entanto, ela somente foi libertada no início de 1997, sob o governo do conservador Benjamin Netanyahu, durante uma negociação que também envolveu outros prisioneiros palestinos.

Outro fator que contribuiu para alargar as relações internacionais do PT e a compreensão sobre a realidade política de diferentes países foi a criação de Núcleos do PT no exterior, organizados a partir das iniciativas de militantes do Partido que foram viver em outros países por razões acadêmicas, de trabalho ou por serem ex-exilados que, apesar da aprovação da anistia, não quiseram voltar a viver no Brasil. De acordo com o estatuto do PT, no seu artigo 58º, parágrafo 3º, “os filiados residentes no exterior poderão organizar núcleos, que ficarão vinculados ao Diretório Nacional, por meio da Secretaria

⁵ Jesse Jackson foi ativista em defesa dos direitos civis, nos EUA, junto com Martin Luther King, nos anos 1960 e pré-candidato a presidente do país, pelo Partido Democrata, em 1984 e 1988.

de Relações Internacionais”. Para articular a coordenação da SRI do PT com estes núcleos, de forma mais homogênea, foram realizados vários encontros regionais e gerais, como o I Encontro dos Petistas na Europa, em Paris, em 1994 e o I Encontro dos Núcleos do PT no Exterior, em Lisboa, em 1996. O segundo e terceiro Encontro dos petistas na Europa realizaram-se, respectivamente, em 2006, em Lisboa e em 2007, em Paris. O II Encontro Nacional de Petistas no Exterior (EPTEx) realizou-se em Lisboa, em 2008 e o III EPTEx, em 2010, na mesma cidade. O IV EPTEx ocorreu em 2011, em Londres e o V EPTEx, em 2013, pela primeira vez na América Latina, em La Havana – Cuba (V EPTEx, 2013). O Encontro previsto para se realizar em 2015 foi cancelado, devido ao golpe parlamentar já em execução contra a presidenta Dilma, e o VI EPTEx será reagendado agora, pelo novo DN.

Esses Núcleos cumprem o papel de organizar filiados e simpatizantes do PT nos países em que atuam, com o objetivo de manter diálogo permanente com organizações locais, democrático-populares e progressistas, fazer campanhas eleitorais, promover e/ou participar de ações em defesa dos brasileiros que vivem no exterior, entre outras atividades de militância política partidária. Uma importante reivindicação dos núcleos, durante os governos Lula e Dilma, era transformar o Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior (CRBE), em uma iniciativa mais democrática e participativa, particularmente no concernente à eleição de seus integrantes (IV EPTEx, 2011).

Desde a eleição dos primeiros deputados federais, em 1982, e de seu primeiro senador, em 1990, até 2006, suas bancadas na Câmara e no Senado só cresceram e, além do exercício normal de seus mandatos, sempre houve a presença atuante de parlamentares do PT nas Comissões de Relações Exteriores das duas casas legislativas, apesar de o Poder Legislativo frequentemente abdicar de sua participação nas decisões sobre a PEB. Por experiência própria, o autor participou, enquanto Secretário de Relações Internacionais da CUT (1994 a 2003), de sessões na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, a partir de convites sugeridos por parlamentares do PT, por exemplo, antes da realização da I Cimeira América Latina – União Europeia (UE), no Rio de Janeiro, em 1999, e para uma reunião de avaliação, após a Conferência de Ministros da OMC, em Doha, em 2001, quando foi lançada nova rodada de negociações comerciais no mesmo ano. Eram tentativas destes parlamentares

de abrir a Comissão um pouco mais para a participação da sociedade civil, além dos representantes do Itamaraty que já compareciam normalmente.

Outra área de atuação internacional dos parlamentares, a partir de 1996, foi a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, composta por 16 representantes de cada país membro permanente e que precedeu a formação do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), em 2006.

Figueira registrou algumas iniciativas de deputados e senadores, inclusive do PT, de propor nova legislação que interferisse no rito legal da discussão de temas internacionais, no Poder Legislativo, principalmente para ampliar a influência do Congresso Nacional e da sociedade nas negociações comerciais, como a PEC 20, de 2003, da autoria do senador Aloizio Mercadante (PT/SP), que dispunha sobre “a aprovação dos negociadores de atos internacionais multilaterais, que impliquem na redução de barreiras tarifárias e não alfandegárias a bens e serviços, modificando, no regime jurídico dos investimentos externos ou alterações no marco legal, referente à propriedade intelectual” (2011). Ou a iniciativa do Deputado João Alfredo (PT/CE), de apresentar a PEC 389, de 2005, para alterar o inciso I, do Artigo 49º, da Constituição, estabelecendo que os “tratados, acordos e atos internacionais que possam comprometer a soberania nacional, ou que transfiram atribuições do Estado brasileiro a organismos supranacionais, serão submetidos a referendo popular”. Ou ainda, a proposta do Senador Eduardo Suplicy (PT/SP), do Projeto de Lei 189, para criar uma espécie de “Trade Promotion Authority” (TPA) brasileiro, ao submeter a autorização para negociar determinados temas da agenda comercial internacional, previamente, ao Congresso Nacional (2011). Todavia, nenhuma das iniciativas prosperou (2010).

Marco Aurélio Garcia assumiu formalmente a Secretaria de Relações Internacionais do PT, em julho de 1990 e permaneceu neste cargo até o início de 2001, quando assumiu a Secretaria de Cultura do Município de São Paulo. Porém, já colaborava na área internacional do Partido, quando Luiz Eduardo Greenhalgh ainda era o secretário. Marco Aurélio esteve exilado no Chile e na França e, em ambos países, lecionou em universidades e estabeleceu inúmeros contatos com personalidades políticas e intelectuais, o que contribuiu muito para seu desempenho frente à SRI do PT, num momento de profundas mudanças no sistema internacional e da necessidade de complementar as relações

internacionais do PT, com uma proposta de política externa do Partido. José Genoino mencionou que acompanhou Lula e Marco Aurélio em viagem pela América Latina – Cuba, Nicarágua, Peru, Chile e Argentina – no início de 1989, antes da eleição presidencial e “ficou impressionado como este último era conhecido”.⁶

O próprio Marco Aurélio Garcia fez um balanço do que fora a política internacional do PT nos anos 1990, mencionando alguns aspectos relevantes. Inicialmente, a prioridade das relações internacionais do PT seguiu sendo a relação com partidos políticos da América Latina, porém, nessa década, com um potencial de relações sensivelmente maior do que nos anos 1980, devido à redemocratização da maioria de seus países. Da mesma forma, houve continuidade do trabalho de solidariedade com os povos que lutavam pela sua emancipação, como os palestinos, a maioria negra da África do Sul, os timorenses, o povo saarauí e, como sempre, o apoio ao povo cubano em defesa de sua autodeterminação e contra o bloqueio dos EUA. Diante disso, a criação do Foro de São Paulo foi uma iniciativa das mais importantes, ao reunir quase uma centena de partidos de esquerda, centro-esquerda, populares e nacionalistas, da América Latina e Caribe e se transformou em uma referência importante para a esquerda mundial (2000).

Entretanto, referindo-se a outras regiões do mundo, também atribuiu muita importância às relações com os partidos comunistas, verdes e social-democratas da Europa, particularmente quando estes últimos se mostravam dispostos a enfrentar as políticas neoliberais. Assim, o PT também marcava uma posição de rejeição à chamada Terceira Via⁷, que tentava articular economia de mercado com Welfare State (GARCIA, 2000). Todavia, a ofensiva “petista” para construir laços partidários, na América do Norte, ainda passava por contatos por meio de sindicatos, universidades, parlamentares, personalidades, entre outros. Até hoje, não existe uma relação formal com os Partidos Democrata, dos EUA e Novo Democrata, do Canadá, embora representantes do PT se fizessem presentes tanto na Convenção Democrata, em 1992 – que escolheu Bill Clinton como candidato presidencial – e na de 2008 – quan-

⁶ Entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2016.

⁷ O criador desta ideia foi Anthony Giddens e ela se transformou em política de governo na Inglaterra, quando Tony Blair foi eleito Primeiro Ministro, em 1997.

do Barack Obama foi o escolhido, por este mesmo partido, para enfrentar o republicano Mitt Romney –, além das várias visitas de Lula e de alguns dos secretários de Relações Internacionais, como Marco Aurélio Garcia, Aloizio Mercadante, Valter Pomar e Mônica Valente.

A expectativa criada com estas novas relações, estabelecidas nos anos 1990, era organizar um intercâmbio de experiências de governo e de respostas sobre os desdobramentos das transformações do sistema internacional. Embora o PT não tivesse a experiência de haver governado um país, já administrava municípios populosos no Brasil, inaugurando um *slogan*, o “Modo Petista de Governar”, que incluía uma série de medidas de caráter político e social que o diferenciavam de governos tradicionais, onde o Orçamento Participativo era apenas um aspecto. A partir de 1994, o Partido adquiriu, também, a oportunidade de, pela primeira vez, governar dois estados: Espírito Santo e o Distrito Federal e, neste segundo, inaugurou uma política de combate ao trabalho infantil, por meio de um instrumento que, dez anos depois, se tornaria conhecido como Bolsa Família, e um modelo de inclusão social para o mundo. Desta forma, possuía acúmulo de experiências em políticas públicas suficiente para debater e a “consolidação da imagem internacional do PT coube a Lula, em seus inúmeros deslocamentos pelo mundo, durante este período” (GARCIA, 2000).

Nestes deslocamentos, Lula normalmente era acompanhado pelo secretário de relações internacionais e/ou por outros dirigentes e assessores do PT. Particularmente, Marco Aurélio Garcia também viajava muito. Segundo ele, “durante seus dez anos como secretário de relações internacionais do PT, realizou mais de cem viagens ao exterior, em representação partidária e, em cerca de quarenta delas, acompanhando Lula”⁸. Para ilustrar esse fato, uma vez o autor deste livro estava conversando com ele e, comparando suas viagens, algumas inusitadas, como uma visita que fez ao Timor Leste, com as viagens realizadas por Marco Aurélio, quando este lhe perguntou se ele já havia estado em Trípoli, na Líbia. A resposta foi afirmativa e, assim, encerrou-se o assunto!

Outros dirigentes e parlamentares também eram frequentemente escalados para representar o PT em eventos internacionais, conforme registram os

⁸ Entrevista concedida ao autor em 25 de janeiro de 2016.

veículos de comunicação do Partido, como o *Boletim Nacional*, o *Jornal dos Trabalhadores* e o *Notícias PT*, entre 1982 e 2005.

Marco Aurélio Garcia concluiu sua avaliação em duas direções. Numa, a reduzida dimensão dos recursos humanos da SRI, composta pelo próprio secretário, uma assessora, Ana Maria Stuart (“Nani”), uma secretária administrativa e um estagiário. A SRI também recebia a colaboração de um coletivo de militantes voluntários e, apesar de sua pequena estrutura, “o PT se pronunciou sobre os principais acontecimentos políticos da década e sobre a evolução da política externa brasileira”. Ele acrescentou:

Subsidiámos a Direção Nacional sobre os grandes temas mundiais, ao mesmo tempo em que articulamos ações conjuntas com parlamentares e governantes municipais e estaduais, no âmbito internacional. Na mesma direção, realizamos iniciativas conjuntas com as secretarias de combate ao racismo, movimentos populares, mulher, juventude e, particularmente, assuntos institucionais. Contribuímos decisivamente para a elaboração dos programas de governo, em 1994 e 1998 (GARCIA, 2000).

Na outra direção, ele chamou a atenção para a “necessidade face à globalização da ação dos capitais transnacionais, nas esferas produtiva e financeira de também globalizar a luta dos trabalhadores” (GARCIA, 2000). Desta forma, haveria a necessidade de o PT estabelecer uma agenda internacional que:

Definisse uma moldura internacional para um Projeto Nacional de Desenvolvimento, particularmente sobre concepção de regionalização e o MERCOSUL, em toda a sua dimensão política. Analisasse o significado e os impactos sobre o Brasil das grandes iniciativas internacionais, como a Rodada do Milênio de Doha, o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), todas com perspectivas negativas para o nosso país. Buscasse uma política de alianças internacionais do PT menos ideológica e mais política, com partidos e movimentos, sindicatos, associações da sociedade civil, Estados e personalidades intelectuais, religiosas e do mundo político, com o objetivo de construir um campo de alianças de esquerda e centro-esquerda, comprometidos com uma política de enfrentamento ao neoliberalismo (GARCIA, 2000).

A contribuição de Nani para o internacionalismo do PT

Nani era argentina e já militava na esquerda desse país quando foi presa por alguns meses, durante a ditadura do general Alejandro Lanusse, em 1972, um dos vários governos militares que assolaram a Argentina, durante o século XX. Posteriormente, ela teve que fugir de sua província, Rosário, em 1975, quando seu marido foi morto e se esconder em várias regiões diferentes. A ditadura da junta militar, liderada pelo general Videla, somente se estabeleceu em 1976, mas o momento já era de muita convulsão, particularmente após o falecimento do presidente Juan Perón⁹, com a ação violenta de grupos paramilitares de direita, como a Aliança Anticomunista Argentina (AAA), ou Triple A, contra os agrupamentos de esquerda, como os Montoneros e o Ejército Revolucionário del Pueblo (ERP).

Quando a ditadura argentina recrudescu, em 1977, ela foi para o Paraguai, com a filha de quatro anos, e se deslocaram para o Brasil, onde se exilaram em 1978. Nani, no seu início no novo país, sobrevivia dando aulas de inglês. (Entrevista de Celina Lagrutta ao autor, em 13 de maio de 2020). No início dos anos 1980, colaborou com o CBS. Quando a Secretaria de Relações Internacionais do PT se viabilizou, Nani foi contratada pelo seu primeiro secretário para assessorá-la. Nos mais de 20 anos em que trabalhou para o PT, deu uma contribuição importante para as formulações da política internacional do Partido, principalmente na área da integração regional, além de sua capacitação em idiomas e seus contatos, que facilitaram muito a comunicação da SRI na América Latina. Ela foi autora de quase três dezenas de artigos e ensaios sobre política internacional. Formada em

⁹ Juan Domingo Perón foi presidente da Argentina, de 1946 a 1955, quando foi destituído por um golpe militar e foi para o exílio na Espanha. Em 1973, seu candidato Hector José Cámpora venceu as eleições argentinas, mas renunciou dias depois para que Perón pudesse regressar e se candidatar à presidência, em novas eleições. A chapa Juan Perón e sua esposa, Isabel Perón, como candidata a vice-presidente, venceu, mas Perón faleceu em julho de 1974 e Isabel assumiu. Porém, quem passou a governar, de fato, foi seu ministro de bem-estar social, José López Rega, expoente da direita peronista e chefe da AAA.

relações internacionais pela Universidade de Rosário, fez seu mestrado e doutorado na USP. O primeiro, no departamento de ciência política, com a dissertação sobre “O Bloqueio Naval da Venezuela, em 1902: suas implicações nas relações internacionais com especial atenção às posições do Brasil e da Argentina” (1989), que depois foi publicada, e seu doutorado em sociologia, com a tese “Regionalismo e Democracia: uma construção possível” (2002). Desde esta época, deu aulas na Universidade Estadual Paulista (UNESP), até seu falecimento, em 2008. Foi também pesquisadora do CEDEC e colaboradora da revista *Teoria e Debate* da Fundação Perseu Abramo.

Alexandre Fortes realizou um mapeamento das propostas para a política externa brasileira nos programas eleitorais do PT, para as eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e, finalmente, 2002, quando Lula venceu, após disputá-las três vezes. Destacamos os aspectos ligados aos princípios de PEB, à integração latino-americana, ao comércio internacional e outros temas considerados relevantes nos quatro quadros que seguem para demonstrar que estes programas fundamentaram vários pressupostos da política externa, implementada entre 2003 e 2010 (2011).

Veremos que o primeiro programa, de 1989, apresentou mais princípios políticos sobre a PEB e menos propostas práticas. No entanto, esta postura começou a mudar, a partir do II Programa de 1994, no tocante à PEB no geral, que foi, inclusive, complementada nas eleições seguintes (1998 e 2002), da mesma forma como foi feito com as propostas de integração e de alguns temas específicos, como a defesa da autodeterminação dos povos. Desta forma, podemos verificar a evolução destes temas na ótica do PT.

Quadro I – Programa de governo de 1989

Princípios de PEB

- Política anti-imperialista: solidariedade irrestrita às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional e a todos os movimen-

tos em favor dos trabalhadores pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo.

- Política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos.
- Apoio a iniciativas sinceras, em defesa da paz e contra a corrida armamentista das grandes potências.
- Princípio de autodeterminação dos povos e não ingerência em assuntos internos de outros países.
- Estabelecimento de relações com governo de nações, em busca da cooperação à base de plena igualdade de direitos e benefícios mútuos.
- Mobilizar esforços para que o país ocupe, no cenário internacional, posição compatível com sua real dimensão econômico-social, geográfica e cultural.
- Buscar a implantação de uma nova ordem econômica mundial, que liquide as relações de subordinação e dependência da maior parte dos países em relação aos mais ricos.

Integração Regional

- América Latina: política de integração econômica e cultural, viabilizar a criação de um Parlamento Latino Americano (pela via das eleições diretas).
- Amplo apoio aos povos da Nicarágua, El Salvador e a todas as iniciativas em favor da paz com soberania, na América Central e no Caribe.
- Apoio ao Tratado de Tlatelolco e defesa da criação de zonas de paz na América Latina.

Comércio Internacional

- Não manter relações comerciais, culturais ou de qualquer natureza com governos que pratiquem políticas racistas, como o *apartheid*.

Outros

- Defesa irredutível do meio ambiente e da Amazônia.
- Exigir, em nível internacional, uma política consequente de proteção ao meio ambiente, principalmente por parte dos países mais in-

dustrializados e da ação de suas empresas multinacionais, onde quer que atuem.

- Apoio à luta do povo palestino pela criação de seu Estado independente, respeitando a existência do Estado de Israel.
- Reorientar prioridades da política externa em relação ao continente africano.

Fonte: FORTES, 2011. Elaboração própria.

Quadro II – Programa de governo de 1994

Princípios de PEB

- Inserção soberana no mundo: defesa da autodeterminação, luta pela paz, respeito aos Direitos Humanos, preservação ambiental, profundas mudanças na ordem econômica internacional (FMI e Banco Mundial), democratização das Nações Unidas, com ampliação e reforma do Conselho de Segurança, pondo fim ao direito de veto.
- Manter relações com todos os países do mundo. Caráter multilateral da PEB.
- Contribuir para a mediação em conflitos que ameaçam a paz mundial.
- Ênfase nos programas de cooperação cultural e científica na esfera Sul-Sul.
- Rediscussão dos problemas relacionados com as dívidas externas dos países periféricos.
- Discussão e ações concretas sobre problemas como a fome e a miséria no mundo.
- Convocação de uma conferência internacional para discutir a situação do trabalho no mundo e medidas efetivas contra o desemprego.
- Recuperação do MRE, cuja estrutura foi sucateada nos últimos anos.
- Revisão da política de apoio à comunidade brasileira no exterior, especialmente aos que deixaram o país por razões econômicas, propiciando-lhes toda a proteção necessária.

- Mapeamento e programa de retorno de cientistas, técnicos e artistas que deixaram o Brasil por falta de alternativas profissionais.

Comércio Internacional

- Remover os mecanismos que apontam para tornar o MERCOSUL uma “Área Hemisférica de Livre Comércio”.

Integração regional

- América Latina: área prioritária. Programas de integração em matéria econômica, social, política, educacional, científico-tecnológica e cultural.
- O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) será privilegiado. Revisão do Tratado de Assunção. Incorporar as dimensões política (democratização do processo) e social (incorporação da Carta de Direitos Trabalhistas, elaborada pelas Centrais Sindicais dos quatro países).
- Papel dos tratados de cooperação como o MERCOSUL: Campos para a articulação de políticas industriais e agrícolas, de cooperação tecnológica e científica, de colaboração no domínio político e cultural; Complementariedade e especialização produtiva e comercial/fortalecimento recíproco; Recusa a acordos que objetivem a liberação e a redução indiscriminada das taxações e barreiras tarifárias; Mecanismos compensatórios que permitam um desenvolvimento harmônico de países e regiões desigualmente desenvolvidos; Potencializar nossas capacidades econômicas e políticas para relações mais igualitárias, com o NAFTA, UE, Japão e seus aliados.
- Fortalecer e ampliar as competências do Parlatino.
- Desempenhar papel ativo na solução de conflitos internos e entre países: Colômbia, Guatemala, Haiti e Panamá.
- Lutar em todos os fóruns contra o bloqueio a Cuba e pela sua plena integração à comunidade latino-americana.

Outros

- Postura ofensiva na defesa e aplicação de uma concepção de desenvolvimento autossustentável, ecologicamente responsável. Combate

à pobreza e às injustiças sociais caminham junto com a defesa do meio ambiente.

- Buscar presença ofensiva do país no cenário internacional sobre a questão ambiental. Para tanto, adotaremos as seguintes medidas:

- Proibir a importação de lixo tóxico de qualquer espécie.
- Defesa da Convenção de Proteção à Flora e à Fauna, bem como da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural.
- Cumprir as Convenções para Proteção de Áreas Úmidas, de 1971 e a de Espécies Migratórias de Animais Silvestres, de 1979.
- Deflagrar política de manutenção da Antártica como patrimônio da humanidade.
- Cumprir as Convenções dos Recursos Marinhos vigentes na Antártica, sobretudo Comércio Internacional de Espécies, Fauna e Flora em perigo de extinção e do Patrimônio Cultural Natural do Mundo.
- A relação com os países fronteiriços deverá levar em conta o planejamento integrado nas bacias hidrográficas e biomas compartilhados.

- Ênfase especial às relações de cooperação econômica e nos domínios científico e tecnológico, com uma correspondente agenda política com países como China, Índia, Rússia e África do Sul.

- África: resgatar afinidades étnicas e culturais e estabelecer linhas de cooperação, em particular com os povos de língua portuguesa.

Fonte: FORTES, 2011. Elaboração própria.

Quadro III – Programa de governo de 1998

Princípios de PEB

- Princípios da autodeterminação; desejo de convivência pacífica com todos os povos.
- Atuação visando alterar as relações internacionais desiguais e injustas.
- Fortalecer relações com países do Sul: América Latina, África meridional e de expressão portuguesa.

- Política de paz e de busca de construção de uma ordem econômica internacional justa e democrática.
- Luta pela reforma de organismos internacionais como a ONU, FMI, BIRD, BID, OMC, hoje a serviço da hegemonia dos Estados Unidos.
- Política mais ativa em relação à União Europeia (UE): aproveitar as contradições desta com os EUA.
- Soberania nacional não se confunde com posição autárquica de fechamento para o mundo. Buscar alianças táticas e estratégicas capazes de alterar a correlação de forças atual, desfavorável aos países do Sul. Recusa da inexorabilidade da globalização.

Comércio Internacional

- Luta por mudanças profundas nos organismos políticos e econômicos mundiais, sobretudo o FMI e a OMC.
- Combate ao projeto norte-americano de formação de uma Área de Livre Comércio (ALCA) e ao Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que ferem gravemente a soberania nacional e a capacidade de decidir sobre nosso destino.
- A abertura comercial deve ser racionalizada com o uso de salvaguardas e articulada a uma política industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico.
- Não voltar ao protecionismo cartorial, mas não aceitar abertura selvagem ou casuísmos que favorecem *lobbies* próximos ao governo Fernando Henrique Cardoso.
- Política de Comércio Exterior vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentado.

Integração Regional

- Ampliação e reforma no MERCOSUL: reforçar a capacidade de implementar políticas ativas comuns de desenvolvimento e solução dos graves problemas sociais da região. O Legislativo e a sociedade devem exercer maior controle sobre a política externa e os processos de integração regional.
- Privilegiar relações com América Latina.

- Reforma e ampliação do MERCOSUL com propostas de políticas comuns nas áreas industrial, agrícola, educacional e de ciência e tecnologia.
- O MERCOSUL deve: combater a exclusão social, propor políticas de mais e melhores empregos e salários, proteger os pequenos e médios proprietários e democratizar suas instituições.
- Empréstimo de todo apoio a Cuba em sua luta contra o bloqueio econômico.
- Articulação com China, Índia, Rússia e África do Sul.

Outros

Fonte: FORTES, 2011. Elaboração própria.

Quadro IV – Programa de governo de 2002

Princípios de PEB

- Utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular partidos, governos e forças políticas que lutam por sua identidade e autonomia.
- Instabilidade econômica tem retirado legitimidade do projeto neoliberal. Combinar defesa da soberania com luta por uma ordem internacional radicalmente distinta.
- A soberania nacional deve ser associada com soberania popular e com solidariedade internacional entre os povos oprimidos pelo imperialismo.

Comércio Internacional

- Consolidar a vocação multilateral do comércio exterior: diversificação de mercados, desconcentração e diversificação do setor exportador, alianças com empresas estrangeiras para renovação de importações.
- Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos, impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

- Criar uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior diretamente vinculada à Presidência da República.
- ALCA: projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA. Alvo principal: Brasil. Rechaçar essa proposta, tal como está sendo apresentada, é requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução de nossa dependência e vulnerabilidade externa.
- Aprofundar e aperfeiçoar as relações comerciais bilaterais com os EUA – o mais importante parceiro individual do Brasil no comércio mundial.
- Desconcentração e diversificação do setor exportador.

Integração Regional

- Fortalecimento e ampliação do MERCOSUL, retomada da verdadeira integração latino-americana.
- Cooperação econômica e tecnológica com potências emergentes (Índia, China e África do Sul).

Outros

- Valorizar o Fórum Social Mundial, defesa da Taxa Tobin, constituição de um fundo internacional de combate à pobreza, fim dos paraísos fiscais, criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais, estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital especulativo, cancelamento das dívidas externas dos países pobres, auditoria e renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do “Terceiro Mundo”.

Fonte: FORTES, 2011. Elaboração própria.

As transformações ocorridas no Sistema Internacional, entre 1989 e 2002, impulsionaram algumas mudanças nas propostas do programa entre uma campanha e outra, mas não há dúvidas de que o PT, desde sua primeira manifestação sobre a política internacional, em 1979, quando ainda tramitava sua fundação, até o programa eleitoral de 2002, num prazo de pouco mais de vinte anos, desenvolveu uma política e uma vocação internacionalista, além

de capacidade crítica à política externa dos governos que o precederam, particularmente o do PSDB:

O ponto de vista que será a seguir defendido possui duas diferenças básicas com as teses do atual governo. Os “ajustes” que a esquerda propõe são radicalmente diferentes daqueles que FHC realizou e pretende realizar. Em segundo lugar e relacionado com o anterior, os sinais a serem dirigidos para o mundo são outros e, fundamentalmente, o Brasil não pode conformar-se em inserir-se na nova ordem mundial. Ele deve contribuir decisivamente para que um novo tipo de relações de poder se constitua no mundo. Isso significa opções, iniciativas, escolha de alianças de outro tipo, mas também ir além de uma retórica que não chega a esconder o imobilismo ou transformações subterrâneas de nossa política externa (FÓRUM INTERNACIONAL, Nov/Dez, 1996 *apud* CRUZ & STUART, 2010).

Marco Aurélio Garcia lamentou em seu balanço dos anos 1990 que este internacionalismo não foi devidamente internalizado e apropriado pelo conjunto de militantes do Partido, por falta de estrutura e isso era uma realidade (2000). Entretanto, ao vencer as eleições em 2002, o PT chegou ao governo preparado para implementar uma política externa de acordo com sua visão de mundo e com conteúdo, no sentido de relacioná-la claramente com um projeto nacional de desenvolvimento democraticamente construído (FÓRUM INTERNACIONAL, Jul/Ago, 1997 *apud* CRUZ & STUART, 2010). Visualiza-se, de um programa a outro, que até mesmo a coalizão BRICS estava nas previsões, desde 1994, embora não com a denominação e nem a dimensão que alcançou, atualmente, com a criação do Fundo de Reservas e do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

São identificáveis, também, as preocupações com a integração regional, particularmente o MERCOSUL que, aliás, em 1993, suscitou a realização de um importante seminário em Curitiba, que definiu o posicionamento do PT, o primeiro partido da região a fazê-lo, em relação a este bloco econômico, particularmente, a necessidade de torná-lo um processo mais democrático e de promoção dos direitos humanos e sociais. A revisão das relações com a África e a cooperação Sul-Sul também estão presentes, assim como a necessidade de reformas das instituições internacionais e do papel de mediador que o Brasil poderia desempenhar na promoção da paz. Há, também, destaque para

o tema ambiental nos vários programas, o que também contribui para uma visão mais ampla das relações exteriores.

No entanto, um dos grandes feitos da PEB 2003-2010, que foi a integração no nível da América do Sul, praticamente não foi mencionado, embora, posteriormente, Marco Aurélio Garcia explicitasse que a integração com os países de entorno brasileiro possibilitaria uma inserção mais eficiente na globalização e na multipolaridade, pois a América do Sul, além de possuir uma população numerosa, governos democráticos e representar uma zona de paz, com exceção do conflito interno na Colômbia, também detém grande potencial energético e de recursos naturais, como água doce e minerais, bem como um razoável parque industrial e capacidade comercial.

Apesar disso, o continente enfrenta duas dificuldades: a pobreza e a carência de interconexão entre seus países (2008). E, segundo Marco Aurélio Garcia, “o Brasil fez uma opção clara. Não quer ser um país próspero em meio a um conjunto de países pobres e desesperançados quanto a seu futuro. A altivez não é incompatível com a solidariedade. E esta também serve ao interesse nacional” (2010).

Porém, do ponto de vista político fundamental, há dois aspectos que devem ser ressaltados no programa: o primeiro é o papel da PEB como suporte de um projeto nacional de desenvolvimento e o segundo é que, desde a primeira proposta de programa, apresentada em 1989, já se delineavam alguns princípios que permitem identificar a PEB do governo Lula com a Política Externa Independente (PEI), implementada pelo Brasil durante os governos de Jânio Quadros e de João Goulart, com o intuito de buscar um espaço de maior participação e autonomia no cenário da Guerra Fria, bem como destacar-se no sistema internacional e que teve como principais idealizadores, respectivamente, seus chanceleres Afonso Arinos de Melo Franco e Francisco San Tiago Dantas.

O PT chega ao governo

Durante a campanha eleitoral de Lula, em 2002, Marco Aurélio Garcia, mais uma vez, coordenou o Programa de Governo e, três dias após a proclamação da vitória, o presidente Lula o convidou para assumir a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais.¹ Em janeiro de 2003, o presidente Lula tomou posse e, junto com ele, muitos quadros dirigentes do PT assumiram tarefas em diferentes áreas do governo federal, além da eleição de um expressivo número de parlamentares, entre eles, outros dirigentes partidários. Porém, apesar deste deslocamento de quadros, a vida partidária teria que continuar e uma das primeiras preocupações que surgiram foi quanto à relação entre partido e governo, duas instituições distintas, onde a máxima coordenação possível nas suas respectivas ações seria fundamental. Além disso, tratava-se de um governo de coalizão com outros partidos. Ou seja, seria um governo permanentemente sob disputa de posições, não só externos, por meio de pressões e *lobbies* dos grupos de interesse usuais da sociedade, como também internamente no governo, a partir dos diferentes partidos que compunham a coalizão e que tinham poder de pressão sobre o Poder Executivo, a partir de seus votos no Congresso.

¹ Entrevista concedida ao autor em 25 de janeiro de 2016.

O modelo mais lógico seria o governo tomar as iniciativas e o partido apoiá-lo e buscar influenciá-lo para seguir determinados rumos, em caso de contravérsias. Era o que José Genoíno, então presidente do PT, defendia na política geral e na política externa e usou como exemplo a relação com a China. As relações com este país adquiriram uma importância enorme durante o governo Lula e a China, em dado momento, tornou-se o primeiro parceiro comercial do Brasil. Para isso, houve todo o empenho do próprio presidente, do Itamaraty e de outros órgãos de governo, como a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que abriu um escritório em Xangai. Neste caso, o papel que caberia ao PT seria estreitar a relação com sua contraparte partidária na China, o Partido Comunista Chinês (PCCh) e assim todos os atores institucionais que poderiam influenciar as relações entre os dois países estariam envolvidos no processo. Como já mencionado, o PT romperá as relações com o PCCh durante um curto período, de 1989 a 1993, mas elas foram retomadas, embora friamente. No início do governo Lula, na gestão do deputado Paulo Delgado frente à Secretaria de Relações Internacionais, houve grande empenho para reativá-las e, em 2004, uma delegação de alto nível do PT foi convidada pelo PCCh a visitar a China. Nesta visita, formalizou-se um protocolo para realizar seminários anuais, alternadamente em cada país, para discutir assuntos de interesse mútuo, os chamados “Seminários Teóricos”.²

O cronograma do protocolo não foi tão sistemático, mas houve novas visitas de delegações de dirigentes do PT em 2007, 2009 e 2011 à China. Em 2008, foi realizado, em São Paulo, o seminário “China: qual socialismo?” e, em 2010, houve o terceiro seminário PT – PCCh, em Brasília, para debater as propostas para uma nova ordem mundial e as visões do Brasil e da China sobre a América Latina, África e Ásia. O quinto encontro foi em Salvador, em 2012, para discutir as “Reações da China e do Brasil à crise internacional” e o sexto seminário foi novamente em Brasília, em 2015, para lidar com vários temas como governabilidade, economia, formação de quadros, relação governo e sociedade civil e BRICS.

Posteriormente, durante a gestão de Valter Pomar, houve tentativas da Secretaria de Relações Internacionais do PT de repetir fórmulas semelhantes,

² Entrevista de José Genoíno concedida ao autor em 10 de maio de 2016.

com partidos de outros países com os quais o governo desenvolvia relações. Isso foi feito com o Partido do Trabalho da Coreia do Norte³; o Partido Socialista Árabe Baath da Síria⁴; o Meretz e o Hadash, ambos de Israel. Com os dois primeiros, que governavam seus respectivos países, salvas as visitas iniciais de dirigentes do PT, não houve progresso significativo, em grande parte devido às sanções da ONU aplicadas à Coreia do Norte e à guerra civil na Síria, que ainda não terminou. No caso do Meretz e do Hadash, tratava-se de partidos mais à esquerda no espectro ideológico israelense, porém o primeiro é sionista⁵, em suas posições sobre as relações entre Israel e a Palestina, além de classificar a OLP, com quem o PT tem fortes afinidades desde sua fundação, como um grupo terrorista. Já o Hadash foi fundado por ex-integrantes do Partido Comunista de Israel (Maki), que, desde 1919, reunia membros judeus e árabes até romper em duas frações, nos anos 1960, uma judia pouco representativa e outra árabe. Atualmente, compõe a Lista Árabe Unida, junto com os partidos Balad e Taal, que elegeu 15 parlamentares em 2020. Considerando as diferenças e divergências políticas entre eles, era fundamental para o PT que os acordos fossem simétricos e assinados quase simultaneamente. Isso foi possível após algumas conversas com os dois lados e consolidou-se, após a aprovação da CEN, com a ida do dirigente Renato Simões a Israel para formalizar o ato, em agosto de 2011.⁶

Já no caso do Die Linke alemão, um partido de esquerda, que surgiu em 2007, reunindo integrantes do antigo PSUA, da Alemanha Oriental, com dissidentes do SPD, a relação se tornou mais fluida e permanente.

³ Este partido governa a Coreia do Norte desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a divisão da península coreana em dois países.

⁴ O “baathismo” foi a expressão partidária do pan-arabismo, estabelecido nos países do Oriente Médio que alcançaram sua independência da Inglaterra e França como Síria, Iraque e outros, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente era um partido único presente em vários desses países, mas, na década de 1960, cindiu-se e assumiu características nacionais. Na Síria governa desde 1963.

⁵ Quando a migração judaica, incentivada pelo sionismo, se iniciou para a Palestina, no início do século XX, os socialistas argumentavam que participariam para libertar os camponeses palestinos (felahs) da opressão do feudalismo árabe. Na prática, essa “libertação” significou a expulsão dos palestinos de suas terras para viver em campos de refugiados nos países vizinhos e sua substituição por colonos judeus (JAKOBSEN, 2007).

⁶ Entrevista concedida por Iole Ilíada ao autor em 28 de julho de 2020.

Durante o mandato de Valter Pomar, houve também visitas do PT à Palestina, Vietnã, Estados Unidos, Porto Rico e Rússia, com o intuito de estabelecer relações bilaterais e protocolos de cooperação. Segundo Iole Ilíada, a busca de uma aproximação com o partido Rússia Unida, do presidente Vladimir Putin, foi a pedido dos russos e aceito pela CEN do PT. A reunião que aconteceu, inclusive, contou com a presença do presidente do PT, Rui Falcão.⁷

Porém, ainda segundo Valter Pomar, a pequena dimensão da estrutura da SRI sufocava as iniciativas e não permitia um acompanhamento permanente destas relações por região geográfica.⁸ Percebe-se, pelos depoimentos de todos os secretários de relações internacionais do PT, que a crítica à modesta dimensão da SRI era unânime e, assim, o trabalho do secretário e dos assessores era basicamente temático, acompanhando o Foro de São Paulo, os núcleos no exterior, organização de alguns eventos, recepção de visitantes e atendimento à correspondência. À guisa de comparação, o Departamento Internacional do PCCCh tem aproximadamente 250 funcionários, enquanto a SRI do PT, atualmente, tem menos de dez, incluindo os dirigentes responsáveis e o apoio indireto da Fundação Perseu Abramo.

Ao mesmo tempo, apresentava-se o outro lado da moeda das relações internacionais institucionais. Pois enquanto o governo Lula se relacionava com países governados por partidos de direita, a exemplo da Colômbia, governada pelo Partido Conservador de Álvaro Uribe e o México, pelo Partido de Acción Nacional (PAN), de Felipe Calderón, o PT se relacionava somente com os partidos de oposição nestes países, respectivamente o Polo Democrático Alternativo colombiano, o Partido del Trabajo (PT) e o Partido de la Revolución Democrática (PRD), no México (PT, 2010).

Quando Marco Aurélio Garcia deixou a Secretaria de Relações Internacionais do PT para assumir um cargo no governo municipal de São Paulo, em 2001, ele foi substituído pelo então deputado federal Aloizio Mercadante. Este, por sua vez, foi eleito senador, em 2002, e passou o cargo para o deputado federal Paulo Delgado, em 2003. Mais tarde, com a desistência deste, em 2004, a função foi ocupada por um membro da Comissão Executiva Nacional

⁷ Entrevista concedida ao autor em 28 de julho de 2020.

⁸ Entrevista concedida ao autor em 9 de julho de 2020.

(CEN), Paulo Ferreira, até a eleição de Valter Pomar, em 2005, que permaneceu na Secretaria até o final de 2009, e como secretário executivo do Fórum de São Paulo, em nome do PT, de 2005 até 2013. Ele foi substituído na SRI pela deputada Iriny Lopes e, quando ela aceitou o convite da presidenta Dilma, em 2011, para dirigir a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), foi substituída por Iole Ilíada. Em janeiro de 2014, Mônica Valente assumiu tanto a Secretaria de Relações Internacionais, quanto a Secretaria Executiva do Foro de São Paulo. Foi a primeira mulher a exercer esta segunda função. Em 2020, a SRI foi assumida por Romênio Pereira, ex-secretário-geral do Partido, e Mônica continuou como secretária executiva do Foro. Em vários momentos, os secretários puderam contar com a ajuda de adjuntos e também com o trabalho voluntário de dirigentes da CEN, que não ocupavam pastas específicas, como os vogais, por exemplo. Desta forma, Jorge Almeida foi adjunto de Marco Aurélio Garcia; Paulo Delgado foi adjunto de Aloizio Mercadante, antes de assumir a Secretaria, quando Paulo Ferreira se tornou o seu adjunto. No período mais recente, Luiz Eduardo Greenhalgh retornou às atividades internacionais, como adjunto de Mônica Valente.

Ao longo da existência da SRI, estabeleceu-se um Coletivo de Relações Internacionais, de caráter informal e voluntário, pois sua criação não estava prevista na estrutura partidária. Segundo Valter Pomar, pelo menos durante seu mandato, foi muito útil, pois era um espaço que possibilitava realizar discussões sobre a conjuntura internacional e a política decorrente do PT, que não ocorriam com frequência nas instâncias partidárias.⁹ Iole Ilíada reforçou esta percepção, pois apesar dos informes que ela apresentava na CEN e no DN sobre a agenda internacional e as iniciativas da SRI – que eram bem recebidos – a pauta nacional predominava. Em sua avaliação, isso se devia, também, em parte, ao fato de haver razoável consenso entre os dirigentes partidários sobre a política externa levada adiante pelos dois governos do PT e a do próprio partido, salvas questões pontuais.¹⁰

Segundo Paulo Ferreira, o PT foi muito demandado pelos partidos amigos para discutir a nova realidade do Brasil, após a eleição de Lula e, segundo Iole

⁹ Entrevista concedida ao autor em 9 de julho de 2020.

¹⁰ Entrevista concedida ao autor em 28 de julho de 2020.

Ilíada, também após a eleição de Dilma Rousseff. Desde aqueles que tinham interesse em compreender o processo e as propostas do novo governo até aqueles como o Partito Democratico della Sinistra (PDS), da Itália, substituto do Partido Comunista Italiano (PCI), extinto em 1991¹¹, e que queria conhecer melhor o modelo petista, um partido de esquerda que não era nem comunista nem social-democrata, com direito a tendências internas, e que chegou ao governo apenas 23 anos depois de criado. Foi uma agenda exigente sobre temas como multilateralismo sem alinhamentos, Fome Zero, pacifismo, relações internacionais municipais¹², entre outros. O foco geográfico e político principal continuou sendo a América Latina e a participação do PT no Foro de São Paulo prosseguiu como uma atividade muito importante. Entretanto, apesar do empenho dos dirigentes, o Partido não tinha estrutura para cumprir todas as demandas.¹³

Durante a gestão de Valter Pomar, ocorreram a maioria das vitórias eleitorais da esquerda na América Latina, como a de Manuel Zelaya, em Honduras, além do golpe que sofreu Evo Morales, na Bolívia; Michele Bachelet, no Chile; Daniel Ortega, na Nicarágua; Rafael Correa, no Equador; Fernando Lugo, no Paraguai; Mauricio Funes, em El Salvador; e Ollanta Humala, no Peru. Além disso, foi a época da crise econômica iniciada nos EUA e a SRI era muito demandada sobre as medidas adotadas pelo governo Lula também.¹⁴

A PEB do governo Lula, em 2003 e 2004, e suas ações concretas contrastaram com um ambiente geral de recessão econômica e altas taxas de desemprego, que foram revertidas, posteriormente, em particular, com a valorização dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil, crescimento do mercado interno e a autossuficiência que o país alcançou na exploração do petróleo. Os esforços brasileiros junto com a França, Alemanha e outros países para tentar convencer os Estados Unidos a não atacarem o Iraque, sob o falso pretexto da

¹¹ O PCI decidiu, em 1991, renunciar ao comunismo como doutrina e mudou o nome e a sigla para PDS. Os que não concordaram fundaram um novo partido, o *Partito della Rifondazione Comunista* (PRC), hoje sem representação parlamentar. Em 1998, o PDS uniu-se a remanescentes da Democracia Cristã e fundou o atual *Partito Democratico* (PD).

¹² O então secretário Paulo Ferreira acompanhou o congresso de fundação da CGLU, em Paris, em 2004, e a eleição da prefeita Marta Suplicy, para assumir uma das presidências.

¹³ Entrevistas concedidas ao autor em 16 de maio de 2020 e 28 de julho de 2020.

¹⁴ Entrevista concedida ao autor em 9 de julho de 2020.

existência de armas de destruição em massa naquele país; a criação do G-20 comercial e a mudança da agenda de negociações da Rodada Doha, na OMC, após o fracasso da Conferência Ministerial, em Cancun; a exigência de reciprocidade na identificação de visitantes americanos ao Brasil, por meio de fotos e impressões digitais, exigidos aos brasileiros nos EUA; a criação do Grupo de Amigos da Venezuela, proposta pelo Brasil, para mediar a crise venezuelana; a ida do presidente Lula ao Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, antes de ir ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, levando a mesma mensagem para os dois públicos; o lançamento do Fome Zero Internacional e a proposta, pelo Brasil, de mudança do formato de negociações da ALCA; entre outras medidas, causaram impressão muito positiva no partido, conforme indicam as resoluções de sua Direção Nacional, a partir de 2003.

A rigor, os primeiros movimentos da Política Externa acabaram produzindo um certo padrão de funcionamento: o governo tomava suas iniciativas e o PT, a depender do interesse temático, buscava apoiá-las e prosseguia desenvolvendo a sua própria política internacional normalmente, como o Foro de São Paulo, que sempre demandou muito trabalho do partido, uma vez que este continuou responsável pela sua Secretaria Executiva.

De todo modo, conforme assinalado pela Secretaria de Relações Internacionais do PT, havia várias afinidades temáticas entre partido e governo Lula, no tocante à defesa da paz mundial, respeito à soberania e autodeterminação dos povos e nações, reforma democrática das instituições internacionais, defesa da integração regional, alianças e relações sul-sul e promoção dos direitos humanos, econômicos, culturais, ambientais e sociais (2010).

José Genoino também chamou a atenção para o fato de “o PT continuar desenvolvendo as suas próprias relações internacionais autonomamente em relação ao governo e sem se apoiar no aparato do Estado”¹⁵. Este padrão se revelou cauteloso, particularmente em relação à ALCA quando o conteúdo destas negociações se tornou mais evidente, na medida em que as Conferências Ministeriais o foi definindo. O PT considerava a ALCA um “acordo de anexação”, termo que Lula chegou a utilizar durante a campanha eleitoral de 2002, inclusive, apoiou o plebiscito, organizado pelos movimentos sociais,

¹⁵ Entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2016.

em que cerca de dez milhões de brasileiros votaram pelo “não à ALCA”. Porém, na medida em que a possibilidade de o PT chegar ao governo se aproximava, e depois que chegou, o tom mudou, para não se colocar em oposição frontal à participação governamental nas negociações e, eventualmente, à assinatura de algum acordo. José Genoíno foi autor de um artigo, em outubro de 2003, onde dizia:

A conquista de novos espaços internacionais pode proporcionar também novas oportunidades para o Brasil, em várias áreas econômicas e culturais. Nessa perspectiva, a ALCA é uma construção desejável. O problema central a ser discutido pela sociedade brasileira e pelos agentes políticos e econômicos é o formato que ela deve adquirir. A questão da ALCA não pode ficar polarizada entre negociar e não negociar. O foco deve estar centrado em o que negociar. Assim, se é verdade que nas negociações da ALCA o Brasil não deve adotar uma abordagem ideológica, também não pode adotar uma postura ingênua, passiva e submissa diante dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos (2004).

Havia também outro elemento a considerar nas posições do partido *vis-à-vis* ao governo, que era o conhecimento técnico sobre os temas em questão, como expressou José Genoíno, em outro trecho do mesmo artigo:

É preciso entender que um processo de negociação dessa magnitude não é linear. Ele está implicado numa série de intenções encobertas, de linhas de avanço e recuos, de interesses não explicitados e até mesmo de ardis, que, muitas vezes, não são perceptíveis à primeira vista. O Itamaraty tem uma experiência acumulada em negociações internacionais, não cabendo desconfiar quanto à sua competência no encaminhamento das posições brasileiras nos fóruns internacionais (2004).

A proposta das negociações de uma área de livre comércio hemisférica, em três esferas diferentes, regional, plurilateral e no âmbito da OMC, a negociação em “três trilhos”, conforme proposto pelo ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, foi a solução para o país e para o PT, pois quem desistiu da continuidade das negociações foram os EUA e alguns outros participantes das negociações, uma vez que esta modalidade não contemplava seus interesses.¹⁶

¹⁶ Entrevista concedida ao autor em primeiro de julho de 2015.

Embora o PT continuasse cultivando as relações com partidos políticos de outros países e prosseguisse com as atividades exigidas pelos diferentes foros partidários, dos quais era membro ou convidado, o fato concreto é que, na maioria das vezes, não conseguiu promover o engajamento partidário que desejava de forma articulada com as iniciativas internacionais governamentais. Por exemplo, no caso do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), chegou a haver dois Encontros envolvendo o PT – o Congresso Nacional Africano da África do Sul e o Partido do Congresso da Índia –, mas que não prosperaram. Em relação ao BRICS, as poucas iniciativas partidárias que ocorreram partiram, principalmente, do PCCh. Na prática, o PT delegou ao governo transformar sua plataforma de política externa em iniciativas concretas, abdicando de suas incidências.

Segundo Valter Pomar, durante seu mandato realizou duas reuniões formais com representantes do Itamaraty – uma com o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, quando era secretário-geral do MRE, e outra com o embaixador Antonio Patriota, quando ministro –, porém nunca se estabeleceu qualquer relação mais permanente e formal entre o Partido e o Ministério de Relações Exteriores para discutir a política externa brasileira. A única interlocução que havia com o governo sobre este tema era por intermédio da assessoria especial da presidência, particularmente em relação aos assuntos mais espinhosos.¹⁷

Apesar da visão positiva da militância do PT em relação à PEB do governo Lula, “nem tudo eram rosas”. A participação do Brasil na coordenação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), em 2004, apesar de toda a política humanitária empreendida pelo governo brasileiro, principalmente depois do terremoto que abalou o país, em 2010, recebeu muitas críticas de organizações sociais da base do PT, que percebiam a atuação da MINUSTAH como uma força de ocupação. Fora o desconhecimento dos fatos históricos que provocaram aquela missão, houve muita incompreensão sobre a validade, ou não, desta iniciativa e qual perspectiva traria para o povo haitiano e para a PEB. Da mesma forma, em relação aos projetos de cooperação para o desenvolvimento em certos países africanos que teriam sido mera promoção de negócios do setor privado, como mineração e agricultura (ROSSI,

¹⁷ Entrevista concedida ao autor em 09 de julho de 2020.

2015). Valter Pomar alertou para o risco deste “subimperialismo” de um país periférico, de grande potencial, como o Brasil, na medida em que defendia seus interesses nacionais, entre eles os interesses de empresas brasileiras no exterior (2010). A fundação do Banco do Sul, prometida quase desde o início do governo, para fortalecer o desenvolvimento e a integração da América do Sul, tampouco saiu do papel e isso também gerou certa frustração.

Da mesma forma, em relação à Frente Polisário, que luta pela independência do Saara Ocidental¹⁸, antiga colônia espanhola na África, em sua maior parte invadida e ocupada pelo Marrocos desde 1975. A Frente é apoiada pelo PT há muitos anos, mas, para não desagradar o governo marroquino, nunca obteve o reconhecimento e apoio do governo brasileiro do mesmo modo que a OLP e o Estado Palestino receberam.

Segundo Valter Pomar, a política externa dos governos Lula e da futura presidenta Dilma comportava “uma dupla dimensão: por um lado empresarial e capitalista e por outro, democrático e popular” (2010). Esta constatação exige dos partidos de esquerda e progressistas integrantes do governo Lula:

a elaboração de uma interpretação autônoma da situação internacional e um trabalho constante de acompanhamento da política externa, defendendo-a dos ataques da oposição de direita, evitando a predominância de interesses privados e ‘subimperialistas’, estimulando um viés latino-americano e caribenho, reafirmando a caracterização imperialista da política das metrópoles, construindo a dimensão popular e cultural do internacionalismo e da integração e articulando, assim, esta política externa, com o objetivo socialista da esquerda. Exige também uma articulação continental com outros partidos, movimentos sociais, intelectualidade progressista e instituições de diferentes tipos, para que o projeto de integração não seja abraçado apenas pelos governos e burocracias estatais (2010).

Lula, quando assumiu a Presidência do Brasil, optou por colocar um diplomata de carreira frente ao MRE porque não quis radicalizar a implementação da PEB e porque queria a cooperação da burocracia do Itamaraty. Se quisesse, seria legítimo ter indicado um quadro dirigente do Partido dos Trabalhado-

¹⁸ Há uma resolução da ONU que diz que o status político do Saara Ocidental deverá ser definido por meio de um plebiscito, o que foi aceito pelas partes conflitantes. Porém, a divergência sobre quem vota gerou um impasse ainda vigente para a concretude do plebiscito.

res como chanceler, pois o partido possuía acúmulo teórico e prático sobre política externa, conforme indica o conteúdo dos programas eleitorais mencionados anteriormente e consistentes relações internacionais desenvolvidas com outros partidos e até governos, ao longo de muitos anos. Além disso, não seria nenhuma novidade, conforme demonstra a estatística histórica do Itamaraty sobre o número de chanceleres, oriundos de diferentes partidos políticos brasileiros em quantidade superior aos diplomatas de carreira. Porém, a estratégia que o presidente Lula adotou para executar a PEB, além de seu envolvimento pessoal, foi a de aliar a visão petista de Política Externa com a visão dos “soberanistas” do Itamaraty, a quem deu o comando do MRE, por meio do Embaixador Celso Amorim.

Segundo Samuel Pinheiro Guimarães,

não poderia ter havido escolha melhor, pois o embaixador Celso Amorim acumulou experiência ao longo de sua carreira. Além de ter sido ministro de Relações Exteriores, de 1993 a 1995, durante a segunda metade do governo Itamar Franco, trabalhou em vários setores do Itamaraty, como o Planejamento de Política Externa, a Subsecretaria Econômica, entre outros; foi cônsul-adjunto em Londres; serviu na missão do Brasil junto à OEA e foi Embaixador em Genebra, na ONU e em Londres, de onde saiu para assumir a Chancelaria do presidente Lula, ou seja, tinha experiência em quase todos os setores diplomáticos.¹⁹

Esta composição potencializou a política externa brasileira ao articular iniciativas de Lula e do PT, como o Fome Zero Internacional e a constituição de coligações internacionais; como o IBAS e as Cúpulas América do Sul e Países Árabes (ASPA) e América do Sul e África (ASA), com a visão dos diplomatas profissionais de fortalecer os processos de integração; como o MERCOSUL, União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC); bem como as reformas de certas organizações internacionais, como o FMI e o Conselho de Segurança da ONU.

A diplomacia presidencial também jogou um papel importante na PEB. As visitas presidenciais ocorreram em todos os continentes. Foram 85 países visitados em oito anos, alguns deles mais de uma vez. A diplomacia presiden-

¹⁹ Entrevista concedida ao autor em 06 de julho de 2015.

cial de Lula o levou a permanecer 216 dias no exterior, durante o primeiro mandato, e 269 dias, no segundo. Sua prioridade foi a América do Sul, onde cumpriu compromissos por 150 dias, durante os dois mandatos (MARQUES, 2013). Os países da Europa Ocidental foram praticamente todos visitados, alguns seguidamente, como França, Espanha e Portugal. O mesmo ocorreu com os Estados Unidos e, principalmente, os países latino-americanos, onde, além de tudo, o presidente participou de diversas Cúpulas de Chefes de Estado, como as do MERCOSUL, UNASUL, entre outros eventos semelhantes. Os países da Ásia onde o presidente Lula esteve, principalmente: Índia, China, Japão, Coreia do Sul, Timor Leste e Cazaquistão, na Ásia Central. Também esteve na Rússia e na Ucrânia. Foi ao continente africano 11 vezes e visitou 29 países, particularmente os integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a África do Sul e a Nigéria, onde também esteve mais de uma vez (FUNAG, 2007; VIZENTINI, 2013; AMORIM, 2015). No caso das visitas de chefes de Estado ou altos dignitários africanos ao Brasil, ao longo dos oito anos da Presidência de Lula, foram representantes de 48 países no total (VIZENTINI, 2013). Neste continente, o governo Lula abriu 19 embaixadas novas e um consulado. Em 2014, o Brasil possuía, ao todo, 227 postos no exterior – entre embaixadas, consulados e representações nas organizações internacionais – e, entre 2003 e 2010, foram concursados e contratados 645 novos diplomatas.

Segundo Luiz Dulci, a política externa foi um dos destaques do governo Lula, pois:

Resgatou a soberania e diversificou as relações econômicas e políticas do Brasil e contribuiu para que o país retomasse o caminho do desenvolvimento e conquistasse um novo lugar no mundo. Seu caráter foi autônomo e solidário, transformador e isento de sectarismo e provocou notável impacto na comunidade internacional, granjeando para o Brasil o respeito generalizado de povos e governos (2013).

No dia 1º de janeiro de 2011, a sucessora de Lula na Presidência da República, Dilma Vana Rousseff, tomou posse. Foi a primeira mulher a ocupar este cargo no Brasil. Ela preservou a política externa, implementada durante os dois mandatos do seu antecessor, inclusive alguns instrumentos da integração da América do Sul, como o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Pla-

nejamento (COSIPLAN), coordenado pelo Brasil. Também manteve Marco Aurélio Garcia como assessor especial para a política externa, mas, durante seus dois governos, o MRE teve três ministros diferentes: Antonio Patriota (2011 a 2013); Luiz Alberto Figueiredo (2013 a 2014); e Mauro Vieira (2014 a 2016). O ex-ministro Celso Amorim serviu ao governo de Dilma Rousseff como ministro da Defesa, entre 2011 e 2014. O ex-secretário geral do MRE, Samuel Pinheiro Guimarães assumiu o cargo de alto comissário-geral do MERCOSUL, em 2011 e permaneceu nesta função até o ano seguinte.

No entanto, embora não houvesse rupturas com a política externa implementada durante o governo Lula, ela não tinha o mesmo envolvimento pessoal nas atividades internacionais que seu antecessor. Sua presença em atividades internacionais se deu, principalmente, nas cúpulas que envolviam a presença de outros chefes de Estado, como as reuniões do GMC do MERCOSUL, cúpulas da UNASUL, CELAC e dos BRICS. Porém ela herdou três eventos de grande monta a serem realizados no Brasil. Embora definidos durante o governo de Lula, coube ao governo Dilma organizá-los: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), em 2012; a Copa Mundial de Futebol, de 2014; e os Jogos Olímpicos, em 2016. A cúpula dos BRICS, que marcou a inauguração do Arranjo de Reservas e do Novo Banco de Desenvolvimento, realizou-se em 2014, na cidade de Fortaleza.

Em 2013, estava prevista uma visita de chefe de Estado²⁰ de Dilma Rousseff aos Estados Unidos, que, no entanto, foi cancelada diante da denúncia de Edward Snowden de que a National Security Agency (NSA) havia monitorado a comunicação governamental brasileira, inclusive os telefones celulares da presidenta e de diretores da PETROBRAS. A visita somente se concretizou em 2015.

Outro fato importante durante seu primeiro mandato foi o golpe parlamentar, aplicado contra o presidente Fernando Lugo no Paraguai, em junho de 2012, e a reação dos demais membros do GMC de suspender a participação paraguaia, com base na Cláusula Democrática do MERCOSUL. Esta suspensão, entretanto, permitiu outro desdobramento, que foi a admissão da Venezuela como membro permanente do bloco, situação que vinha sendo

²⁰ Visita de chefe de Estado é o status mais elevado concedido pela diplomacia estadunidense e que implica encontros com o presidente do país.

impedida, até então, pelo Senado do Paraguai, embora tivesse o apoio dos poderes legislativos da Argentina, Brasil e Uruguai.

A esta altura, no âmbito do PT, havia uma certa rotina no desempenho de sua política internacional, conforme se verifica pelas atribuições da Secretaria de Relações Internacionais aprovadas em 2010, cujo resumo se apresenta a seguir:

- a) Contribuir para que o conjunto do PT elabore e aplique uma política internacional compatível com as resoluções dos encontros e congressos;
- b) Manter um acompanhamento constante da situação internacional;
- c) Fortalecer a presença do PT no mundo, através dos núcleos, da difusão de material partidário, do contato com os meios de comunicação, do envio e recepção de delegações internacionais e manter uma rotina de viagens internacionais de dirigentes do partido. Acompanhar as iniciativas relacionadas à integração continental e aos organismos internacionais que reúnem partidos políticos, como o Foro de São Paulo e outros;
- d) Estimular a militância no PT de estrangeiros residentes no Brasil, bem como os brasileiros que vivem no exterior, a militar em partidos amigos do Partido dos Trabalhadores;
- e) Acompanhar as atividades internacionais desenvolvidas por petistas que vivem em outros países e apoiar o funcionamento dos núcleos no exterior;
- f) Apoiar a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI), no estímulo à articulação da ação internacional dos governos municipais e estaduais dirigidos por petistas;
- g) Desenvolver, em conjunto com a Secretaria Nacional de Formação, Fundação Perseu Abramo e outras instituições, um trabalho de investigação sobre a situação internacional para acumular conhecimento, produzir estratégias e promover a capacitação de dirigentes e militantes. Preservar a memória da atuação do PT nas relações internacionais;
- h) Produzir textos de análises e informações sobre a situação brasileira voltados para os partidos amigos;
- i) Implementar ou participar de campanhas de massa que envolvem temas internacionais;

- j) A SRI deve organizar, periodicamente, conferências e reuniões de petistas e simpatizantes que atuam em relações internacionais, bem como do próprio Coletivo Internacional que apoia a SRI, além de articular a atuação das demais secretarias que têm interfaces sistemáticas com a política internacional (2010).

Como parte mais pública desta resolução, foi dada continuidade à publicação do boletim mensal sobre fatos e acontecimentos internacionais *Periscópio Internacional*, da Fundação Perseu Abramo, junto com a SRI do PT, editado desde 2006 e que foi mantido até 2011, quando os temas internacionais foram incorporados ao boletim de conjuntura da Fundação. Inicialmente, a publicação foi apoiada pela Fundação Rosa Luxemburgo (FRL), ligada ao partido Die Linke da Alemanha. Este apoio também gerou a publicação de dois livros, reunindo a coletânea de artigos de 2006 e 2007, além da realização de um curso de capacitação em política internacional, executado em 2007, cujo conteúdo possibilitou a publicação de um terceiro livro.

A secretaria também promovia reuniões periódicas do Coletivo de Relações Internacionais, além de organizar uma conferência partidária de relações internacionais, em abril de 2006, para reunir os petistas que trabalhavam em diversas frentes de atuação (governos, partido, movimentos sociais, organizações não governamentais, universidades e centros de pesquisa), para debater quatro grandes temas: a situação internacional; a política externa do governo Lula, inclusive comercial; as diretrizes de atuação do governo, 2007-2010 e a atuação internacional do PT.

Iole Ilíada chamou a atenção para duas iniciativas realizadas durante seu mandato. Uma delas, que ganhou fôlego nesse período, foi uma série de Seminários dos Governos de Esquerda, Populares e Progressistas da América Latina, realizados no âmbito do Foro de São Paulo. A primeira edição ocorreu de 30/06 a 02/07/2011, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com o apoio da UFRJ, que sediou o evento. Depois disso, a atividade passou a integrar a agenda dos encontros anuais do FSP.

A outra foi a participação na Cúpula dos Povos da Rio+20, em junho de 2012, com a instalação da tenda Milton Santos. Malgrado as dificuldades que antecederam o evento, foi possível, ao final, forjar, ao mesmo tempo, uma parceria com o PCdoB e com a FES, o que possibilitou que a tenda acolhesse

múltiplas atividades durante todo o período do evento, com uma presença grande de pessoas e propiciando, também, um espaço para que todas as secretarias e setoriais do PT realizassem suas atividades.²¹

Outra iniciativa, que não foi do PT, mas que contou com seu apoio e o envolvimento de vários dirigentes, foi a criação, em 2012, do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI), com a participação de acadêmicos, dirigentes de movimentos sociais, integrantes do governo Dilma, militantes e dirigentes do PT, PCdoB e PSOL, entre outros. Esta iniciativa foi apoiada pela FES e, além do debate e acúmulo de conhecimento, visava, também, incidir sobre a política externa governamental, particularmente em relação à proposta de criação de um Conselho de Política Externa, semelhante aos já existentes, para acompanhamento de temas como educação, saúde, questões urbanas, entre outros, e que pudesse servir em caráter consultivo de maior interação e transparência entre o governo e os grupos de interesse, pois, via de regra, o *lobby* mais eficiente provinha, principalmente, do empresariado. O GR-RI organizou um evento de grande repercussão em 2013 – a Conferência Nacional: 2003-2013, uma nova Política Externa –, que contou, entre outros, com a presença do ex-presidente Lula e de seu chanceler, Celso Amorim, ambos muito aplaudidos pelo plenário formado principalmente por estudantes.

Neste período, o PT estabeleceu relações com alguns novos partidos na Europa, como o Podemos espanhol; o Partido de Esquerda, da França; e o Bloco de Esquerda, de Portugal, embora estes também tenham revelado simpatia pelo PSOL que, assim como eles, também é fruto de dissidências partidárias, além de compartilharem críticas a algumas medidas implementadas pelos governos do PT, como a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e, principalmente, a de Belo Monte, consideradas prejudiciais ao meio ambiente.²²

Estas relações se deram sem prejuízo das relações tradicionais com o Partido Socialista Obrero Español (PSOE); Izquierda Unida, também da Espanha; e os partidos socialista e comunista, da França e de Portugal. Também houve uma aproximação com o Partido de Izquierda Europeo (PIE), uma

²¹ Entrevista concedida ao autor em 28 de julho de 2020.

²² Mônica Valente em entrevista concedida ao autor em 18 de maio de 2020.

articulação multipartidária que implementou várias atividades conjuntas com o Foro de São Paulo.

Na metade desse mesmo ano, ocorreu um fato relevante na política interna do Brasil, que teria graves consequências sobre o segundo mandato da presidenta Dilma. A alta das passagens do transporte público, em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, provocou a realização de algumas manifestações de protesto, inicialmente de pequena monta, mas que foram crescendo a partir da dura repressão policial de certos governos estaduais, como o de São Paulo, que, inclusive, feriu pessoas que não participavam das mobilizações. Embora as autoridades municipais e estaduais chegassem a cancelar os aumentos, as manifestações passaram a questionar a qualidade das políticas públicas de modo geral, o que, em princípio, representaria um movimento positivo, ao qual o governo federal respondeu com um pacote de propostas enviado ao Congresso, onde, no entanto, foi rejeitado pela direita. E pior, a agenda das manifestações, que se espalharam por todo o país, foi capturada e distorcida pelas forças políticas de direita, com forte apoio dos meios de comunicação, que transformou um movimento em defesa de boas políticas públicas em protestos contra o governo federal, a presidenta Dilma e o PT. Esse quadro provocou até a “saída do armário” de grupos e articulações de extrema-direita, que, até então, eram pouco expressivos e viviam em semiclandestinidade.

Entretanto, a popularidade da presidenta e do partido ainda se mantiveram em patamares que os possibilitaram disputar, com sucesso, a eleição presidencial e parlamentar, em 2014, embora a presidenta Dilma enfrentasse uma campanha suja e fissuras na sua coalizão, particularmente do PMDB, que indicou seu candidato a vice-presidente, Michel Temer. Além disso, o PSB, que fez parte de seu primeiro mandato, lançou candidatura própria²³. Mesmo assim, ela acabou vencendo o candidato da oposição, Aécio Neves do PSDB, embora por pequena diferença de votos no segundo turno.

²³ O candidato foi Eduardo Campos, que faleceu em um acidente aéreo durante a campanha e foi substituído por Marina Silva.

O golpe de 2016 e a campanha “Lula Livre”

A reação da direita com a perspectiva de um quarto mandato presidencial do PT e um possível retorno de Lula em 2018 foi a de atuar em cinco frentes para impedi-lo:

- A oposição questionou o resultado eleitoral e pediu recontagem dos votos, o que não foi concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas radicalizou a coalizão PSDB-DEM, que começou a articular o processo de *impeachment* da presidenta recém-eleita;
- A direita, na Câmara de Deputados, organizou-se para eleger o novo presidente da casa, em 2015, independentemente da vontade do governo;
- Os setores empresariais e os meios de comunicação começaram a pressionar o governo para adotar medidas de austeridade e equilíbrio das contas públicas;
- A Operação Lava Jato¹, iniciada em 2014, começou a assediar ex-diretores e assessores da PETROBRAS, parlamentares e dirigentes do PT, bem como da base aliada;

¹ A operação adquiriu este nome por ter se iniciado com uma batida da polícia federal numa casa de câmbio localizada num lava a jato em Brasília. Como as transações ilegais com dólares envolviam um cambista de Curitiba, o processo judicial foi alocado para a Justiça Federal no Paraná.

- A direita e os grupos de extrema-direita, com apoio da mídia, começaram a organizar manifestações contra a suposta corrupção do PT revelada pela Operação Lava Jato.

Esta campanha articulada levou a popularidade da presidenta Dilma, do governo e do PT, a baixos patamares, ao longo de 2015 e daí por diante. A reação governamental não foi eficaz. O deputado do PMDB do Rio de Janeiro, Eduardo Cunha, que, junto com outros setores políticos neste estado havia apoiado Aécio Neves, elegeu-se presidente da Câmara, contra o candidato Arlindo Chinaglia, apoiado pelo governo e, assim que tomou posse, implementou uma “pauta-bomba”, que atrapalhava a agenda econômica do governo que, por sua vez, havia seguido as reivindicações do setor empresarial referentes à introdução de um severo ajuste fiscal, que seria levado adiante por um novo ministro da economia, Joaquim Levy, ligado ao setor financeiro. A defecção da maioria da base aliada no Congresso, exceto alguns partidos de esquerda, o giro de 180 graus na economia, somado a uma série de medidas impopulares na área trabalhista e previdenciária, logo depois da reeleição, tampouco contribuíram para aglutinar apoio do movimento social ao mandato que se iniciava.

Desta forma, formalizou-se um pedido de *impeachment* da presidenta Dilma, com base no que se tornou conhecido como “pedaladas fiscais”, isto é, adiantamento de gastos governamentais por meio de bancos públicos para cumprir prazos, porém, sem anuência do Congresso. Esta tem sido uma prática usual de outros presidentes e governadores brasileiros, sem maiores questionamentos. Porém, no caso do governo Dilma, embasou o seu afastamento definitivo pela maioria de deputados e senadores, em agosto de 2016, e Michel Temer assumiu a Presidência, caracterizando, claramente, o golpe parlamentar.

A expectativa da área internacional do PT era retomar o processo de integração sul-americano e latino-americano com vigor no segundo mandato da presidenta Dilma, particularmente, a integração energética, formação de cadeias produtivas regionais, constituição do Banco do Sul, entre outras medidas, mas o desencadeamento da crise política e do *impeachment* frustraram esta possibilidade.²

² Entrevista de Mônica Valente concedida ao autor em 18 de maio de 2020.

Para o PT, esclarecer o que havia ocorrido para os partidos amigos no exterior e para a opinião pública internacional não foi fácil. Por exemplo, como traduzir “pedaladas fiscais” e explicar que se tratava de uma prática corriqueira, de vários governantes, que nunca justificou um pedido de *impeachment*? Como explicar que um dos formuladores do pedido foi ex-vice-prefeito de São Paulo, pelo PT, e um dos fundadores do partido? Explicar que foi um golpe de Estado, principalmente para os europeus, acostumados com instituições e normas sólidas, demandou muito trabalho da SRI do partido. Na América Latina foi mais simples, pois já eram bem conhecidos os precedentes de Honduras e Paraguai, no período mais recente, sem mencionar as ditaduras militares.

Porém, como a própria presidenta Dilma dizia: o *impeachment* era apenas a primeira fase do golpe. A segunda seria a prisão do ex-presidente Lula, o que ocorreu em abril de 2018, quando o Quarto Tribunal Regional Federal, celeremente, confirmou sua condenação, feita pelo juiz Sergio Moro, do Tribunal de Curitiba, por supostamente ter recebido um apartamento triplex em troca de favorecimentos a uma empreiteira. O fato de a defesa provar que ele nunca possuiu tal apartamento não foi suficiente para evitar a condenação, por “fatos indeterminados”, por intermédio de um processo viciado e concluído entre juiz e promotores, com a clara intenção de alijá-lo da vida política do Brasil.

Embora a Constituição brasileira garanta que até o transitado em julgado todos são inocentes, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu que a prisão de um acusado poderia ocorrer após a condenação em segunda instância, o que possibilitou que Lula ficasse preso por mais de um ano, pois ele e outros presos pela operação Lava Jato somente seriam soltos após a reforma dessa decisão, em novembro de 2019. Mas aí o mal já estava feito. Não lhe foi permitido concorrer às eleições presidenciais de 2018 – que, segundo as pesquisas, ele poderia vencer – e tampouco participar da campanha, apoiando o candidato do PT, pois ninguém que dá um golpe de estado, devolve o governo ao golpeado gratuitamente. Apesar da boa votação obtida pela chapa Fernando Haddad (PT) e Manuela D’Ávila (PCdoB) – 47 milhões de votos no segundo turno – e o PT ter sido o partido com mais deputados eleitos, o vitorioso foi Jair Bolsonaro, um capitão da reserva do exército e de extrema-direita. O prêmio para o juiz que urdiu toda a trama jurídica, Sergio Moro, foi sua nomeação como ministro da Justiça e Segurança Pública do novo governo.

Está claro, hoje, que a operação Lava Jato e outros eventos tiveram importante patrocínio e monitoramento externo, conforme demonstram o treinamento da equipe da Lava Jato por procuradores dos Estados Unidos e pelo FBI; a assinatura inconstitucional da colaboração da Procuradoria Geral da República e do Tribunal de primeira instância de Curitiba com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos; e a declaração formal do representante do Departamento de Estado deste país de que toda a operação foi acompanhada e apoiada pelos EUA (PEREIRA, 2020).

Novamente, a tarefa árdua de explicar o ocorrido e justificar a inocência de Lula coube à SRI do PT, em primeiro lugar. A dificuldade disso nos países mais desenvolvidos, mesmo em setores da esquerda, era semelhante ao da época do *impeachment*, pois como alguém poderia ser inocente após a condenação por dois tribunais? Como prega o ditado popular, “onde há fumaça, há fogo”. Porém, esse quadro mudou muito após as divulgações realizadas pelo PT e as denúncias publicadas pelo *Intercept*³, que demonstraram o conluio entre os procuradores e o juiz, bem como a politização do processo jurídico. Para fortalecer esse debate, por proposta da CUT, foi criado o Comitê Internacional de Solidariedade a Lula e à Democracia no Brasil.

Esse foi lançado durante o Fórum Social Mundial, em Salvador, no dia 15 de março, ainda antes da prisão de Lula, pois sabia-se que ela era provável. O evento inaugural contou com as presenças da ex-presidenta Dilma Rousseff; do professor Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra; da presidenta do PT, Gleisi Hoffmann; do Embaixador Celso Amorim, presidente do Comitê; de Antonio Lisboa, secretário de Relações Internacionais, da CUT; e José Reynaldo, secretário de Relações Internacionais do PCdoB; além de outros convidados, como os representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), da Intersindical, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do ALBA Movimentos, do Centro Mundial pela Paz, da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Marcha Mundial de Mulheres, da Confederação Sindical das Américas (CSA), da Confederação Sindical Internacional (CSI-África), do Movimento França Insubmissa, do

³ O *Intercept* é um site de jornalismo criado, entre outros, por Glen Greenwald, jornalista que publicou as denúncias de Edward Snowden sobre as espionagens da NSA, no jornal britânico *The Guardian*.

Partido da Esquerda Europeia, entre outros. O local lotou e houve pessoas que não puderam ingressar por falta de espaço.

O objetivo de criação do Comitê é o de informar e denunciar, no exterior, os ataques e medidas adotadas contra o presidente Lula e contra a democracia no Brasil, articulando as iniciativas internacionais de solidariedade às entidades que o compõem, de forma coletiva e coordenada, criar comitês, no exterior, com o mesmo objetivo e facilitar a comunicação entre o Brasil e eles, nos dois sentidos, e propor iniciativas, desde as reuniões do Comitê brasileiro, para serem realizadas nacional e internacionalmente.

São entidades e personalidades formalmente integrantes do Comitê: ALBA Movimentos, Central de Movimentos Populares (CMP), CUT, CTB, Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (CEBRAPAZ), Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), CSA, CSI, Conselho Mundial da Paz (CMP), Federação Democrática do Trabalho do Marrocos, Fundação Mauricio Grabois (FMG), Fundação Perseu Abramo (FPA), Internacional dos Serviços Públicos (ISP), Intersindical, Instituto Lula (IL), Levante Popular da Juventude, Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), PCdoB, PT, União Brasileira de Mulheres (UBM), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), União da Juventude Socialista (UJS) e UNE, além de personalidades como Celso Amorim (presidente do Comitê); Maite Mola do PIE; Eric Coquerel, do Partido da Esquerda, da França; e Julia Perri, deputada do PARLASUL, pela Argentina; Gonzalo Berron e Paulo Vannuchi.

Os apoios políticos recebidos até o momento foram: da Argentina – Central de Trabajadores Argentinos - Autônoma (CTA-A), Central de Trabajadores Argentinos - Trabajadores (CTA-T); Personalidades: Adolfo Perez Esquivel (Prêmio Nobel da Paz, 1980) e Victor de Genaro (presidente do Partido Unidad Popular); do Canadá – Hassan Yusuff (presidente do Canadian Labour Congress – CLC); dos Estados Unidos da América – Leo Gerard (presidente do United Steel Workers – USW); de Portugal – Partido Comunista Português (PCP); da Venezuela – Partido Comunista da Venezuela (PCV).

Desde a fundação do Comitê no Brasil, foram criados cerca de 50 comitês no exterior, em aproximadamente 30 países, até o momento. Esses foram

organizados a partir dos núcleos do PT no exterior e de outras iniciativas, como os grupos multipartidários da Frente Internacional de Brasileiros contra o Golpe (FIBRA), criados a partir de 2016.

As atividades desenvolvidas pelo Comitê têm sido as seguintes:

- Realização de reuniões quinzenais; criação do *site*: www.comitelulalivre.org; criação de um Coletivo de Comunicação; elaboração de manifestos, materiais diversos, dossiês e tradução de textos; coleta de assinaturas para manifestos, como o “Eleição sem Lula é Fraude” e outros, como a nomeação do Lula para receber o Prêmio Nobel da Paz, 2019; organização de manifestações internacionais, como a de 24 de abril de 2018; visitas do presidente do Comitê, Celso Amorim, a eventos no exterior, bem como participação em eventos nacionais; apoio e articulações com os Comitês no Exterior; apoio ao Seminário Internacional em Defesa da Democracia, em São Paulo, coordenado por Celso Amorim, com a presença de ex-governantes e personalidades, como Dominique Villepin, José Luis Zapatero, Cuáthemoc Cárdenas, Noam Chomsky, Jorge Taiana, Pierre Sané, Marilena Chauí, Bresser Pereira, Carlos Ominami; apoio às visitas internacionais ao ex-presidente Lula na prisão; apoio à Conferência Internacional do PT e da FPA, em 10 e 11 de dezembro de 2018 e ao ato em defesa da democracia, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no dia 10, no dia internacional dos direitos humanos.

Durante os 580 dias de prisão de Lula na sede da Polícia Federal, em Curitiba – ironicamente, um prédio construído e inaugurado durante sua presidência –, ele recebia visitas semanais de personalidades brasileiras e estrangeiras. Estas últimas, normalmente, eram organizadas pela SRI do PT, em combinação com o Instituto Lula e incluíram pessoas como Noam Chomsky, Alberto Fernandez, Máximo D’Alema, Adolfo Perez Esquivel, Juan Carlos Monedero, Ernesto Samper, Pepe Mujica, Martin Schulz, Jean Luc Mélenchon, Sharan Burrow, Danny Glover, Domenico de Masi, Roberto Gualtieri, entre outros. Lula também recebeu dois prêmios de Direitos Humanos de duas centrais sindicais: AFL-CIO dos Estados Unidos e UGT da Espanha, entregues, pessoalmente, por seus presidentes em Curitiba, respectivamente, Richard Trumka e Pépe Álvarez. Como bem lembrou Mônica Valente, Lula, durante sua prisão, recebeu mais visitantes de políticos estrangeiros do que Michel Temer e Jair Bolsonaro durante seus mandatos presidenciais, demons-

trando a solidez das relações construídas pelo PT ao longo de sua existência e a solidariedade de partidos e personalidades amigas.⁴

Aliás, esse último desenvolveu uma política externa de desmonte, não apenas da política empreendida pelo PT, entre 2003 e 2016, como também da própria tradição diplomática e das relações internacionais, estabelecidas historicamente pelos governos brasileiros. Para tanto, conta com a influência de um de seus filhos e de uma figura advinda de escalões inferiores do Itamaraty, apoiado por Olavo de Carvalho e defensor das ideias propagadas por esse autointitulado “filósofo”, que reside nos EUA. O resultado, depois de um ano e meio, foi o de transformar o Brasil num pária internacional. O respeito adquirido pela diplomacia brasileira ao longo da história, particularmente em seu período mais recente, foi jogado no lixo, por meio de uma tese que rejeita o sistema internacional, chamado pelo atual chanceler e seus asseclas de “globalismo” e que consideram uma conspiração cultural comunista. Segundo eles, é necessário recuperar valores religiosos e nacionais nas relações externas. Contudo, apesar da retórica nacionalista, não hesitaram em se submeter, integralmente, aos desígnios da política externa dos governos estadunidense e israelense.

A eleição de Bolsonaro foi a continuidade da interferência estrangeira nos assuntos internos do país e trouxe, à luz do dia, a criação de uma Internacional conservadora que envolve o atual governo brasileiro, o governo Trump, nos EUA, o Grupo de Visegrado⁵ e correntes políticas, identificadas com a xenofobia, o racismo e o fascismo. A própria estratégia das *fake news* foi, na verdade, mais um capítulo sobre como interesses estrangeiros conseguem manipular a política por meio da *Big Data* e do *marketing* direcionado a determinados segmentos sociais, aliados ao discurso de ódio e medo que caracterizam o fascismo. Essa estratégia já tinha obtido sucesso na campanha do BREXIT e na campanha presidencial de Trump, nos EUA, além de eleições em outros países por meio dos serviços prestados pela Cambridge Analytica, aliada às redes sociais, que influenciaram e macularam o processo democrático pelo mundo afora (PEREIRA, 2020).

⁴ Entrevista concedida ao autor em 18 de maio de 2020.

⁵ Este grupo é composto por Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslováquia e se recusa a aceitar a cota de refugiados aprovada pela União Europeia.

Um balanço sobre o estado das relações internacionais do PT, durante o período de dificuldades – 2016 a 2019 – revela que as relações existentes e as mais recentes, estabelecidas com os partidos de esquerda europeus, mencionados anteriormente, foram todas preservadas. Além disso, foi aberta uma aproximação com parlamentares do agrupamento interno do Partido Democrata dos EUA, Democratas Socialistas da América (DSA na sigla em inglês), ligado ao senador Bernie Sanders, em função da prisão de Lula e da ameaça autoritária representada pelo governo Bolsonaro, tendência política que, na eleição de 2018, teve 15 candidatos eleitos, em 13 estados, somando-se aos 20 membros já ocupando cargos eletivos, em todo o país. Várias iniciativas de solidariedade e de pressão sobre o governo estadunidense, para defender a democracia no Brasil, foram encaminhadas por diferentes parlamentares dos EUA⁶. Além disso, realizou-se uma visita de uma delegação composta por Mônica Valente (SRI – PT), Antonio Lisboa (SRI – CUT) e Kjeld Jakobsen (Fundação Perseu Abramo) àquele país, em abril de 2019, para cumprir uma agenda de reuniões com parlamentares, organizações sociais e sindicais, para agradecer pela solidariedade, discutir a conjuntura brasileira, bem como avaliar novas medidas possíveis de serem adotadas conjuntamente.

A presença internacional de partidos amigos nos congressos do PT, de 2017 e 2019, reforçam esta percepção. Em 2017, compareceram seis delegações partidárias da Argentina e, em 2019, foram quatorze. Em 2017, também estiveram delegações do CNA, da África do Sul; do MPLA de Angola; do SPD e Die Linke da Alemanha, além de representantes de suas respectivas fundações no Brasil, FES e Rosa Luxemburgo. Também compareceram o PCCCh, representantes do Polo Democrático Alternativo e da Marcha Patriótica, da Colômbia; do Partido do Trabalho, da Coreia do Norte; do Partido Comunista, de Cuba; da FMLN, de El Salvador; da FSLN e do Movimento Renovador Sandinista, da Nicarágua; do SORTU, do País Basco; o PS, o PCF e o Parti de Gauche, da França; do Partido Social-Democrata, da Suécia; da Frente Ampla, do Uruguai; do PSUV, da Venezuela; do Partido Democrático, da Itália; do PRD, do Panamá; do Partido País Solidário, do Paraguai; do Partido Comunista Português; do Movimento Esquerda Unida, Partido dos

⁶ Entrevista de Mônica Valente, concedida ao autor em 18 de maio de 2020.

Trabalhadores Dominicanos e do Partido da Libertação Dominicana, os três da República Dominicana; do Partido da Esquerda Europeia; do Partido dos Socialistas Europeus e, inusitadamente, do Partido Socialista do Iêmen, com o qual o PT nunca chegou a estabelecer relações. Também compareceram representantes das embaixadas da Bolívia, Chile, China, Coreia do Norte, Cuba, França e Venezuela.

Em 2019, vários desses partidos compareceram novamente e, além deles, o MAS – IPSP, da Bolívia; o Partido do Trabalho, da Bélgica; o Podemos, da Espanha; o DAS, dos EUA; o Bloco Socialista Galego, da Galícia; o SYRIZA, da Grécia; a Frente Guasú e PRD, do Paraguai; o Bloco de Esquerda, de Portugal; o Partido da Esquerda, da Suécia; e a República Saaraui. A YUSI organizou um encontro de jovens de vários partidos da América do Sul, o que favoreceu o comparecimento de representantes da Juventude Progressista do Chile, da Juventude Socialista do Equador, da Juventude Solidária do Paraguai e da Juventude Socialista do Uruguai.

Posteriormente ao Comitê Internacional, foi também criado um Comitê Nacional Lula Livre para disseminar a campanha pela inocência e liberdade do ex-presidente, por todo o Brasil e, desde sua soltura, Lula realizou duas viagens ao exterior, para dar prosseguimento à campanha e para agradecer a solidariedade recebida. A primeira foi à Itália, onde se encontrou com o Papa Francisco, para discutir o tema da desigualdade no mundo e reuniu-se com representantes de partidos políticos, juristas e das centrais sindicais. A segunda foi à França, Suíça e Alemanha. Em Paris, recebeu o título de Cidadão Honorário, outorgado pela prefeita Anne Hidalgo e encontrou-se com partidos amigos, sindicalistas e personalidades. Em Genebra, na Suíça, reuniu-se com o Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas, Olav Fykse Tveit, com o Diretor Geral da OIT, Guy Ryder e dirigentes sindicais. Na Alemanha, cumpriu uma agenda semelhante, com dirigentes partidários e sindicais, organizada pela FES. Em todos os países que visitou, encontrou-se com integrantes dos Comitês Lula Livre.

O período do final de 2015 a 2019 foi extremamente negativo para a esquerda latino-americana. Sofremos derrotas eleitorais desde a Argentina, em novembro de 2015, com a eleição de Mauricio Macri e as que sucederam, no Chile, El Salvador e Uruguai, onde a direita também foi vitoriosa. Além disso, houve

a eleição equatoriana, onde Lenin Moreno, apoiado pelo seu antecessor, Rafael Correa, venceu, mas rompeu com ele e adotou a agenda neoliberal. O Brasil sofreu o golpe parlamentar em 2016 e elegeu um candidato de extrema-direita em 2018; na Bolívia, o exército depôs o presidente Evo Morales em 2019. Dessa leva de retrocessos políticos, somente na Argentina houve recuperação, com a eleição da chapa Alberto Fernández e Christina Kirchner em 2019.

Esse quadro está vinculado às tentativas do capital, principalmente o financeiro e do imperialismo de repor o projeto neoliberal, em formas mais radicais, além de constituir alianças com a extrema-direita e seitas religiosas conservadoras para sustentá-lo politicamente. Os ataques à esquerda e aos movimentos sociais escalaram, bem como os bloqueios imperialistas políticos e econômicos, a países soberanos como Cuba, Irã e Venezuela.⁷

⁷ Entrevista de Mônica Valente concedida ao autor em 18 de maio de 2020.

Considerações finais

Um balanço possível sobre a política externa do PT, a partir de algumas constatações do presente texto, aponta para uma vocação internacionalista relevante do partido, desde seus primórdios, que lhe permitiu tornar-se conhecido no exterior, compreender as complexidades que envolvem as relações internacionais e, quando no governo, tanto nacional quanto na esfera subnacional, desenvolver uma política externa ativa e ativa.

Por outro lado, também enfrentou e enfrenta obstáculos, entre os quais podemos mencionar a modesta estrutura da secretaria de relações internacionais, a dificuldade de internalizar o debate internacional nas instâncias do PT e a ausência de algumas relações bilaterais importantes, como as com partidos de países africanos. No entanto, todos obstáculos superáveis, com criatividade e vontade política.

No momento de redação do presente texto, o mundo enfrenta a pandemia de coronavírus, com milhões de infectados e milhares de mortos. O epicentro, em maio de 2020, se localizava nas Américas, particularmente, EUA e Brasil, onde os mais elementares cuidados com a higiene e isolamento social foram ignorados ou minimizados pelos seus governantes, Donald Trump e Jair Bolsonaro. A pandemia colocou um elemento de perplexidade e de profunda incerteza na conjuntura internacional, sobre suas consequências na economia

e na política. Quanto ao primeiro aspecto, há uma visível recessão em andamento, pela deterioração do produto interno mundial, que não se sabe quando será recuperado, queda no fluxo de comércio e do investimento externo direto e aumento do desemprego e da precariedade. Também surgiram obstáculos nos processos de integração econômica e política, a exemplo do que vem ocorrendo na União Europeia. Portanto, uma tendência é o acirramento do protecionismo e retração de algumas cadeias produtivas globais. Ao lado disso, não há sinais de enfraquecimento do sistema financeiro global. Pelo contrário, temos assistido aos bancos tirando vantagens dos problemas de falta de liquidez do setor produtivo durante a atual recessão e tampouco há sinais na área política de mudanças progressistas, embora tenha sido levantada, em alguns debates, a necessidade de revisão das relações Estado-sociedade, diante das dificuldades dos sistemas de saúde nacionais em lidar com a pandemia, devido às políticas de austeridade e Estado mínimo, inauguradas no final dos anos 1970. É também bastante consensual que a retomada da economia no período pós-pandemia demandará aportes estatais ao setor privado.

No entanto, tem havido reações populares em função da conjuntura neoliberal. Em 2019, houve movimentos de massa expressivos no Equador, Chile e Colômbia, que puseram os governos destes países em cheque e alcançaram o atendimento de algumas de suas reivindicações. Esse movimento vinha num crescendo, mas acabou interrompido pelo advento da pandemia da Covid-19 e do necessário isolamento social. Nos EUA, assistimos a uma intensa mobilização social devido ao assassinato do cidadão negro, George Floyd, por um policial branco, na cidade de Minneapolis, quando ele já estava imobilizado. Este movimento antirracista espalhou-se por vários países.

Em outro campo de articulação política mais geral, há iniciativas como o Grupo de Puebla, que reúne personalidades políticas, como o presidente argentino, Alberto Fernández e ex-presidentes como Lula, Dilma, Ernesto Samper e Rafael Correa, cujo secretário executivo é o atual presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante e a Internacional Progressista, organizada por Bernie Sanders e Yanis Varoufakis, deputado e ex-ministro de Finanças da Grécia; Katrín Jakobsdóttir, primeira-ministra da Islândia, a jornalista canadense Naomi Klein, a escritora indiana Arundhati Roy, o filósofo croata Srečko Horvat e a alemã Carola Rackete, capitã de embarcação e símbolo do

resgate de migrantes no Mediterrâneo. Nessa iniciativa, também há líderes latino-americanos, como Fernando Haddad, ex-ministro e candidato, em 2018, à Presidência do Brasil, o ex-presidente equatoriano Rafael Correa, o ex-chanceler brasileiro Celso Amorim, Elizabeth Gómez Alcorta, ministra argentina de Mulheres, Gênero e Diversidade, o ex-vice-presidente boliviano Álvaro García Linera e o ator mexicano Gael García Bernal, além de outras personalidades.

Na opinião de Valter Pomar, esta projeção de personalidades brasileiras, em caráter pessoal, no cenário internacional, requer atenção redobrada da SRI do PT, para manter seu papel de representação política e partidária, que é muito importante, principalmente, por não fazer parte, formalmente, destas iniciativas.¹

Esses elementos colocam novos desafios para os partidos de esquerda dos países da América Latina e para o Foro de São Paulo, de resistir e articular uma contra hegemonia global e pela construção de novas formas de ação política e de intervenção social. A crise econômica, social e ambiental foi mais explicitada pela pandemia de coronavírus, mas já existia antes. Essa contra-hegemonia coloca o desafio de articular todos os que querem uma nova sociedade, solidária e sustentável, com forte intervenção do Estado e políticas públicas, criadas ou revigoradas e uma nova economia sustentável, com base no conhecimento, na ciência e na cultura (PEREIRA, 2020).

Uma tarefa imediata do PT seria analisar os possíveis desdobramentos dessa conjuntura e suas implicações para a ordem mundial, para nortear sua política internacional daqui por diante, pois, para melhor ou para pior, o mundo pós-pandemia não será mais o mesmo. O PT sempre foi uma novidade e uma referência internacional, e essa inovação e sua prática foram refletidas na sua política de relações internacionais, como este texto procurou demonstrar, ao descrever as várias fases do internacionalismo petista. Agora chegou o momento de reafirmar e aprofundar esta política, inclusive pela necessidade de organizar uma atuação internacional coletiva, para incidir na nova ordem mundial, quando as forças mais reacionárias do globo buscam se articular.²

A política de relações internacionais do Partido adveio de uma concepção de sociedade e visão de mundo inovadoras. A autoafirmação como partido so-

¹ Entrevista concedida ao autor em 9 de julho de 2020.

² Entrevista de Romênio Pereira concedida ao autor em primeiro de junho de 2020.

cialista advém da compreensão de que o capitalismo não consegue responder às necessidades da espécie humana. Cada vez que esse sistema aprofunda suas crises, as desigualdades sociais e a exclusão de bilhões de pessoas crescem, assim como nossa certeza de que um outro sistema de relações sociais, econômicas, políticas e culturais deve ser engendrado. O PT surgiu como novidade no cenário internacional e contribuiu para alterar a arquitetura geopolítica internacional, quando esteve no governo e agora precisa enfrentar um desafio maior na disputa política, que é a globalização do processo de competição pelo poder. As redes e alianças com grupos progressistas internacionais têm sido uma marca importante da história partidária e, hoje, cresce a necessidade do fortalecimento dessa perspectiva, bem como de fortalecer o multilateralismo, a solidariedade e a paz.³

A Política das Relações Internacionais do partido deverá atuar em diferentes frentes e fortalecer o Foro de São Paulo, bem como estreitar relações com outros interlocutores políticos, como nos BRICS, o Partido Comunista Chinês, o Rússia Unida, os grupos de esquerda e progressistas, na Índia e o Congresso Nacional Africano, na África do Sul. Essa relação com a África do Sul deve ser o início de uma intensificação de relações com partidos e movimentos sociais progressistas na África, que, por sinal, têm uma grande simpatia e referência no PT e para quem precisamos nos voltar, iniciando pelos países de língua portuguesa (CPLP). O que nos orienta no estreitamento de laços entre os partidos afins e fundações ligadas aos partidos é a construção de uma estratégia global de transformação social, econômica, cultural e ecológica.⁴

Diferentemente de outros momentos, em que havia várias “internacionais” que disputavam um comando, que direcionava o bloco social-democrata ou o comunista, hoje há uma diversidade maior de iniciativas, que devem ser estimuladas e, se possível, aproximadas. Mas essa relação política do PT com esses partidos e movimentos deve passar a um novo patamar, que responda às demandas de maior articulação e ação conjunta das forças políticas progressistas. Não basta apenas criar espaços de reflexão e debate, de compartilhamento de experiências. Torna-se necessário, devido ao grau de engajamento e entrosamento dos conservadores que disputam o poder globalmente, que tenhamos

³ Entrevista de Romênio Pereira concedida ao autor em primeiro de junho de 2020.

⁴ Idem.

um plano de ação conjunto, que preste solidariedade política mútua na defesa dos direitos sociais e da autodeterminação dos povos, do multilateralismo e da defesa do meio ambiente.⁵

Segundo o atual secretário de relações internacionais do PT, outro campo que deve ser estimulado, em estreita relação com a Fundação Perseu Abramo, é o intercâmbio acadêmico de pesquisadores, grupos de pesquisa do Brasil ligados ao PT e ao campo progressista com outros países. A mobilidade acadêmica entre os países, através das fundações partidárias e suas parcerias com as universidades, também pode ser interessante. Podemos pensar em programas que permitam que parte dos estudos de alunos de graduação e de pós-graduação brasileiros sejam feitos em universidades do exterior e vice-versa. A criação de uma “cátedra” de estudos e pesquisas que promova pesquisadores, com destinação de bolsas para pesquisas em áreas consideradas estratégicas para um mundo mais justo e sustentável, pode ser um instrumento.⁶

Uma frente, igualmente importante, onde já temos atuado, consiste na integração e parcerias econômicas de nossos atuais governos subnacionais com governos estrangeiros. Temos acompanhado e ajudado fortemente nesse âmbito o Consórcio Nordeste no estabelecimento de parcerias com países amigos, interessados em promover o desenvolvimento, a segurança sanitária e parcerias econômicas. Precisamos intensificar esse caminho.⁷

O envolvimento da juventude deve ser prioridade também para o fortalecimento da luta para a construção de um outro mundo. Precisamos contribuir com a juventude do PT, para criarmos encontros das juventudes dos diferentes países por intermédio de seminários, acampamentos, redes virtuais e política de mobilidade acadêmica internacional.⁸

Enfim, o desafio que está posto é o de fortalecer o internacionalismo do PT e contribuir para recuperar a posição do Brasil, diante de uma conjuntura que provocará mudanças na ordem mundial de uma forma, até então, desconhecida.

⁵ Entrevista de Romênio Pereira concedida ao autor em primeiro de junho de 2020.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

*Encontro de Partidos
e Organizações de Esquerda
da América Latina e Caribe
Brasil, julho de 1990*



Registro do I Encontro de Fundação do Foro de São Paulo, ocorrido de 1º a 4 de julho de 1990. Documentação deste encontro está disponível em <https://forodesaopaulo.org/2133-2/>.



Delegação internacional presente ao 2º Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT). Belo Horizonte, 24 a 28 de novembro de 1999. Foto: Roberto Parizotti.



2º Congresso do PT. Luiz Dulci, José Dirceu e Marco Aurélio Garcia. Belo Horizonte, 24 a 28 de novembro de 1999. Foto: Roberto Parizotti.



Conferência Petista de Relações Internacionais. Na imagem, Kjeld Jakobsen, Fátima Mello, Valter Pomar e Nani Stuart, 2006. Foto: César Ogata.



Conferência Petista de Relações Internacionais. Na imagem, Marco Aurélio Garcia (PT), Roberto Amaral (PSB), Valter Pomar (PT) e José Reinaldo (PCdoB), 2006. Foto: César Ogata.



3º Congresso do PT. Marco Aurélio Garcia, 31 de agosto de 2007. Foto: César Ogata. Acervo SRI-PT.



Nelson Mandela e Lula em encontro realizado em Maputo, Moçambique, em 16 de outubro de 2008.
Foto: Ricardo Stuckert.



XIX Encontro do Foro de São Paulo. Mesa de abertura, 2 de agosto de 2013. Foto: Heinrich Aikawa/
Instituto Lula.



The Regional Office for Africa on the FAO. Duas histórias de sucesso no combate à fome e à insegurança alimentar: Brasil e Gana. À mesa, os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e John Kufuor, de Gana. 16 de março de 2013. Foto: Ricardo Stuckert/Instituto Lula



Lula discursa durante a Conferência Nacional - 2003-2013: Uma nova política externa. 18 de julho de 2013. Foto: Ricardo Stuckert.



Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, com Lula. 09 de maio de 2013. Foto: Ricardo Stuckert/ Instituto Lula.



Lula pede a juventude peruana que participe da política durante Encontro dos povos de Peru e Brasil. Foto: Ricardo Stuckert/Instituto Lula.



Lula e Bill Clinton. 11 de fevereiro de 2014. Foto: Ricardo Stuckert/Instituto Lula.



Lula durante o evento Progressive Alliance, ao lado de Massimo d'Alema, primeiro-ministro da Itália de 1998 a 2000. São Paulo, 25 de abril de 2016. Foto: Paulo Pinto/Agência PT.



VI Seminário Teórico do PT e do PC da China. À mesa, o diplomata Zhou Li (vice-chefe do Departamento de Ligação Internacional do Partido Comunista da China), Rui Falcão (presidente do PT) e Iole Ilíada (vice-presidenta da FPA). 7 de julho de 2015. Crédito: Partido dos Trabalhadores, Diretório Nacional-DF.





Registro dos presentes durante o Progressive Alliance. São Paulo, 25 de abril de 2016. Foto: Paulo Pinto/Agência PT.



Seminário Internacional Impactos da Eleição de Trump para a América Latina e o Brasil, organizado em parceria entre a Fundação Friedrich Ebert (FES), a Fundação Perseu Abramo, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INEU) e o Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GRII). À mesa, Rafael Ioris, Sebastião Velasco e Cruz, Iole Ilíada e Marco Aurélio Garcia. São Paulo, 29 de março de 2017. Foto: Paulo Pinto/Agência PT.



Seminário Golpes na América Latina Ontem e Hoje (Brasil: 1964-2016). À mesa, João Felício, Jandira Uehara, Valter Pomar e o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Brasília-DF, 30 de março de 2017. Foto: Lula Marques/Agência PT.



Encontro com convidados internacionais do Comitê Lula Livre. 03 de agosto de 2018. Foto: Débora Baldin/SRI-PT. [confirmar legenda e crédito]



Lula e o líder da França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon, candidato à presidência em 2017. 01 de março de 2020. Foto: Ricardo Stuckert.



Encontro de Lula com Sebastião Salgado em Paris, França. Presentes, Romênio Pereira, Dilma Rousseff, Lélia Wanick Salgado, Fernando Haddad e João Paulo Rodrigues (MST). 02 de março de 2020. Foto: Ricardo Stuckert.



Lula recebe título de cidadão honorário de Paris, pelas mãos da prefeita Anne Hidalgo, ao lado de Dilma Rousseff e Fernando Haddad. 02 de março de 2020. Foto: Ricardo Stuckert.





Dilma Rousseff, Lula e Fernando Haddad participam do Festival Lula Livre, em Paris. Teatro du Soleil, 03 de março de 2020. Foto: Ricardo Stuckert.



Encontro de Lula com Norbert Walter Borjans, presidente do Partido Social-democrata da Alemanha, em visita à sede do SPD. Berlim, 09 de março de 2020. Foto: Ricardo Stuckert.



Lula participa do debate A defesa da democracia no Brasil, em Berlim, Alemanha. 10 de março de 2020. Foto: Ricardo Stuckert.



Niko Schwarz, da Frente Ampla do Uruguai, ao lado de Ana Maria Stuart, a Nani, da SRI-PT. S/d, acervo SRI-PT.

Referências bibliográficas

- ALIANÇA Internacional dos Trabalhadores e dos Povos – AIT. Carta del Acuerdo Internacional de los Trabajadores y de los Pueblos, n. 9. Paris: Fev. de 2018.
- AMORIM, Celso. Entrevista. In *Revista do Brasil*. n. 105, Abr. de 2015. São Paulo: Rede Brasil Atual, 2015a.
- AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Trajatórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional*, mimeo, 2012.
- BARBOSA, Rubens. *O dissenso de Washington: Notas de um observador privilegiado sobre as relações Brasil - Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.
- BELLUCCI, Beluce. Uma visão do Brasil sobre a África. *Textos para Debate*, n. 6, mimeo. São Paulo: PT, 2010.
- CRUZ, Sebastião Velasco & STUART, Ana Maria. Mudando de rumo: a política externa do governo Lula. In: CRUZ, Sebastião Velasco. *O Brasil no Mundo: ensaios de análise e prospectiva*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- DIAS, Leonardo. *Lula*. Espanha: Ediciones de la Tempestad, S.L., 2004.
- DULCI, Luiz Soares. *Um salto para o futuro: Como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- ENCONTRO de Petistas no Exterior – EPTEX. Documento final do IV encontro. Londres: 2011. _____ . Documento final do V encontro. La Havana, 2013.
- FIGUEIRA, Ariane C. Roder. *Mudando de rumo: um debate acerca do padrão decisório em política externa no Brasil*, mimeo. São Paulo: 2010.
- FORTES, Alexandre. A política externa do governo Lula: algumas considerações. In: FREIXO, Adriano *et al.* *A política externa brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

- FUNDAÇÃO Alexandre Gusmão – FUNAG. *Repertório da Política Externa do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2007.
- GARCIA, Marco Aurélio. A social-democracia e o PT. In revista *Teoria e Debate*, n. 12, out./nov./dez. de 1990. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1990.
- _____. A conjuntura mundial e a política internacional do PT nos anos 90: breve balanço e perspectivas. In Caderno 2, *Resoluções do DN e CEN da Secretaria Nacional de Organização do PT*. São Paulo: 2000.
- _____. A opção sul-americana. In *Revista Interesse Nacional*, ano 1, n. 1, abr./jun. São Paulo, 2008.
- GENOINO, José. As negociações da ALCA. In *Artigos José Genoino: presidente Nacional do PT*. São Paulo: Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2004.
- JAKOBSEN, Kjeld A. O conflito Israel-Palestina, mimeo. São Paulo: PT, 2007.
- MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARIZ, Vasco. *Temas da Política Internacional: ensaios, palestras e recordações diplomáticas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- MARQUES, Moisés da Silva. *Quebra de protocolo: a política externa do governo Lula (2003 - 2010)*. São Paulo: Desatino, 2013.
- PARTIDO dos Trabalhadores – PT. *Boletim Nacional*. São Paulo: 1981 a 1994.
- _____. *Fórum Internacional*. São Paulo: 1996 a 1997.
- _____. *Notícias*. São Paulo: 1996 a 2005.
- _____. *Jornal dos Trabalhadores*. São Paulo: 1982 a 1983.
- _____. Secretaria de Relações Internacionais. *A política internacional do PT*, mimeo. São Paulo: 2007.
- _____. Secretaria de Relações Internacionais. *A política internacional do PT*, mimeo. São Paulo: 2010.
- PEREIRA, Romênio. *A Cooperação Internacional do PT em momento de grandes mudanças*, mimeo, 2020.
- PIVA, Marco. *A Revolução Sandinista e a política internacionalista do Partido dos Trabalhadores para a América Latina na década de 1980*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina – PROLAM. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2016.
- POMAR, Valter. Um PAC Latino-Americano. In: JAKOBSEN, Kjeld. (Org). *A nova política externa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- _____. A política externa do Brasil, mimeo. In: Seminário “Política externa dos governos progressistas do Cone Sul: convergências e desafios”. Rede de Fundações Progressistas do Cone Sul em parceria com a Fundação Friedrich Ebert, 2010.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Volume I, Capítulo 5, “A Participação do Estado Brasileiro em Graves Violações no Exterior”. Dez. de 2014.
- RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS: 1979 – 1998. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- ROCHA, Jan. *Solidariedade não tem fronteiras*. São Paulo: Outras Expressões, 2018.
- RONDÓ, Milton & LOPES, Marcos. *Política Externa e Democracia: a construção de novos paradigmas em segurança alimentar e nutricional*, mimeo. São Paulo: FES, 2016.

- ROSSI, Amanda. *Moçambique: O Brasil é aqui*. Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
- SADER, Emir & GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, 2010.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.
- SILVA, Antonio Ozai. *História das Tendências no Brasil* (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987.
- VANNUCHI, Camilo. *Marisa Letícia Lula da Silva*. São Paulo: Alameda, 2020.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. A nova cooperação Brasil-África: A emergência de uma política africana multidimensional. In: Seminário *A Nova Política Externa Brasileira (2003 – 2013)* em 04/07/2013. São Paulo: IECINT, 2013.

Entrevistados:

Aloizio Mercadante, Celina Lagrutta, Celso Amorim, Fernanda Coelho, Jonas Paulo de Oliveira Neres, José Genoíno, Julio Turra, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marco Aurélio Garcia, Mônica Valente, Paulo Ferreira, Romênio Pereira e Samuel Pinheiro Guimarães.

Lista de siglas

AAA: Alianza Anticomunista Argentina

ABRASSO: Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo de Moçambique

AFL-CIO: American Federation of Labor – Congress of Industrial Organizations

AI: Ato Institucional

AIT: Aliança Internacional dos Trabalhadores e dos Povos

ALCA: Área de Livre Comércio das Américas

AMI: Acordo Multilateral de Investimentos

AP: Ação Popular

AP: Aliança Progressista

APEX: Agência de Promoção das Exportações e Importações

APRA: Alianza Popular Revolucionaria de las Américas

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

ASA: Cúpula América do Sul e África

ASPA: Cúpula América do Sul e Países Árabes

ATTAC: Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos

AZAPO: Azanian People's Organization

BRICS: Brasil – Rússia – Índia – China – África do Sul

CBA: Comitê Brasileiro da Anistia

CBS: Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina

CCMAS: Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais

CEB: Comissão Eclesial de Base

CEBRAPAZ: Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta Pela Paz
CEDEC: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CELAC: Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos
CEN: Comissão Executiva Nacional
CENTRU: Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CGLU: Cidades e Governos Locais Unidos
CGT: Comando Geral dos Trabalhadores
CIA: Central Intelligence Agency
CIOSL: Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
CIVES: Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
CLACSO: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CLAMOR: Comitê de Direitos Humanos para o Cone Sul
CLC: Canadian Labor Congress
CMP: Central de Movimentos Populares
CMT: Confederação Mundial do Trabalho
CNA: Congresso Nacional Africano
CNV: Comissão Nacional da Verdade
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPPAL: Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina
CRBE: Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior
COSATU: Congress of South African Trade Unions
COSIPLAN: Conselho Sul – Americano de Infraestrutura e Planejamento
CPLP: Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CSA: Confederação Sindical das Américas
CSI: Confederação Sindical Internacional
CSL: Coordinación Socialista Latino Americano
CTA-A: Central de Trabajadores Argentinos – Autônoma
CTA – T: Central de Trabajadores Argentinos – Trabajadores
CTB: Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DEM: Democratas
DS: Democracia Socialista
DSA: Democratas Socialistas da América
EPTEX: Encontro de Petistas no Exterior
ERP: Ejército Revolucionario del Pueblo
EUA: Estados Unidos da América
FAL: Fórum de Autoridades Locais

FALP: Fórum de Autoridades Locais Periféricas
 FAPLA: Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
 FBI: Federal Bureau of Investigations
 FCES: Fórum Consultivo Econômico e Social
 FES: Friedrich Ebert Stiftung
 FHC: Fernando Henrique Cardoso
 FIBRA: Frente Internacional de Brasileiros Contra o Golpe
 FMCU: Federação Mundial de Cidades Unidas
 FMG: Fundação Maurício Grabois
 FMI: Fundo Monetário Internacional
 FMLN: Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional
 FNV: Federação Holandesa de Sindicatos
 FOCEM: Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL
 FRELIMO: Frente Revolucionária de Libertação de Moçambique
 FRL: Fundação Rosa Luxemburgo
 FLSN: Frente Sandinista de Liberación Nacional
 FSM: Federação Sindical Mundial
 FUNAG: Fundação Alexandre Gusmão
 GMC: Grupo Mercado Comum
 GR – RI: Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais
 IBAS: Fórum Índia – Brasil – África do Sul
 IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Socio Econômicos
 IL: Instituto Lula
 IS: Internacional Socialista
 ISP: Internacional dos Serviços Públicos
 IULA: União Internacional de Autoridades Locais
 Iusy: International Union of Socialist Youth
 JOC: Juventude Operária Católica
 MAB: Movimento de Atingidos por barragens
 MAPU: Movimiento de Acción Popular Unitaria
 MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
 MDB: Movimento Democrático Brasileiro
 MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado
 MDIC: Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio
 MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
 MIR: Movimiento de Izquierda Revolucionária
 MMM: Movimento Mundial de Mulheres

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE: Ministério de Relações Exteriores
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NACTU: National Congress of Trade Unions
NAFTA: Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NDB: Novo Banco de Desenvolvimento
NSA: National Security Agency
NUMSA: National Union of Metal Workers of South Africa
OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OLP: Organização para Libertação da Palestina
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONG: organização Não Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
OSI: Organização Socialista Internacional
PAG: Programa de Ação Governamental
PAIGC: Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde
PAN: Partido de Acción Nacional (Mx.)
PARLASUL: Parlamento do MERCOSUL
PD: Partido Democrático (It.)
PDS: Partido Democrático de Esquerda (It.)
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCCh: Partido Comunista da China
PCC: Partido Comunista de Cuba
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PCI: Partido Comunista Italiano
PCO: Partido da Causa Operária
PCP: Partido Comunista Português
PCV: Partido Comunista Venezuelano
PDC: Partido Democrata Cristão (Ch.)
PDS: Partido Democrático e Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PEAS: Plano Estratégico de Ação Social
PEB: Política Externa Brasileira
PEC: Projeto de Emenda Constitucional
PEI: Política Externa Independente

PIE: Partido de Izquierda Europeu
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POI: Partido Operário Independente (Fr.)
PP: Partido Popular
PPD: Partido Por la Democracia (Ch.)
PRC: Partido da Refundação Comunista (It.)
PRD: Partido de la Revolución Democrática (Mx.)
PRI: Partido de la Revolución Institucional (Mx.)
PRSD: Partido Radical Social Demócrata (Ch.)
PRT: Partido Revolucionario de los Trabajadores (Ar.)
PS: Partido Socialista (Ch.)
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSDB: Partido Social Democrata Brasileiro
PSOE: Partido Socialista Obrero Español
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT: Partido del Trabajo (Mx.)
PT: Partido dos Trabalhadores (Argélia)
PT: Partido dos Trabalhadores (Brasil)
PT: Partido dos Trabalhadores (Guiné Bissau)
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PND: Partido Nacional Democrático (Egito)
PSUA: Partido Socialista Unificado da Alemanha
PSUV: Partido Socialista Unificado de Venezuela
RCD: Reagrupamento Constitucional Democrático (Tunísia)
RDA: República Democrática da Alemanha
REMI: Reunião Especializada de Municípios e Intendências
SEPPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPD: Partido Social Democrata Alemão
STF: Supremo Tribunal Federal
SU: Secretariado Unificado
SRI: Secretaria de Relações Internacionais
SWANU: South West Africa National Union
SWAPO: South West Africa People's Organization
TEC: Tarifa Externa Comum
TNP: Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TSE: Tribunal Superior Eleitoral

TUC: Trade Union Congress

TPA: Trade Promotion Authority

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

UBES: União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UBM: União Brasileira de Mulheres

UE: União Europeia

UEE: União Estadual dos Estudantes

UGT: Union General de Trabajadores

UJS: União da Juventude Socialista

UNASUL: União de Nações Sul-americanas

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNILAB: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira

UP: Unidad Popular (Ar.)

URSS: União das Repúblicas Socialista Soviéticas

USP: Universidade de São Paulo

USW: United Steel Workers

Sobre o autor

Kjeld Aagaard Jakobsen graduou-se em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ibero Americano (2006), foi mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2009) e doutor em Relações Internacionais pela mesma universidade (2016).



Na direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi primeiro-secretário, secretário de Relações Internacionais, tesoureiro e presidente interino.

Foi também secretário de Relação Internacionais da Prefeitura Municipal de São Paulo (2001-2004, governo do PT), diretor da Fundação Perseu Abramo (FPA), consultor em Cooperação e Relações Internacionais da FPA e secretário-executivo do Comitê Internacional Lula Livre.

Publicou inúmeros artigos e livros durante intensa produção intelectual. Dinamarquês radicado no Brasil desde os 9 anos, chegou ao Brasil em 1964 e cresceu em Holambra, interior de São Paulo.

Faleceu aos 65 anos, em 5 de dezembro de 2020.

ISBN 978-65-5626-028-0



9 786556 260280